



**CARAVELA**  
COMPANHIA DE SEGUROS

---

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2017**

## ÍNDICE

⇒ MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	3
⇒ ÓRGÃOS SOCIAIS .....	4
⇒ RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	5
● INTRODUÇÃO .....	6
● ENQUADRAMENTO .....	7
● ATIVIDADE DA CARAVELA .....	11
● CAPITAL SOCIAL E RESULTADO .....	22
● PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO PARA 2018 .....	22
● CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
⇒ RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	25
⇒ POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS COLABORADORES .....	32
⇒ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	35
● POSIÇÃO FINANCEIRA .....	36
● GANHOS E PERDAS .....	38
● VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO .....	41
● RENDIMENTO INTEGRAL .....	43
● FLUXOS DE CAIXA .....	45
⇒ ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	47
⇒ RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	
⇒ CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	



## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O desenvolvimento da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. em 2017 fica marcado por um conjunto muito relevante de eventos cujo impacto se começou já a sentir, mas que terá efeitos incrementais no período que decorre até 2020.

De entre os eventos que mais marcaram o exercício de 2017 destacam-se, pela sua relevância os seguintes:

- Uma completa reconfiguração do corpo acionista da Caravela - Companhia de Seguros, S.A. realizada em junho de 2017;
- A reorientação do modelo de negócio para otimização da gestão do Capital, em regime de Solvência II, que permitiu não só melhorar os níveis de rentabilidade mas também terminar o ano de 2017 com um nível de SCR de 175,1%;
- O arranque do Projeto Caravela Digital 2020, cujo propósito maior é transformar a Caravela - Companhia de Seguros, S.A. na *Insurtech* de referência do mercado português, focando-se na inovação ao nível da experiência do cliente na forma como este se relaciona com a sua seguradora; e
- Um incremento muito substancial ao nível da produtividade por trabalhador, uma vez que o crescimento obtido, de 29,9%, foi conseguido com a manutenção do quadro de pessoal da companhia ao mesmo nível do ano transato.

Neste contexto, uma palavra de apreço especial aos nossos colaboradores pela forma empenhada e dedicada como incorporam um espírito de mudança constante, aos empresários da mediação de seguros que estão a percorrer esta viagem e com os quais estabelecemos fortes laços de parceria e às empresas prestadoras de serviços que souberam interpretar o modelo operacional pretendido para a Caravela Digital 2020 rumo a uma melhoria da “Experiência do Cliente”.

Os desafios são de grande dimensão num mundo complexo onde os comportamentos da sociedade se transformam a grande velocidade e são cada vez mais dependentes dos modelos de negócio digitais e onde os mercados financeiros globais sofrem um incremento da volatilidade cada vez maior.

Foi, no entanto, possível reunir enquanto acionistas da Caravela - Companhia de Seguros, S.A., um conjunto de empresários e empreendedores portugueses que em torno do projeto Caravela Digital 2020 estão determinados a criar as condições para que se escreva uma nova página na história dos Seguros em Portugal, marcada pela inovação e resposta às necessidades da sociedade do século XXI.

A viagem continua...

Luis Cervantes

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral:

Presidente .....Diamantino Pereira Marques\*  
Vice-Presidente .....Nuno Miguel Marques dos Santos Horta  
Secretário .....Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

### Conselho de Administração:

Presidente ..... Luís Filipe Sampaio Cervantes  
Vice-Presidente ..... António Manuel Nestor Ribeiro  
Vice-Presidente ..... Mário Nuno dos Santos Ferreira  
Vogal ..... José Paulo de Castro Trigo  
Vogal ..... Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa

### Conselho Fiscal:

Presidente ..... Manuel Augusto Lopes de Lemos  
Vogal ..... Humberto Manuel Martins Carneiro  
Vogal ..... Armando Luís Vieira de Magalhães - ROC nº 676  
Vogal Suplente ..... Bernardo José Ferreira Reis

### Revisores Oficiais de Contas:

Efetivo .....Mazars & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A. - SROC nº 51, representada  
por Fernando Jorge Marques Vieira - ROC nº 564  
Suplente .....Paulo Jorge Damião Pereira - ROC nº 1219

\* Cessou funções em 1 de janeiro de 2018



# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Relatório do Conselho de Administração

## I. INTRODUÇÃO

Baseada principalmente numa conjuntura económica favorável, a indústria seguradora deve apresentar no seu conjunto, em 2017, uma evolução positiva dos resultados líquidos quando comparado com o ano anterior.

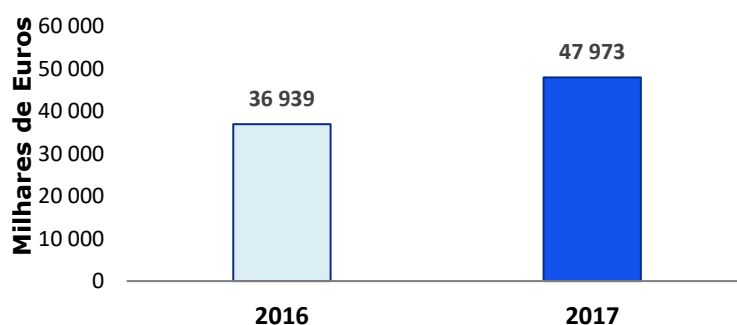
Na verdade, apesar de ter havido também, nalgumas empresas do setor, uma melhoria nas margens técnicas, terá sido o clima propício dos mercados financeiros o principal responsável daqueles resultados.

Não obstante estas boas notícias, o setor continua a viver mudanças significativas, quer em relação à estrutura acionista de várias empresas e grupos, quer por ter de continuar a adaptar-se a uma nova e mais complexa realidade normativa.

Para a CARAVELA o ano de 2017 deu início a uma nova fase de desenvolvimento, com a abertura do capital a novos acionistas e o arranque do novo plano de negócios 2017-2020, suportado no Programa Digital 2020.

Registe-se que o mercado de seguros Não Vida apresentou pelo 3º ano consecutivo, um acréscimo de produção de seguro direto - neste caso de 7,0% - que se traduziu num valor próximo dos 11,4 mil milhões de euros, enquanto que a CARAVELA cresceu 29,9%.

**Evolução dos Prémios Brutos Emitidos da CARAVELA**

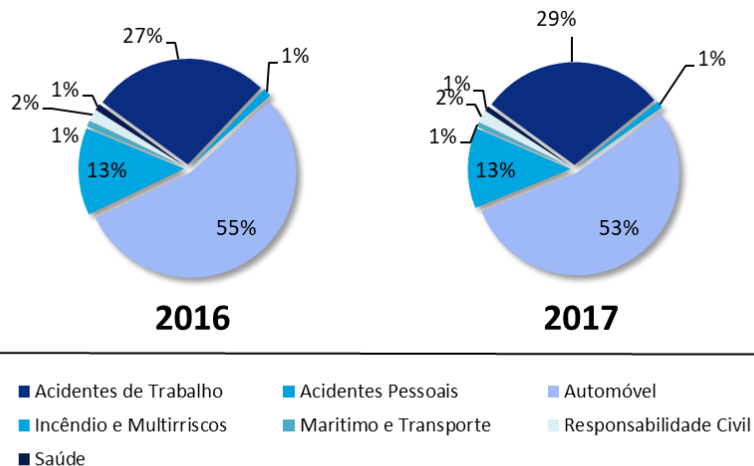


Este crescimento orgânico tem-se pautado por uma rigorosa análise na subscrição de riscos, já que a rentabilidade é o objetivo fundamental da Companhia de forma a satisfazer os interesses e necessidades de todos os envolvidos no negócio, privilegiando os riscos de particulares e de pequenas empresas.

Relativamente à estrutura da carteira, a CARAVELA apresenta a mesma tendência da distribuição de 2016, tendo havido um ligeiro acréscimo de produção no ramo de Acidentes de Trabalho, que passou de 27% para 29%, enquanto a representatividade do ramo Automóvel se reduziu de 55% para 53%. A linha de negócio Automóvel excluindo a componente de Assistência representa cerca de 49% do volume total da carteira em 2017.



### Evolução da Estrutura da Carteira



Salienta-se o resultado líquido positivo, em 2017, superior a 1,4 milhões de euros, influenciado pelo aumento da produção, por uma forte diminuição da provisão para riscos em curso e pelo resultado da atividade financeira.

## II. ENQUADRAMENTO

### A) Conjuntura Internacional<sup>1</sup>

Em 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento de 3,7%, resultando de uma aceleração da economia mundial, tendo em conta que no período homólogo registou 3,2%. Este efeito deve-se a uma surpresa positiva na *performance* da Europa e Ásia e ainda ao impacto das recentes mudanças na política fiscal dos Estados Unidos da América (EUA). Em 2018, prevê-se que o PIB continue a crescer com uma melhoria de 0,2 p.p. (3,9%) da economia, influenciado pelo “bom momento” do ano passado.

Os países em desenvolvimento e os mercados emergentes foram os que mais contribuíram para o crescimento do PIB mundial (4,7%), enquanto as economias avançadas tiveram um menor impacto (2,3%). Espera-se que em 2018 os países desenvolvidos tenham um crescimento igual ao de 2017, sendo que os EUA vai ser o país que mais vai crescer (2,7%) devido às contínuas alterações na política fiscal para estimular a atividade económica.

Uma economia avançada em que se prevê uma desaceleração é o Japão (1,2%), mas ainda assim irá apresentar um crescimento devido ao aumento da procura externa.

As economias emergentes deverão crescer 0,2 p.p. em relação a 2017, apesar da estagnação dos países em desenvolvimento da Ásia, com um crescimento de 6,5%, região esta que representa metade do crescimento mundial, principalmente a Índia (7,4%) e a China (6,6%). Os países que menos deverão

<sup>1</sup> Fonte:

Fundo Monetário Internacional (Janeiro 2018) – “Overview of the World Economic Outlook Projections” Disponível em <http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/01/11/world-economic-outlook-update-january-2018>

contribuir para o bom resultado das economias emergentes em 2018, mas ainda assim com crescimento, serão os países da América Latina (1,9%). Isto acontece devido a uma melhoria do México (2,3%) beneficiando de uma forte procura dos Estados Unidos e de uma recuperação mais firme do Brasil (1,9%).

Os resultados positivos da zona euro, com um crescimento de 2,4% em 2017 (face aos 1,8% de 2016), foram impulsionados pelo consumo privado, pelo aumento da procura externa e pelo aumento do investimento. Os países que mais contribuíram para o crescimento do PIB através do aumento da procura interna e procura externa foram a Alemanha (2,5%) e a Itália (1,6%). Em 2018, prevê-se que a zona euro continue com o seu bom desempenho crescendo 2,2% e beneficiando ainda da injeção de liquidez na economia através do programa *Quantitative Easing*. Espanha e Alemanha deverão ser os países com maior contributo nesse desempenho, 2,4% e 2,3% respetivamente, apesar de se esperar um menor crescimento da Espanha, face a 2017, devido à incerteza política sentida no país.

Em 2017 prevê-se que a zona euro tenha um crescimento de 1,6%. Neste crescimento a componente mais dinâmica da procura global será a das exportações (3,7%) em consequência de uma melhoria do comércio mundial. Na procura interna, a rubrica que mais contribuirá para o seu crescimento é o investimento (3,1%) devido às previsões de aumento da produção e de uma melhoria das condições de financiamento, face à manutenção do *Quantitative Easing*, enquanto a procura externa impulsionada pelo aumento das importações nas economias avançadas (fora da zona euro) e nas economias emergentes, em particular, Rússia e Brasil, deverá ganhar novo dinamismo.

## **B) Conjuntura Nacional<sup>2</sup>**

O ano de 2017 foi marcado pela saída de Portugal do procedimento por défice excessivo, depois de oito anos consecutivos com um défice acima de 3% do Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento do PIB português em 2017 foi de 2,7%, um aumento de 1,2 p.p., face aos 1,5% de 2016.

O crescimento da atividade económica deve-se em grande parte ao aumento da procura interna, onde a componente que mais contribuiu foi a Formação Bruta em Capital Fixo (FBCF), com um aumento de 8,3%, devido ao crescimento do investimento empresarial. O consumo público foi a única rubrica da procura global que desacelerou comparativamente a 2016, com 0,1% do PIB, influenciado pelo aumento do número de funcionários públicos e pela diminuição dos encargos com parcerias público-privadas (PPP). A procura externa teve um menor impacto na procura global, mas ainda assim, o resultado foi positivo pois as exportações tiveram uma maior influência no saldo, com 7,7%, ao passo que as importações se situaram nos 7,5%.

Apesar da dívida pública ter fechado num máximo de 242,5 mil milhões de euros, prosseguindo a trajetória de subida, o seu peso no PIB reduziu-se relativamente ao ano anterior em 4,5 p.p. para 125,6%.

<sup>2</sup> Fonte:

Banco de Portugal (Dezembro 2017) – “Boletim Económico”. Disponível em [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be\\_dez2017\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2017_p.pdf). Projeções para a economia portuguesa:2017-2020 (pp.7)



O indicador económico de empregabilidade, taxa de desemprego, fixou-se nos 8,9% em 2017, menos 2,2 p.p. que em 2016 enquanto a taxa de inflação registou um aumento de 1 p.p., passando para 1,6%.

Prevê-se que, em 2018, o PIB cresça 2,3%, um crescimento da economia menor que o do período homólogo, proveniente de uma desaceleração de todas as componentes da procura global que terá um saldo negativo pelo facto de as importações serem mais elevadas que as exportações, 6,7% e 6,5% respetivamente. Analisando a procura interna, a FBCF vai continuar a ser a variável mais dinâmica (6,1%) e o consumo público a de menor crescimento (0,6%). Ainda assim, espera-se que esta última rubrica tenha mais gastos que em 2017 (aumento de 0,5 p.p.) devido ao descongelamento gradual das progressões salariais na administração pública e uma menor poupança com as PPP.

A evolução da economia deverá ser acompanhada pela melhoria no mercado de trabalho, prevendo-se que a taxa de desemprego continue a diminuir para os 7,8%. A taxa de inflação também deverá seguir a mesma lógica, reduzindo para 1,5%.

### C) Sistema Financeiro<sup>3</sup>

Ao longo do ano de 2017, os principais bancos centrais foram mantendo a sua política monetária, apesar de nos Estados Unidos da América (EUA) se verificar o contrário. A Reserva Federal foi aumentando as taxas de juro devido a cortes nos impostos que estimularam a economia americana e espera-se que em 2018 tenha o mesmo comportamento. Relativamente a economias emergentes, a China mantém-se em linha com os EUA, tendo aumentado as suas taxas de juro de curto e médio prazo para evitar saídas de capital desestabilizadoras e prejudiciais ao crescimento económico.

Na zona euro, em 2017, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a sua taxa de juro em zero para dar continuidade ao estímulo da economia europeia. O programa de *Quantitative Easing* com final previsto para setembro de 2018, poderá ser estendido dependendo das condições económicas da zona euro. O BCE reduziu, no entanto, o valor mensal do seu Programa de Compra de Ativos, de 60 biliões de euros para 30 biliões de euros.

O ano de 2017 assinala a saída de lixo da dívida de Portugal, consequência dos resultados positivos da execução orçamental e da atividade económica. O setor bancário português aumentou a sua carteira em títulos de dívida, especialmente da dívida soberana portuguesa, compensando a diminuição sentida de empréstimos a sociedades não financeiras.

O setor segurador português mais do que duplicou o seu lucro, face ao ano anterior, superando os 370 milhões de euros. No que respeita à produção o ramo Vida teve um crescimento de 5,5%, onde os Planos de Poupança Reforma representaram cerca de 33% do volume de negócios deste ramo. O agregado dos ramos Não Vida cresceu 7,0%, sendo que as modalidades que mais contribuíram foram Acidentes de

<sup>3</sup> Fonte:

<https://www.reuters.com/article/us-china-economy-rates/china-raises-short-and-medium-term-interest-rates-after-fed-idUSKBN1E80AU>

<https://www.cnbc.com/2018/01/25/european-central-bank-leaves-its-benchmark-interest-rate-unchanged.html>

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref\\_12\\_2017\\_pt.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/ref_12_2017_pt.pdf)

<http://expresso.sapo.pt/economia/2018-01-17-Portugal-colocou-1.750-milhoes-de-euros-de-divida-as-taxas-mais-baixas-de-sempre>

Trabalho (13,0%), Acidentes Pessoais (10,0%) e Saúde (9,1%). Quanto à composição das carteiras de investimento deste setor, verificou-se um reforço da posição em fundos de investimento não residentes enquanto o peso em títulos de dívida e em depósitos diminuiu. Com a contínua persistência de baixas taxas de juro, o setor de seguros e fundo de pensões, tem vindo a reduzir as suas opções de investimento.

A primeira ida, de Portugal, ao mercado financeiro de 2018 na emissão de dívida a curto prazo, foi marcada pela colocação de 1.250 milhões de euros em Bilhetes de Tesouro a 12 meses, a uma taxa de juro média de -0,398%, e 500 milhões de euros em Bilhetes de Tesouro a seis meses, a uma taxa de juro média de -0,425%.

#### **D) Tendências do Sector Segurador e Perspetivas de Evolução<sup>4</sup>**

Em 2017, no mercado Não Vida, o volume da produção de seguro direto foi de 4,3 mil milhões de euros tendo tido uma variação positiva, face a 2016, de 7,0%.

A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se em 2017, passando de 66,4% para 68,8%.

Analisando os principais ramos Não Vida, registaram-se as seguintes evoluções:

- No ramo de Acidentes Trabalho, dado o esforço desenvolvido no sentido da recuperação do seu equilíbrio económico, confirma-se a tendência do crescimento verificado em 2016, com uma variação positiva de 13,0%, para além de uma melhoria da taxa de sinistralidade, que se situou em 89,9% (diminuição de 12 p.p. face a 2016);
- Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se um crescimento de 3,1%, refletido quer nos Seguros de Habitação e Condomínio (+3,7%) quer no Comércio e Indústria (+0,8%). A nível de sinistralidade, este ramo atingiu em 2017 uma taxa de 73,2%, valor superior ao de 2016 (49,2%);
- O ramo Saúde cresceu 9,1%, confirmando os crescimentos sistemáticos registados em anos anteriores, tendo a taxa de sinistralidade atingido os 72,0%;
- No Mercado Automóvel, em 2017, as vendas de viaturas em Portugal cresceram pelo quarto ano consecutivo, aumentando 7,7%, constituindo, no entanto, este crescimento um abrandamento face a anos anteriores. O Mercado Segurador tem acompanhado esta tendência de crescimento, finalizando o ano com uma oscilação positiva de 6,3%. A sinistralidade do Ramo Automóvel diminuiu ligeiramente, face a 2016, tendo passado de 66,1% para 65,0%;
- O ramo Transportes apresentou um acréscimo de 2,1%, sendo que em termos de sinistralidade se verificou uma evolução desfavorável fixando-se em 43,0% contra os 30,0% do ano anterior;

<sup>4</sup> Fonte: APS – Base de dados, da Segurdata, a 2017.12

- O ramo Responsabilidade Civil apresentou um crescimento de 3,2%, finalizando o ano com uma sinistralidade de 36,8%.

O ramo Vida registou uma variação positiva de 5,5%, explicada essencialmente pelo crescimento significativo dos Planos Poupança Reforma (+30,1%).

Em síntese e de forma agregada, o Mercado Segurador em 2017 apresentou um acréscimo, no que diz respeito aos prémios brutos emitidos de 6,1%.

### III. ATIVIDADE DA CARAVELA

#### A) Principais Indicadores

Nas rubricas de ganhos e perdas, os prémios brutos emitidos de seguro direto, líquidos de estornos e anulações, apresentaram um forte crescimento, de 29,9%, continuando a tendência de crescimento dos últimos anos.

Destaca-se também, a variação favorável da taxa de sinistralidade que, líquida de resseguro, apresentou um decréscimo de 0,1%, face ao ano anterior, ficando em 62,2%.

O resultado líquido foi de 1.454 milhares de euros, representando 3,0% dos prémios brutos emitidos e um aumento de 380,6% relativamente a 2016, dando assim continuidade aos bons resultados da Caravela.

Quanto ao rácio combinado verifica-se uma melhoria do mesmo, com um decréscimo de 5,5%, face a 2016, com contribuições positivas quer do rácio técnico (-3,1%) quer do rácio de exploração (-10,1%) que continuará, contudo, a exigir um controlo contínuo e proactivo.

No quadro da página seguinte encontram-se expressos os principais indicadores mencionados nos parágrafos anteriores:



### INDICADORES SINTÉTICOS

	2017	2016	△
<b>Balanço</b>			
Ativo líquido	74.127	61.058	21,4%
Capital próprio	16.900	9.064	86,4%
Provisão para prémios não adquiridos	9.604	8.652	11,0%
Provisão para sinistros	36.807	32.809	12,2%
Provisão para sinistros líquida de resseguro	27.671	27.257	1,5%
Provisões técnicas	48.012	44.187	8,7%
<b>Ganhos e Perdas</b>			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	47.973	36.939	29,9%
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	33.784	24.174	39,8%
Custos com sinistros de seguro direto	31.296	20.504	52,6%
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	21.008	15.060	39,5%
Custos Operacionais	15.880	13.457	18,0%
Rendimentos	1.592	1.246	27,7%
Resultado líquido	1.454	302	380,6%
<b>Indicadores</b>			
Prémios brutos emitidos / nº de empregados	461	352	31,0%
Taxa de sinistralidade de seguro direto	66,9%	58,5%	14,3%
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	62,2%	62,3%	-0,1%
Resultado líquido / prémios brutos emitidos	3,0%	0,8%	270,1%
Provisões para sinistros / prémios brutos emitidos	76,7%	88,8%	-13,6%
Provisões técnicas / prémios brutos emitidos	100,1%	119,6%	-16,3%
Resultado líquido / capital próprio	8,6%	3,3%	157,8%
Resultado líquido / capital social	7,4%	2,2%	233,2%
Rácio combinado	102,2%	108,1%	-5,5%

## B) Gestão Técnica

### 1. Produção

A CARAVELA fechou o exercício de 2017 com um montante de 47.972.617 euros de prémios brutos emitidos (PBE's), representando um crescimento de 29,9% relativamente ao ano anterior.

Analisando a situação por ramo, destacam-se os seguintes aspetos:

- A evolução da produção no ramo de Acidentes de Trabalho que fechou o ano com 13,5 milhões de euros de PBE's a que corresponde um crescimento de prémios de 38,7% em relação a 2016, justificado quer pelo aumento das taxas técnicas aplicado nas apólices em carteira quer, também, pela manutenção do controlo efetivo na aplicação de regras rígidas na subscrição de novos contratos principalmente nas classes mais gravosas;

- A evolução do ramo Incêndio e Outros Danos foi positiva, com um crescimento de 23,6% representado por um valor final de 6,2 milhões de euros de PBE's;
- O ramo Automóvel cresceu 28,2% face a 2016, continuando a ser o de maior peso da Companhia com 25,7 milhões de euros de PBE's, representando uma quota de 49,0%, igual à do ano anterior;
- O ramo Responsabilidade Civil fechou o exercício com 960 milhares de euros de PBE's, contra os 738 milhares de euros do ano passado, refletindo um crescimento de 30,2%;
- O ramo Transportes (Mercadorias Transportadas e Embarcações de Recreio) mostrou uma variação positiva de 10,2%, representado por uma produção final de 484 milhares de euros de PBE's.

Os quadros que são apresentados a seguir, proporcionam uma panorâmica muito clara da evolução e estrutura da carteira da CARAVELA, neste 1º triénio de uma nova gestão:

### **CARTEIRA EM VIGOR**

U: Euros

<b>RAMOS</b>	<b>CARTEIRA</b>					
	<b>2017</b>	<b>Peso</b>	<b>2016</b>	<b>Peso</b>	<b>2015</b>	<b>Peso</b>
Acidentes de Trabalho	14 129 276	29,1%	10 525 105	27,1%	8 354 309	26,5%
Acidentes Pessoais	532 382	1,1%	511 074	1,3%	478 824	1,5%
Automóvel	26 007 965	53,6%	21 148 048	54,5%	17 592 225	55,8%
Incêndio e Multirriscos	6 146 176	12,7%	5 187 387	13,4%	4 024 515	12,8%
Marítimo e Transporte	364 402	0,8%	367 243	0,9%	310 427	1,0%
Responsabilidade Civil	939 991	1,9%	695 651	1,8%	527 036	1,7%
Saúde	392 409	0,8%	393 414	1,0%	263 799	0,8%
<b>TOTAL</b>	<b>48 512 600</b>	<b>100,0%</b>	<b>38 827 922</b>	<b>100,0%</b>	<b>31 551 136</b>	<b>100,0%</b>

### **DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA EM TERMOS DE NÚMERO DE APÓLICES**

<b>RAMOS</b>	<b>APÓLICES EM VIGOR</b>					
	<b>2017</b>		<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	<b>%</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>%</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>%</b>	<b>NÚMERO</b>
Acidentes de Trabalho	4,8%	7 316	5,3%	7 219	4,6%	5 757
Acidentes Pessoais	1,0%	1 591	1,2%	1 661	1,3%	1 649
Automóvel	74,5%	114 140	74,7%	102 467	77,3%	97 334
Incêndio e Multirriscos	16,4%	25 129	15,6%	21 426	14,1%	17 821
Marítimo e Transportes	0,5%	734	0,4%	553	0,3%	393
Responsabilidade Civil	2,5%	3 896	2,5%	3 471	2,2%	2 716
Saúde	0,3%	409	0,3%	380	0,2%	285
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>153 215</b>	<b>100,0%</b>	<b>137 177</b>	<b>100,0%</b>	<b>125 955</b>

Esta distribuição torna-se mais clara, através do seguinte quadro:

### EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO EM EUROS

U: Euros

<u>RAMOS</u>			<u>PBE</u>	
	$\Delta$	2017	$\Delta$	2016
Acidentes de Trabalho	39,7%	13 522 198	74,5%	9 679 210
Acidentes Pessoais	7,5%	644 419	-2,2%	599 687
Automóvel	28,2%	25 748 872	17,7%	20 084 620
Incêndio e Multiriscos	23,6%	6 248 014	28,3%	5 054 786
Marítimo e Transporte	10,2%	484 215	54,7%	439 495
Responsabilidade Civil	30,2%	960 254	36,2%	737 543
Saúde	6,0%	364 645	53,2%	344 032
<b>TOTAL</b>	<b>29,9%</b>	<b>47 972 617</b>	<b>30,9%</b>	<b>36 939 372</b>

## 2. Sinistros

Em 2017, os custos com sinistros de seguro direto ascenderam a 31.295.530 euros (antes de imputação de custos), representando um aumento de 52,6 % (10.791.245 euros em valor absoluto) relativamente a 2016.

O aumento deveu-se principalmente à evolução dos ramos de Acidentes (+69,0 %, ou seja 5,1 milhões de euros) e ramo Automóvel (+41,9 %, ou seja 4,6 milhões de euros).

De relevo também o aumento verificado nos ramos de Incêndio e Outros Danos (+30,7% atingindo 702 mil euros), em parte motivados pelas calamidades naturais verificadas no ano em análise.

Quanto aos ramos menos representativos, Responsabilidade Civil e Marítimo e Transportes, tendo-se verificado um aumento significativo em termos relativos, em termos absolutos, a sua expressão é reduzida.

### DISTRIBUIÇÃO DA SINISTRALIDADE POR RAMOS

(U: Euros)

<u>CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO</u>	2017	2016	$\Delta$
Acidentes	12 460 249	7 372 351	+69,0%
Incêndio e Outros Danos	2 988 682	2 286 107	+30,7%
Automóvel	15 480 232	10 911 463	+41,9%
Responsabilidade Civil Geral	253 439	-110 746	+328,8%
Mercadorias e Transportes	112 927	45 110	+150,3%
<b>TOTAL</b>	<b>31 295 530</b>	<b>20 504 285</b>	<b>+52,6%</b>

Estes valores conduziram a uma taxa de sinistralidade de seguro direto de 66,9%, acima do registado em 2016 que se havia fixado em 58,5%.



### TAXA DE SINISTRALIDADE POR RAMOS

CUSTOS COM SINISTROS / PRÉMIOS ADQUIRIDOS	2017	2016	△
Acidentes	88,1%	72,4%	+21,6%
Incêndio e Outros Danos	49,6%	48,7%	+1,9%
Automóvel	62,3%	58,3%	+6,8%
Responsabilidade Civil Geral	27,2%	-16,4%	+265,5%
Mercadorias e Transportes	24,1%	10,4%	+130,6%
<b>Total</b>	<b>66,9%</b>	<b>58,5%</b>	<b>+14,3%</b>

Em 2017, o número total de sinistros abertos registou um aumento de 26,2% em relação a 2016, com especial incidência no ramo Automóvel (+34,6%) e nos ramos de Acidentes (+14,4%).

Nos restantes segmentos, verificaram-se aumentos de menor relevância. Nos ramos de Incêndio e Outros Danos o acréscimo foi de 8,6 % e no ramo de Responsabilidade Civil o aumento foi de apenas 2,2%. Em termos relativos o aumento mais significativo verificou-se no ramo de Marítimo e Transportes (+180,8 %), apesar de ser pouco representativo pelo reduzido número de sinistros registados.

### SINISTROS ABERTOS

PROCESSOS ABERTOS POR SEGMENTO	2017	2016	△
Acidentes	4 659	4 073	14,4%
Incêndio e Outros Danos	2 273	2 093	8,6%
Automóvel	14 095	10 475	34,6%
Responsabilidade Civil Geral	275	269	2,2%
Mercadorias e Transportes	73	26	180,8%
<b>TOTAL</b>	<b>21 375</b>	<b>16 936</b>	<b>26,2%</b>

O aumento do número de sinistros verificados em 2017, foi superior ao aumento do número de apólices em vigor, traduzindo-se assim num acréscimo da frequência de sinistros.

Assim, a Companhia registou uma frequência de sinistros global de 14,7%, fixando-se no Ramo Automóvel, segmento mais representativo da Companhia, em 13 %.

### FREQÜÊNCIA DE SINISTROS\*

FREQÜÊNCIA DE SINISTRALIDADE POR SEGMENTO	2017	2016	△
Acidentes	50,2%	48,1%	4,4%
Incêndio e Outros Danos	9,8%	10,7%	-8,4%
Automóvel	13,0%	10,5%	24,1%
Responsabilidade Civil Geral	7,5%	8,7%	-14,1%
Mercadorias e Transportes	11,3%	5,5%	106,4%
<b>TOTAL</b>	<b>14,7%</b>	<b>12,9%</b>	<b>14,4%</b>

\* Calculada sobre o número de apólices

Sendo a área de tratamento de sinistros principalmente avaliada pela qualidade de serviço que proporciona aos seus segurados e aos terceiros reclamantes, a Companhia para defesa da sua imagem continua a apostar na melhoria dos seus processos e procedimentos de resposta às participações recebidas, utilizando parceiros especializados em cada uma das áreas comercializadas.

### 3. Resseguro

Na política de resseguro da CARAVELA existem Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como Resseguro Facultativo e outras modalidades de Resseguro adequadas à proteção dos riscos aceites.

O programa de resseguro, aprovado pela CARAVELA para o ano de 2017, não sofreu qualquer alteração na sua estrutura quando comparado com o ano anterior, verificando-se apenas algumas alterações ao nível dos Resseguradores envolvidos.

No que respeita aos tratados proporcionais, que englobam os ramos de Incêndio e Outros Danos, Marítimo, Mercadorias Transportadas e Engenharia, manteve-se a retenção na quota-parte e o limite de excedente.

Relativamente aos tratados de Excesso de Perdas, que cobrem os ramos de Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho, Responsabilidade Civil Geral e CAT também não sofreram qualquer alteração, nem ao nível da prioridade nem na sua capacidade.

Os Resseguradores envolvidos são selecionados tendo em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, assim como a sua prestação de serviços, acompanhamento e disponibilidade apresentada. Neste seguimento decidiu-se manter a Nacional Re como líder, na totalidade dos tratados, com 40% de participação.

Desta forma, nas renovações dos tratados, o *rating* mínimo exigido a um Ressegurador é de “A-”, de acordo com as agências de notação S&P e/ou AM Best. No quadro abaixo é apresentado o leque dos principais Resseguradores, bem como o respetivo *rating* para 2017.

RESSEGURO 2017	
Ressegurador	Rating S&P
Nacional	(A-)
Hannover	(AA-)
Amlin	(A)
Scor	(AA-)
Helvetia	(A)
Qbe	(A+)
XL Catlin	(A+)
R+V	(AA-)
Covea	(A+)
SI Re	(A-)
DEVK	(A+)

## C) Gestão Financeira

### 1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos financeiros, nomeadamente, os Ativos Mobiliários, apresentaram um acréscimo de 8.372 milhares de euros em 2017, traduzindo um aumento de 18,0% face a 2016.

A gestão dos ativos financeiros, em parceria com a *OFI Asset Management*, tem vindo a ser executada de acordo com a política de investimentos definida pela Companhia, orientando-se tal como nos anos anteriores, por critérios de prudência, segurança e liquidez e no respeito pelas recomendações quer da EIOPA quer da Autoridade de Supervisão nacional.

#### CARTEIRA DE ATIVOS

(U: milhares de euros)

CARTEIRA DE ATIVOS	2017			2016			△
	VALOR	%	%	VALOR	%	%	
<b>1. INVESTIMENTO REPRODUTIVO</b>							
Ativos Mobiliários:							
Dívida Pública	(1) 16.944	31%	30%	19.447	43%	41%	-13%
Obrigações Diversas	(1) 29.964	56%	53%	22.675	50%	48%	32%
Ações e Fundos de Investimentos	507	1%	1%	2.587	6%	5%	-80%
Empréstimos Concedidos	252	0%	0%	0	0%	0%	0%
Liquidez	(2) 6.158	11%	11%	744	2%	2%	728%
Sub-total	53.824	100%	96%	45.453	100%	95%	18%
Outros Ativos não Mobiliários:							
Imóveis	1.361		2%	1.361		3%	0%
Sub-total	1.361		2%	1.361		3%	0%
<b>TOTAL (1)</b>	<b>55.185</b>		<b>98%</b>	<b>46.814</b>		<b>98%</b>	<b>18%</b>
<b>2. INVESTIMENTO OPERACIONAL</b>							
Equipamento, Mobiliário e Material	892		2%	863		2%	3%
<b>TOTAL (2)</b>	<b>892</b>		<b>2%</b>	<b>863</b>		<b>2%</b>	<b>3%</b>
<b>TOTAL (1) + (2)</b>	<b>56.078</b>		<b>100%</b>	<b>47.677</b>		<b>100%</b>	<b>18%</b>

#### **Obs:**

(1) Valorização com juros decorridos

(2) Depósitos a Prazo e à Ordem com juros decorridos e Fundos de tesouraria

A exposição a títulos de dívida pública reduziu 13%, face a 2016, enquanto a exposição à dívida *Corporate* aumentou o seu peso (+32%) no total de ativos mobiliários. Este reinvestimento em aplicações *Corporate*, por contrapartida de dívida soberana, deve-se, essencialmente, ao cumprimento da estratégia de alocação de ativos definida na política de investimentos.



A liquidez, entre Depósitos à Ordem, Depósitos a Prazo e Fundos de Tesouraria, aumentou cerca de 728%, face a 2016, em resultado da liquidação financeira de operações realizadas nos últimos dias do ano, no âmbito da gestão do risco de mercado.

## 2. Resultados dos Investimentos Financeiros

(U: milhares de euros)

	2017	2016	△
Rendimentos de investimentos	579	711	-18,6%
Ganhos ou perdas de investimentos	1.013	536	89,1%
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>1.592</b>	<b>1.246</b>	<b>27,7%</b>

Os resultados financeiros apresentaram, em 2017, um acréscimo, face ao período homólogo, de 345 milhares de euros (+27,7%), devido a uma maior realização de mais-valias.

Os rendimentos gerados apresentam um decréscimo de 18,6%, em resultado das condições menos favoráveis das taxas de juro verificadas durante o ano.

Realce para o facto de não se ter registado qualquer imparidade durante os últimos três anos em ativos financeiros, demonstrando a elevada prudência na escolha das aplicações que compõem a carteira de investimentos da CARAVELA.

Relativamente à taxa de rentabilidade, a carteira total de ativos registou uma remuneração média positiva de 2,7%.

## D) Custos de Exploração

### 1. Custos por Natureza a Imputar

O total de custos por natureza a imputar, atingiu os 8.997 milhares de euros, o que representa um aumento de 9,4% face a 2016, devido essencialmente, a um aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Custos com Pessoal incorporando já os efeitos da estratégia delineada para o período 2017-2020 e suportado no Programa Digital 2020 que procura reinventar o conceito de *customer experience*.

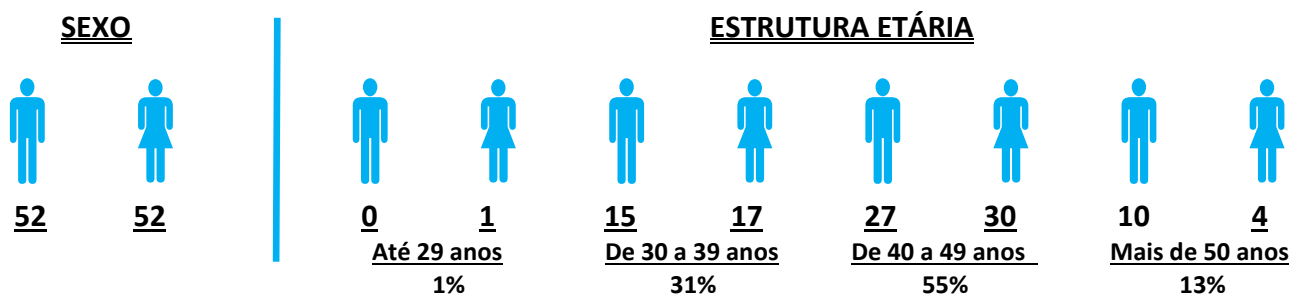
Este programa permitirá a introdução de uma maior inovação ao nível do produto e reajustamento do modelo operacional com ganhos diretos na eficiência de gestão da CARAVELA.

(U: milhares de euros)

CUSTOS POR NATUREZA	2017	2016	△
Custos com o Pessoal	5.150	4.886	5,4%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.077	2.862	7,5%
Impostos e Taxas	374	268	39,8%
Amortizações do Exercício	116	55	111,2%
Provisões para Riscos e Encargos	0	0	-
Juros Suportados	2	1	6,2%
Comissões	278	149	86,9%
<b>TOTAL</b>	<b>8.997</b>	<b>8.221</b>	<b>9,4%</b>

## 2. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal passou de 105 para 104 efetivos, distribuídos equitativamente por ambos os sexos (52 homens e 52 mulheres).



A média etária do quadro de pessoal é de 43 anos.

Salienta-se o aumento de 31,0% do rácio de prémios de seguro direto por colaborador do quadro efetivo devido, essencialmente, ao crescimento da produção.

	2017	2016	△
Efetivos no início do período	105	104	1,0%
Entradas	6	4	50,0%
Saídas	7	3	133,3%
<b>Efetivos no final do período</b>	<b>104</b>	<b>105</b>	<b>-1,0%</b>

(U: milhares de euros)

<b>Prémios brutos emitidos / nº de empregados</b>	<b>461</b>	<b>352</b>	<b>31,0%</b>
---	------------	------------	--------------

## E) Governance

Em 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora que adotou um novo regime de Solvência II, data esta definida na Lei n.º

147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.

Como já foi frisado no ano anterior, a entrada em vigor do regime de Solvência II elevou de modo muito significativo a exigência de resposta quer em matéria de *compliance* quer em matéria de *disclosure*, imposta às Companhias de Seguros. Adicionalmente mantém-se, face à Norma Regulamentar N.º 8/2016-R, de 16 de agosto, alterada pela Norma Regulamentar N.º 1/2018-R, de 11 de janeiro, a exigência de prestação de informação de índole contabilística, estatística e comportamental, em conformidade com RJASR.

No domínio da Solvência II, no decurso de 2017, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam:

- Participação nas sessões da Subcomissão “Gestão de Riscos, Solvência e Atuariado” da Comissão Técnica “Economia e Finanças” da Associação Portuguesa de Seguradores;
- Participação no inquérito promovido pela EIOPA no âmbito do projeto “*SCR Review*” relativo às participações estratégicas e às medidas de volume do risco de prémio;
- Participação no inquérito promovido pela EIOPA no âmbito do projeto “*LTG Review*” relativo ao regime transitório do risco acionista;
- Envio à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) do conjunto de reportes quantitativos (QRT – *Quantitative Reporting Templates*) definidos pelo EIOPA e geridos pelas entidades de supervisão, referentes à posição de final de ano com data de referência de 31 de dezembro de 2016 e numa base trimestral para o último trimestre de 2016 e os três primeiros trimestres de 2017;
- Reporte à ASF do Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2016, previsto no artigo 35.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 21.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Ressegurador e nos artigos 304.º a 314.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, com estrutura e conteúdo identificado nesse regulamento;
- Divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira relativo ao ano de 2016, previsto nos artigos 51.º a 56.º da Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, no artigo 83.º do Regime Jurídico de Acesso à Atividade Seguradora e Ressegurador e nos artigos 290.º a 303.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão;
- Reporte à ASF do Relatório de Progresso do Regime Transitório relativo às Provisões técnicas, previsto no n.º 5º do artigo 26.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, integrado no Relatório Periódico de Supervisão relativo ao ano de 2016;



- Conclusão do Projeto de construção de um *Datawarehouse* que permita responder aos requisitos dos Pilares I e III do regime de Solvência II;
- Conclusão do Projeto de implementação de ferramentas de solvência II de Pilar I e III;
- Reporte à ASF do registo das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Norma Regulamentar N.º 3/2017-R, de 18 de maio;
- Reporte à ASF do Relatório ORSA 2017, referente ao quadriénio 2017-2020.

## F) Solvência II

No ano de 2017, o segundo exercício em que vigorou o regime de Solvência adotado pelo novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, a CARAVELA beneficiou do aumento de capital realizado em junho deste ano, fixando os níveis de solvência em valores bastante confortáveis para enfrentar o novo Programa Digital 2020.

A Companhia calculou os rácios de Solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2017 e para o dia 1 de janeiro de 2018, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

O quadro abaixo apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital de Solvência II, em cada uma daquelas datas:

(U: milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2017	01.01.2018
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>10.927</b>	<b>17.697</b>	<b>17.623</b>
Capital Social	13.566	19.566	19.566
<b>Requisito de Capital de Solvência</b>	<b>9.823</b>	<b>10.107</b>	<b>10.107</b>
Ajustamento por Impostos	-1.211	-2.462	-2.462
Risco Operacional	1.140	1.546	1.546
<b>Requisito de Capital de Base</b>	<b>9.894</b>	<b>11.023</b>	<b>11.023</b>
Efeito de diversificação	-3.818	-4.843	-4.843
Soma das componentes de risco	13.712	15.866	15.866
Risco de Mercado	2.407	2.816	2.816
Risco de incumprimento da contraparte	1.142	1.206	1.206
Risco de subscrição saúde	2.319	3.530	3.530
Risco de subscrição não vida	7.844	8.314	8.314
<b>Rácio de Solvência</b>	<b>111,2%</b>	<b>175,1%</b>	<b>174,4%</b>

O quadro seguinte apresenta os fundos próprios elegíveis e os requisitos de capital para cálculo do capital mínimo de solvência (MCR):

(U: milhares de euros)

	31.12.2016	31.12.2017	01.01.2018
Fundos Próprios Elegíveis	10.205	16.826	16.732
Requisito de Capital Mínimo	4.421	4.548	4.548
<b>Rácio de Capital Mínimo</b>	<b>230,9%</b>	<b>370,0%</b>	<b>367,9%</b>

## IV. Capital Social e Resultado

### 1. Evolução do Capital Social

Após o aumento de capital processado em junho de 2017, o capital social da empresa subiu para 19.566.101,96 euros, representado por 41.109.472 ações sem valor nominal.

### 2. Resultado do Exercício de 2017

O resultado bruto apurado no final de 2017 foi de 1.700.016,64 euros, o qual deduzido do imposto sobre o rendimento estimado no montante de 246.306,12 euros, conduziu ao resultado líquido de 1.453.710,42 euros, confirmando a evolução positiva já verificada nos 2 últimos anos e atingindo um valor superior ao orçamento previamente elaborado que era de 1.322.081 euros.

O Conselho de Administração entende dever propor a seguinte aplicação do valor apurado:

- 145.371,04 euros (10 % do Resultado Líquido) conta de Reserva Legal;
- 1.310.339,38 euros, valor restante, conta de Resultados Transitados.

Com a aceitação da aplicação dos resultados nos termos propostos e o aumento de capital verificado no ano o Capital Próprio da Companhia eleva-se a 16.900.267 euros.

## V. Perspetivas de Evolução para 2018

Tal como definido no plano estratégico da empresa o principal desafio da CARAVELA é continuar o rumo pré-definido na obtenção de um forte crescimento orgânico, consistente e criterioso na ótica da rentabilidade e do desenvolvimento a médio e longo prazo.

A Companhia continuará a procurar a sua afirmação no mercado segurador através dos métodos tradicionais na indústria seguradora, como sejam:

- Aumentar a sua capacidade técnica na subscrição de forma a dominar os riscos aceites;

- Reforçar a qualidade de resposta em termos comerciais e de serviço;
- Acompanhar sistemática e rigorosamente a evolução dos rácios prudenciais, fundamental para um crescimento sustentável;
- Adaptar-se a novas regras e exigências legais entre as quais se destacam as exigidas pelo novo Regulamento Geral de Proteção de dados, que entrará em vigor no próximo dia 25 de maio.

Além dos objetivos definidos nos pontos anteriores, existem vários novos projetos que visam, principalmente, tornar a CARAVELA uma Companhia de referência no mercado segurador português, tradicionalmente conservador.

Estes projetos fazem parte integrante do já mencionado Programa Digital 2020

De entre os projetos em curso devem salientar-se os seguintes:

- CARAVELA cybersegura;
- Nova plataforma B2B para Mediadores;
- Desenvolvimento e arranque de uma plataforma B2C;
- Adesão e adoção prática dos novos avanços tecnológicos com ênfase no digital;
- Nova imagem corporativa;
- Lançamento de novos produtos inovadores e específicos para nichos de mercado.

## VI. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Clientes, Mediadores e Resseguradores, bem como a todos os Colaboradores, pela sua participação ativa e construtiva na vida da Sociedade.

Regista igualmente, com apreço, a ação do Conselho Fiscal no acompanhamento e aconselhamento concedidos no decorrer do exercício.

O Conselho de Administração agradece à Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões todo o apoio recebido, bem como à Associação Portuguesa de Seguradores pelo trabalho desenvolvido em prol do mercado segurador português.

Finalmente, ao concluir este relatório, o Conselho de Administração expressa aos Senhores Acionistas o seu reconhecimento pelo apoio e confiança demonstrados na equipa de gestão da Companhia durante o mandato agora iniciado.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2018

O Conselho de Administração,

Luís Cervantes  
Presidente

António Nestor Ribeiro  
Vice-Presidente

Mário Ferreira  
Vice-Presidente

Paulo Trigo  
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa  
Vogal



# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Relatório do Governo Societário



## I. ESTRUTURA DE GOVERNO

O modelo de governo da sociedade que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade, pelos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral
- O Conselho de Administração
- O Conselho Fiscal
- Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

O organograma abaixo, apresenta essa estrutura organizacional:



Ainda de acordo com os Estatutos da Sociedade a gestão corrente é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a nove membros eleitos por períodos quadrienais, sendo permitida a sua reeleição.

O atual Conselho de Administração que tem um mandato de 2017 a 2020, é composto por cinco administradores, sendo um deles Presidente, dois Vice-presidentes e outros dois Vogais.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes, podendo criar, por sua iniciativa e decisão conselhos de natureza consultiva.

A fiscalização dos actos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros independentes sendo um Revisor Oficial de Contas, com mandatos iguais aos do Conselho de Administração, sendo reelegíveis.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são fixadas por uma Comissão de Remunerações e Previdência, composta por três membros eleitos pelos acionistas, podendo ser reelegíveis.

## II. IDENTIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### **Mesa da Assembleia Geral:**

Presidente: Diamantino Pereira Marques\*

Vice-Presidente: Nuno Miguel Marques dos Santos Horta

Secretário: Nuno Miguel Novais Grangeon Cárcomo Lobo

\* Cessou funções no passado dia 1 de janeiro de 2018

### **Conselho de Administração:**

Presidente: Luís Filipe Sampaio Cervantes

Vice-Presidente: António Manuel Nestor Ribeiro

Vice-Presidente: Mário Nuno dos Santos Ferreira

Vogal: José Paulo de Castro Trigo

Vogal: Gonçalo Lopes da Costa de Ramos e Costa

### **Conselho Fiscal:**

Presidente: Manuel Augusto Lopes de Lemos

Vogal: Humberto Manuel Martins Carneiro

Vogal: Armando Luís Vieira de Magalhães, R.O.C. n.º 676

Suplente: Bernardo José Ferreira Reis

### **Revisor Oficial de Contas:**

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., S.R.O.C. n.º 51

- Efetivo: Fernando Marques Vieira, R.O.C. n.º 564

- Suplente: Paulo Jorge Damião Pereira, R.O.C. n.º 1219

## III. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ATIVIDADE EXERCIDA NOS ÚLTIMOS ANOS

### **Luís Cervantes – Presidente**

#### **Qualificação académica:**

Licenciado em Economia

Pós-Graduação em Gestão de Riscos e Produtos Derivados

#### **Atividade nos últimos anos:**

Diretor BES (1993-2005)

Administrador Crediflash (2004-2006)

Assessor de Administração da companhia de seguros Tranquilidade (2005-2006)

Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros AXA Portugal (2006-2010)

Membro do Conselho Executivo da companhia de seguros Seguro Direto Gere (2008)

Administrador da Sabseg Seguros (2010-2017)

Presidente do Conselho de Administração da AAA-SGPS, S.A. (novembro 2016- junho 2017)

Presidente do Conselho de Administração da Caravela-Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

António Nestor Ribeiro - Vice PresidenteQualificação académica:

Licenciado em Engenharia de Sistemas e Informática

Mestre em Informática - Sistemas distribuídos, Arquitetura de Computadores e Comunicações por Computador

Doutorado em Informática - Fundamentos da Computação

Atividade nos últimos anos:

Diretor Adjunto do curso da Licenciatura em Engenharia Informática (2008-2010)

Membro da Comissão de Curso da Licenciatura em Ciências da Computação (2008-2010)

Membro do Conselho Pedagógico da Escola de Engenharia (2010-2013)

Diretor da Licenciatura em Engenharia Informática (2010-2013)

Diretor Adjunto do Departamento de Informática (2012-2016)

Membro da Comissão Diretiva do Departamento de Informática (2010-2016)

Professor auxiliar da Universidade do Minho

Administrador fundador da MobiComp (-2008)

Co-fundador da iMobileMagic (2011-2016)

Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela-Companhia de Seguros, S.A. (2014-)

Mário Ferreira – Vice PresidenteQualificação académica:

Licenciado em Turismo e gestão de Empresas Turísticas

Atividade nos últimos anos:

Administrador – CEO do Grupo Douro Azul

Administrador da AAA-SGPS, S.A. (fevereiro a junho 2017)

Vice-presidente do Conselho de Administração da Caravela-Companhia de Seguros, S.A. (2017-)

Paulo Trigo – AdministradorQualificação académica:

Licenciado em Engenharia Civil

Pós-graduado em Engenharia e Segurança Industrial

Cursos de Analista de riscos, Técnico de Prevenção e Segurança e Técnico de Prevenção de Incêndios em empresas industriais

Atividade nos últimos anos:

Diretor do Gabinete de Análise de Riscos na Tranquilidade (1990-1998)

Diretor coordenador da Direção de Exploração Regional Norte na Tranquilidade (1998-2005)

Diretor coordenador da Direção de Grandes Clientes da Tranquilidade (2005-2014)

Administrador delegado da Caravela (2014-2017)

Administrador da Caravela (2017-)

Gonçalo Ramos e Costa – Administrador

Qualificação académica:

Licenciado em Administração de Empresas

Atividade nos últimos anos:

Gestor de Marketing na Lusitânia (1993-1998)

Diretor de Marketing na Lusitânia (1998-2001)

Administrador-delegado da Moçambique-Companhia de Seguros S.A. com sede em Maputo (2001-2004)

Administrador da Moçambique-Companhia de Seguros, S.A. (2004-2014)

Diretor coordenador da Direção Financeira, Administrativa e de Património da Lusitania (2007-2014)

Administrador da Caravela (2014-)

Diretor Geral da AAA - SGPS (2014-)

#### **IV. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES E PREVIDÊNCIA**

A Comissão de Remunerações e Previdência é composta por dois elementos:

Presidente: António Nestor Ribeiro

Vogal: Nuno dos Santos Horta

Vogal: Jorge Nelson Ferreira Aguiar Quintas

O Presidente da Comissão de Remunerações e Previdência é membro não remunerado do órgão de administração e não tem qualquer vínculo familiar a algum dos restantes membros.

#### **V. REMUNERAÇÕES**

A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização segue a política de remuneração aprovada pela Comissão de Remunerações e Previdência.

Os membros dos órgãos de administração poderão beneficiar, para além da remuneração fixa, de remuneração variável atribuída em função dos resultados líquidos da Companhia.

A Comissão de Remunerações e Previdência reúne anualmente em sessão plenária, para discussão e fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida no contrato de prestação de serviços e obedece à prática corrente do mercado.

#### **VI. REMUNERAÇÕES AUFERIDAS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (nos termos do art.º 29º da lei n.º 28/2009 de 19 de setembro)**

As remunerações base dos membros dos órgãos de administração e fiscalização são apresentadas no quadro da página seguinte:

## 1. Agregado

U: Euros

	Remuneração		Remuneração
	Fixa	Variável	Total Anual
Conselho de Administração	406 125,92	26 100,00	432 225,92
Conselho Fiscal	0,00	10 350,00	10 350,00
<b>Total</b>	<b>406 125,92</b>	<b>36 450,00</b>	<b>442 575,92</b>

## 2. Individual

Conselho de Administração	Remuneração		Remuneração
	Fixa	Variável	Total Anual
Luís Filipe Sampaio Cervantes (B)	121 366,57	0,00	121 366,57
António Manuel Nestor Ribeiro	0,00	0,00	0,00
Mario Nuno dos Santos Ferreira (B)	0,00	8 000,00	8 000,00
José Paulo Castro Trigo	128 628,25	7 550,00	136 178,25
Gonçalo Lopes da Costa de R. e Costa	129 990,00	0,00	129 990,00
Dimantino Pereira Marques (A)	26 141,10	7 550,00	33 691,10
José Alberto Reis Lamego (A)	0,00	3 000,00	3 000,00
<b>Total</b>	<b>284 759,35</b>	<b>18 100,00</b>	<b>302 859,35</b>

(A) Cessou Funções em 31/03/2017

(B) Iniciou Funções em 01/04/2017

U: Euros

Conselho Fiscal	Remuneração		Remuneração
	Fixa	Variável	Total Anual
Manuel Augusto Lopes de Lemos	0,00	6 900,00	6 900,00
Armando Luís Vieira de Magalhães	0,00	3 450,00	3 450,00
Humberto Manuel Martins Carneiro	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>10 350,00</b>	<b>10 350,00</b>

## VII. REMUNERAÇÃO DO AUDITOR/REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente com base nos artigos 59º e 60º do DL nº 487/99, de 16 de novembro, alterados pelo D.L. nº 224/2008 de 20 de novembro. Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal. Os valores pagos em 2017, incluindo o IVA foram os seguintes:



U: Euro

Descrição dos Honorários MAZARS	Valor
Solvência II	18 450,00
Revisão Oficial Contas	
Acerto Contrato 2016	2 346,00
Contrato 2017	58 425,00
<b>TOTAL</b>	<b>79 221,00</b>

## VIII. PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA SEGURADORA (Art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho de Administração com participação no capital da CARAVELA:

Nome	Nº Ações Detidas em 31/12/2017
Luís Filipe Sampaio Cervantes (participação através da Ancoras de Jupiter Unipessoal, Lda.)	3 288 760
Mário Nuno dos Santos Ferreira (participação através da International Trade Winds Holding Ltd.)	3 288 760
António Manuel Nestor Ribeiro (participação através da Blue Wave, S.A.)	1 233 285



# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Política de Remuneração dos Colaboradores

## I. ENQUADRAMENTO LEGAL

A política de remunerações dos colaboradores da CARAVELA cumpre o disposto na legislação em vigor, nomeadamente:

- Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril (Divulgação de informação relativa à política de remuneração das empresas de seguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Circular n.º 6/2010, de 1 de abril (Política de remuneração das empresas de seguros ou de resseguros e sociedades gestoras de fundos de pensões);
- Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015;
- Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação das Empresas de Seguros.

Essa política de compensação remuneratória tem como base um prudente e adequado controlo, de forma a evitar situações de conflito de interesses, sendo coerente com a política de crescimento e rentabilidade definida pelos acionistas da sociedade.

## II. COMPETÊNCIA

A política de remuneração dos colaboradores da CARAVELA deve ser proposta pelo Departamento de Recursos Humanos, para posterior aprovação do Conselho de Administração, sendo revista anualmente.

## III. DIVULGAÇÃO

A política de remuneração é divulgada nas várias áreas em que a lei e o normativo em vigor o obriga.

## IV. COMPONENTES DA REMUNERAÇÃO

Os colaboradores da CARAVELA poderão beneficiar para além da remuneração fixa, de remuneração variável, que assentará nos seguintes pressupostos:

- No equilíbrio entre as duas remunerações, de forma a um planeamento fácil e claro da parte variável;
- No facto de a remuneração variável resultar de um sistema de objetivos, e desempenho que integra objetivos individuais e de equipa.

## V. OUTROS BENEFÍCIOS

Além do mencionado anteriormente, os colaboradores da Caravela, auferem os seguintes benefícios:

- Seguro de Acidentes de Trabalho;
- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Planos Individuais de Reforma (PIR).





# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Demonstrações Financeiras

Demonstrações da Posição Financeira



## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2017	Exercício			Valores em euros
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício anterior
<b>ACTIVO</b>					
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1 337 716,34		1 337 716,34	830 916,88
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
	Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
5	Activos disponíveis para venda	52 842 165,54	685 371,77	52 156 793,77	44 810 179,00
3.2.2	Empréstimos e contas a receber	1 667 512,73	0,00	1 667 512,73	642 429,91
	Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
3.2.2	Outros depósitos	1 415 951,09		1 415 951,09	642 429,91
3.2.2	Empréstimos concedidos	251 561,64		251 561,64	0,00
	Contas a receber	0,00		0,00	0,00
	Outros	0,00		0,00	0,00
	Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios	1 361 174,82	0,00	1 361 174,82	1 361 174,82
	Terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.1-7	Terrenos e edifícios de rendimento	1 361 174,82		1 361 174,82	1 361 174,82
8	Outros activos tangíveis	892 275,72	734 780,02	157 495,70	74 277,79
	Inventários	15 584,62		15 584,62	17 986,51
	Goodwill	0,00		0,00	0,00
3.4-10	Outros activos intangíveis	1 527 669,23	1 157 848,32	369 820,91	101 168,76
	Provisões técnicas de resseguro cedido	10 896 048,83	0,00	10 896 048,83	7 167 069,17
4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	1 760 689,14		1 760 689,14	1 615 198,70
	Provisão matemática do ramo vida	0,00		0,00	0,00
4.1.1-4.1.3	Provisão para sinistros	9 135 359,69		9 135 359,69	5 551 870,47
	Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00		0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00		0,00	0,00
3.9.1-11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4 988 230,69	360 948,28	4 627 282,41	4 294 247,50
3.8.1-3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por operações de seguro directo	4 507 216,12	251 586,57	4 255 629,55	3 960 246,17
3.9.1-4.4-11	Contas a receber por outras operações de resseguro	286 814,67	39 444,24	247 370,43	192 759,66
3.8.2-3.9.1-11	Contas a receber por outras operações	194 199,90	69 917,47	124 282,43	141 241,67
20	Activos por impostos	1 396 790,76	0,00	1 396 790,76	1 615 774,82
20	Activos por impostos correntes	164 977,07		164 977,07	359 884,85
20	Activos por impostos diferidos	1 231 813,69		1 231 813,69	1 255 889,97
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	140 743,37		140 743,37	142 637,72
	Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
	<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>77 065 912,65</b>	<b>2 938 948,39</b>	<b>74 126 964,26</b>	<b>61 057 862,88</b>

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

		Valores em euros	
Notas do Anexo	Demonstração da Posição Financeira em 31.12.2017	Exercício	Exercício anterior
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
4.1.3	Provisões técnicas	48 011 939,85	44 186 546,52
3.7.1-4.1.2-4.1.3	Provisão para prémios não adquiridos	9 603 855,36	8 651 729,94
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00
4.1.3	Provisão para sinistros	36 806 764,87	32 809 321,67
	De vida	0,00	0,00
4.1.3	De acidentes de trabalho	16 936 691,89	12 055 530,16
4.1.3	De outros ramos	19 870 072,98	20 753 791,51
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00
3.7.4-4.1.3	Provisão para desvios de sinistralidade	180 247,73	157 038,76
3.7.3-4.1.3	Provisão para riscos em curso	1 421 071,89	2 568 456,15
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00
3.2.3.	Outros passivos financeiros	1 060 033,76	705 136,75
	Derivados de cobertura	0,00	0,00
	Passivos subordinados	0,00	0,00
3.2.3	Depósitos recebidos de resseguradores	1 060 033,76	705 136,75
	Outros	0,00	0,00
3.6-19	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	117 260,82	97 761,22
3.9.2	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4 899 551,56	4 169 878,77
3.9.2	Contas a pagar por operações de seguro directo	2 133 950,70	1 929 185,04
3.9.2	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1 859 145,26	2 067 728,10
3.9.2	Contas a pagar por outras operações	906 455,60	172 965,63
20	Passivos por impostos	1 547 730,17	1 371 066,38
20	Passivos por impostos correntes	1 398 520,02	1 332 764,99
20	Passivos por impostos diferidos	149 210,15	38 301,39
3.9.3	Acréscimos e diferimentos	1 590 180,87	1 463 037,43
	Outras Provisões	0,00	0,00
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>57 226 697,03</b>	<b>51 993 427,07</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
21	Capital	19 566 101,96	13 566 000,00
	(Acções Próprias)	0,00	0,00
	Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
22	Reservas de reavaliação	663 156,21	170 228,41
22	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	663 156,21	170 228,41
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00
22	Reserva por impostos diferidos	-149 210,15	-38 301,39
21-22	Outras reservas	2 518 464,05	2 488 215,05
21	Resultados transitados	-7 151 955,26	-7 424 194,96
	Resultado do exercício	1 453 710,42	302 488,70
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>16 900 267,23</b>	<b>9 064 435,81</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>74 126 964,26</b>	<b>61 057 862,88</b>

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Demonstrações Financeiras

Contas de Ganhos e Perdas

## CONTAS DE GANHOS E PERDAS

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2017	Exercício				Valores em euros
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Exercício anterior
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro		33 784 122,53		33 784 122,53	24 173 678,88
11	Prémios brutos emitidos		47 972 616,91		47 972 616,91	36 939 371,84
	Prémios de resseguro cedido		13 144 064,82		13 144 064,82	10 952 528,54
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)		1 189 920,00		1 189 920,00	1 905 836,10
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		145 490,44		145 490,44	92 671,68
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		0,00		0,00	0,00
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro		23 238 451,50		23 238 451,50	17 159 107,42
4.1.1	Montantes pagos		23 946 748,01		23 946 748,01	19 155 174,15
4.1.1	Montantes brutos		29 906 625,83		29 906 625,83	23 442 632,69
4.1.1	Parte dos resseguradores		5 959 877,82		5 959 877,82	4 287 458,54
4.1.1	Provisão para sinistros (variação)		-708 296,51		-708 296,51	-1 996 066,73
4.1.1	Montante bruto		3 618 875,04		3 618 875,04	-838 985,97
4.1.1	Parte dos resseguradores		4 327 171,55		4 327 171,55	1 157 080,76
4.1.3	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro		-1 124 175,29		-1 124 175,29	-1 213 160,36
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				0,00	0,00
	Montante bruto				0,00	0,00
	Parte dos resseguradores				0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro		0,00		0,00	0,00
17	Custos e gastos de exploração líquidos		11 283 152,83		11 283 152,83	8 983 194,59
17	Custos de aquisição		10 884 793,84		10 884 793,84	9 042 434,95
17	Custos de aquisição diferidos (variação)		-237 794,58		-237 794,58	-380 466,26
17	Gastos administrativos		2 565 153,04		2 565 153,04	2 135 980,80
	Comissões e participação nos resultados de resseguro		1 928 999,47		1 928 999,47	1 814 754,90
13	Rendimentos		578 669,00	0,00	578 669,00	710 673,37
13	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		495 269,00	0,00	495 269,00	676 423,37
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		83 400,00	0,00	83 400,00	34 250,00
3.9.5	Gastos financeiros		199 826,44	0,00	199 826,44	179 655,78
3.9.5	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		199 826,44	0,00	199 826,44	179 655,78
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros		0,00	0,00	0,00	0,00

### Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

### Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo



## CONTAS DE GANHOS E PERDAS

Valores em euros

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas em 31.12.2017	Exercício				Exercício anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
14	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		906 267,59	0,00	906 267,59	535 803,73
14	De activos disponíveis para venda		906 267,59	0,00	906 267,59	535 803,73
	De empréstimos e contas a receber		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00	0,00	0,00
15	Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-107 005,70	0,00	-107 005,70	0,00
15	De activos disponíveis para venda		-107 005,70	0,00	-107 005,70	0,00
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões (variação)		0,00	0,00	0,00	0,00
3.9.4	Outros rendimentos/gastos		0,00	-78 792,70	-78 792,70	118 350,57
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>1 778 809,34</b>	<b>-78 792,70</b>	<b>1 700 016,64</b>	<b>429 709,12</b>
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		0,00	222 229,94	222 229,94	127 220,42
20	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		0,00	24 076,28	24 076,28	0,00
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>1 778 809,34</b>	<b>-325 098,92</b>	<b>1 453 710,42</b>	<b>302 488,70</b>

### Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

### Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo





# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Demonstrações Financeiras

Demonstração de Variações do Capital Próprio

## DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

										2017
										Valores em euros
Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2016</b>	13 566 000,00	170 228,41	0,00	-38 301,39	1 117 579,65	1 370 635,40	-7 424 194,96	302 488,70	9 064 435,81
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
21	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	13 566 000,00	170 228,41	0,00	-38 301,39	1 117 579,65	1 370 635,40	-7 424 194,96	302 488,70	9 064 435,81
	Aumentos/reduções de capital	6 000 101,96								6 000 101,96
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		492 927,80							492 927,80
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-110 908,76					-110 908,76
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados					30 249,00			-30 249,00	0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							272 239,70	-272 239,70	0,00
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	6 000 101,96	492 927,80	0,00	-110 908,76	30 249,00	0,00	272 239,70	-302 488,70	6 382 121,00
21	Resultado líquido do período								1 453 710,42	1 453 710,42
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2017</b>	<b>19 566 101,96</b>	<b>663 156,21</b>	<b>0,00</b>	<b>-149 210,15</b>	<b>1 147 828,65</b>	<b>1 370 635,40</b>	<b>-7 151 955,26</b>	<b>1 453 710,42</b>	<b>16 900 267,23</b>

										2016
										Valores em euros
Notas do Anexo	DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital social	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis para venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2015</b>	13 566 000,00	369 552,52	0,00	-83 149,32	1 096 889,65	1 370 635,40	-7 610 398,08	206 893,12	8 916 423,29
	Correcções de erros (IAS 8)									0,00
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)									0,00
21	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	13 566 000,00	369 552,52	0,00	-83 149,32	1 096 889,65	1 370 635,40	-7 610 398,08	206 893,12	8 916 423,29
	Aumentos/reduções de capital									0,00
22	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		-199 324,11							-199 324,11
	Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0,00
22	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				44 847,93					44 847,93
22	Aumentos de reservas por aplicação de resultados					20 690,00			-20 690,00	0,00
	Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0,00
21	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							186 203,12	-186 203,12	0,00
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	0,00	-199 324,11	0,00	44 847,93	20 690,00	0,00	186 203,12	-206 893,12	-154 476,18
21	Resultado líquido do período								302 488,70	302 488,70
	Distribuição antecipada de lucros									0,00
	<b>Demonstração da posição financeira a 31-12-2016</b>	<b>13 566 000,00</b>	<b>170 228,41</b>	<b>0,00</b>	<b>-38 301,39</b>	<b>1 117 579,65</b>	<b>1 370 635,40</b>	<b>-7 424 194,96</b>	<b>302 488,70</b>	<b>9 064 435,81</b>

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo





# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Demonstrações Financeiras

Demonstração do Rendimento Integral

## DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

		Valores em euros	
<i>Notas do Anexo</i>		<i>Técnica Não-Vida</i>	<i>Técnica Não-Vida</i>
		Exercício	Exercício anterior
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1 453 710,42</b>	<b>302 488,70</b>
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>382 019,04</b>	<b>-154 476,18</b>
	Activos financeiros disponíveis para venda	492 927,80	-199 324,11
22	Ganhos e perdas líquidos	492 927,80	-199 324,11
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	0,00	0,00
	Imparidade	0,00	0,00
	Alienação	0,00	0,00
22	Impostos	-110 908,76	44 847,93
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	0,00	0,00
	Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
	Outros movimentos	0,00	0,00
	<b>Total do rendimento integral líquido de impostos</b>	<b>1 835 729,46</b>	<b>148 012,52</b>

### Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

### Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo





# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em euros

	2017		2016	
<b>Actividades Operacionais:</b>				
Recebimento de clientes	49 008 336		37 462 659	
Pagamentos a fornecedores	-2 626 951		-2 676 231	
Pagamentos ao pessoal	-5 053 405		-4 753 859	
Contribuições para o fundo de pensões	-39 525		-36 254	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>41 288 455</b>		<b>29 996 315</b>	
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-137 549		-163 377	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional:				
Pagamentos de sinistros	-23 811 451		-19 670 624	
Recebimentos/pagamentos de resseguro	-5 581 860		-5 477 737	
Recebimentos/pagamentos de co-seguro	463 215		396 944	
Recebimentos/pagamentos de outros impostos e taxas	-6 623 732		-4 936 544	
Outros recebimentos/pagamentos	-3 618 353		-2 692 826	
<b>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>1 978 725</b>		<b>-2 547 849</b>	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0		0	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-59 948		-25 604	
<b>Fluxo das actividades operacionais (1)</b>	<b>1 918 777</b>		<b>-2 573 453</b>	
<b>Actividades de Investimento:</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Investimentos financeiros	61 518 065		26 285 394	
Activos Tangíveis	0		0	
Activos Intangíveis	0		0	
Subsídios de investimento	0		0	
Juros e proveitos similares	1 227 986		1 263 052	
Dividendos	15 752		15 804	
Outros recebimentos relativos à actividade de investimento	70 463	62 832 266	0	27 564 250
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Investimentos financeiros	68 916 882		25 392 363	
Activos Tangíveis	100 521		1 417 640	
Activos Intangíveis	244 168		90 089	
Outros pagamentos relativos à actividade de investimento	18 185	69 279 756	57 387	26 957 479
<b>Fluxo das actividades de investimento (2)</b>	<b>-6 447 490</b>		<b>606 771</b>	
<b>Actividades de Financiamento:</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Empréstimos obtidos	0		0	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissã	6 000 102		0	
Subsídios e doações	0		0	
Venda de acções próprias	0		0	
Cobertura de prejuízos	0		0	
Outros recebimentos relativos à actividade de financiamento	0	6 000 102	0	0
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Empréstimos obtidos	0		0	
Amortização de contratos de locação financeira	0		0	
Juros e custos similares	0		0	
Dividendos	0		0	
Redução de capital e prestações suplementares	0		0	
Aquisição de acções próprias	0		0	
Outros pagamentos relativos à actividade de financiamento	191 880	191 880	0	0
<b>Fluxo das actividades de financiamento (3)</b>	<b>5 808 222</b>		<b>0</b>	
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>	<b>1 279 509</b>		<b>-1 966 682</b>	
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>1 473 195</b>		<b>3 439 877</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>2 752 704</b>		<b>1 473 195</b>	

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo





# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

## 1. Informações Gerais

A CARAVELA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A., adiante designada por CARAVELA ou Companhia, é uma sociedade anónima registada com o NIPC 503640549, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, que resultou da alteração da denominação social da Macif Portugal - Companhia de Seguros, S.A. em 8 de janeiro de 2015, conforme registo efetuado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

A Companhia foi constituída em 1996 sob a denominação social de Euresap – Euresa Portugal Companhia de Seguros S.A., que foi alterada no ano de 2001 para Companhia de Seguros Sagres, S.A. e no ano de 2010 para Macif Portugal – Companhia de Seguros, S.A.; Em 12 de novembro de 2014 foi adquirida na sua totalidade pela Sociedade AAA, SGPS, S.A.

No dia 26 de junho de 2017 teve lugar a transmissão das 26.600.000 ações do Acionista AAA, SGPS, S.A., representativas de 100% do capital social, a diversos Acionistas e, adicionalmente, foi efetuado um aumento de capital, no montante de 6.000.101,96€, através da emissão de 14.509.472 novas ações ao valor unitário de 0,413530€.

Com sede em Lisboa, na Avenida Casal Ribeiro, nº 14, a CARAVELA dispõe de escritórios no Porto, Leiria e Faro, tendo-se verificado neste exercício o encerramento dos escritórios de Braga, Setúbal e Portimão, e a transferência dos serviços para os escritórios no Porto, Sede e Faro, respetivamente.

A Companhia exerce a atividade de seguros e resseguros dos ramos Não Vida, mediante a autorização nº 1133 concedida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Em volume de prémios do seguro direto, a Caravela registou um aumento de 29,9% face ao ano anterior, sendo o ramo Automóvel o que continua a ter maior significado, representando 48,7% do volume total de prémios (49% em 2016), seguido do ramo de Acidentes de Trabalho com 28,2% (26% em 2016).

Todos os valores do presente Anexo às Demonstrações Financeiras estão expressos em euros, com arredondamento à unidade.

As Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foram analisadas pelo Conselho de Administração em reunião do dia 7 de fevereiro de 2018.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras vão ser submetidos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, em 15 de março de 2018.

## 2. Informação por Segmentos

A totalidade do negócio da Companhia é proveniente de contratos de seguro dos ramos Não Vida celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um Segmento Geográfico, sendo a distribuição por linhas de negócios em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentada na página seguinte:

2017  
U: Euro

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	14 524 372	6 230 092	23 371 157	263 793	219 352	953 705	2 410 146	47 972 617
Prémios resseguro cedido	5 496 694	4 685 150	838 320	228 202	139 949	27 281	1 728 469	13 144 065
Prémios brutos adquiridos	14 502 392	6 005 372	22 515 304	254 152	213 596	929 211	2 362 670	46 782 697
Prémios brutos adquiridos de resseguro	5 485 175	4 590 008	838 320	223 848	140 073	27 281	1 693 869	12 998 574
Resultado dos Investimentos	355 109	140 631	805 550	1 108	2 652	58 213	28 853	1 392 116
Custos com sinistros brutos	13 281 424	3 127 214	15 449 643	27 777	88 431	274 843	1 276 169	33 525 501
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	4 913 053	3 387 460	658 375	16 463	69 521	-33 964	1 276 142	10 287 049
Variação de outras provisões técnicas	33 604	-111 823	-903 586	0	19	-30 389	-112 000	-1 124 175
Custos e gastos de exploração brutos	3 343 881	2 034 664	6 986 536	63 044	82 355	313 512	388 162	13 212 152
Comissões e participação nos resultados de resseguro	546 438	1 279 288	0	57 492	44 871	911	0	1 928 999
Outros rendimentos/gastos técnicos	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultado técnico</b>	<b>-1 827 092</b>	<b>1 172 687</b>	<b>1 608 316</b>	<b>14 545</b>	<b>19 762</b>	<b>369 124</b>	<b>421 467</b>	<b>1 778 809</b>
Outros rendimentos/gastos não técnicos								-78 793
<b>Resultado não técnico</b>								<b>-78 793</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>								<b>1 700 017</b>
Investimentos totais afectos à representação das provisões técnicas de seguro directo	21 286 073	5 339 893	29 604 810	45 508	100 292	2 075 196	1 193 927	59 645 700
Provisões técnicas de seguro directo	17 990 345	4 513 116	25 021 090	38 462	84 764	1 753 893	1 009 071	50 410 742

2016  
U: Euro

Rúbrica	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo e Transportes	Mercadorias Transportadas	R.Civil Geral	Diversos	TOTAL
Prémios brutos emitidos	10 615 209	5 038 331	18 115 154	274 074	164 830	731 677	2 000 095	36 939 372
Prémios resseguro cedido	4 550 690	3 755 332	750 907	245 328	91 244	27 518	1 531 509	10 952 529
Prémios brutos adquiridos	10 519 209	4 683 560	16 824 326	267 562	164 061	671 037	1 903 781	35 033 536
Prémios brutos adquiridos de resseguro	4 564 997	3 592 671	750 907	242 430	89 753	27 518	1 591 581	10 859 857
Resultado dos Investimentos	539 255	58 034	420 717	432	552	28 751	19 080	1 066 821
Custos com sinistros brutos	7 838 041	2 444 538	11 238 078	19 853	26 934	-87 859	1 124 061	22 603 647
Parte dos resseguradores nos custos com sinistros	3 000 988	1 675 145	-193 615	5 160	20 283	-187 286	1 123 863	5 444 539
Variação de outras provisões técnicas	-276 747	98 815	-892 504	0	0	-55 720	-87 004	-1 213 160
Custos e gastos de exploração brutos	2 020 910	1 737 636	6 152 482	49 841	46 897	272 445	517 739	10 797 949
Comissões e participação nos resultados de resseguro	514 519	1 201 096	0	59 976	39 163	0	0	1 814 755
Outros rendimentos/gastos técnicos	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultado técnico</b>	<b>426 769</b>	<b>-255 825</b>	<b>-197 534</b>	<b>21 006</b>	<b>60 476</b>	<b>356 118</b>	<b>-99 651</b>	<b>311 359</b>
Outros rendimentos/gastos não técnicos								118 351
<b>Resultado não técnico</b>								<b>118 351</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>								<b>429 709</b>
Investimentos totais afectos à representação das provisões técnicas de seguro directo	14 248 103	4 167 228	28 770 445	32 640	42 795	1 921 161	1 409 739	50 592 110
Provisões técnicas de seguro directo	13 052 722	3 817 607	26 356 674	29 901	39 204	1 759 980	1 291 465	46 347 554



### 3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

No decorrer do período de 2017 foram efetuadas alterações em determinadas normas contabilísticas, nomeadamente:

- **IFRS 16 – “Locações”:**

- A IFRS 16 substitui a IAS 17 – “Locações” e as interpretações associadas, com impacto significativo na contabilização efetuada pelos locatários que passam a ser obrigados a reconhecer para todos os contratos de locação, um passivo de locação correspondente aos pagamentos futuros das rendas da locação e um ativo relativo ao “direito de uso”. Estão previstas isenções a este tratamento contabilístico para as locações de curto prazo (< 12 meses) e de ativos de baixo valor (< 5.000 USD). A definição de um contrato de locação também foi revista, sendo baseada no “direito de controlar o uso de um ativo identificado”. No que se refere ao regime de transição, a IFRS 16 pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva simplificada.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1986 de 31 de outubro.

- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo permitida a adoção antecipada desde que a IFRS 15 – ‘Rédito de contratos de clientes’ seja adotada ou esteja em vigor à mesma data.

- **IFRS 15 – “Rédito de contratos com clientes:**

- Esta alteração corresponde a clarificações introduzidas à IFRS 15 e referem-se a indicações adicionais a seguir na: i) determinação das obrigações de desempenho de um contrato; ii) determinação do momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual; iii) identificação dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente; e iv) seleção dos novos regimes transitórios previstos para a adoção da IFRS 15.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1987 de 31 de outubro.

- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018

- **IFRS 4 - “Contratos de Seguro”:**

- Esta alteração atribui a opção de reconhecimento em Outro rendimento integral, por oposição ao reconhecimento em resultados do período, da volatilidade que resulte da aplicação da IFRS 9, antes da entrada em vigor da IFRS 17 – “Contratos de seguro” (opção concedida às entidades que negociam contratos de seguro). As entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora podem recorrer ainda a uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021, a qual é opcional e aplicável às demonstrações financeiras consolidadas de um Grupo, quando este inclui uma entidade seguradora, conforme “carve in” da União Europeia.

- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1988 de 3 de novembro.

- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

**● IAS 12 - “Reconhecimento dos Impostos Diferidos Ativos”:**

- Esta alteração clarifica a forma de: i) contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor; ii) como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis; e iii) como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, quando existem restrições na lei fiscal.
- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1989 de 6 de novembro.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

**● IAS 7 - “Revisão das Divulgações”:**

- Esta alteração que é parte do projeto de revisão das divulgações introduz uma divulgação adicional relativa às variações dos passivos de financiamento desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e outros movimentos (com um adequado grau de detalhe), e a forma como estas conciliam com os fluxos de caixa das atividades de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (CE) N.º 2017/1990 de 6 de novembro.
- Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

As Demonstrações Financeiras da Caravela em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com o que estabelece o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2016-R de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Os valores das contas do Balanço e da Conta de Ganhos e Perdas dos exercícios de 2017 e 2016 são comparáveis entre si, encontrando-se as Demonstrações Financeiras preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), com exceção da IFRS 4-Contratos de Seguro, em que apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos de seguro.

Os custos e os proveitos são reconhecidos no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, que se encontram registados ao valor de mercado.

Sendo os prémios de seguro direto reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros registados aquando da participação, são realizadas determinadas especializações de acordo com as políticas contabilísticas a seguir especificadas, e que foram aplicadas de forma consistente para os períodos indicados.

### 3.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Em termos da Demonstração dos Fluxos de Caixa os valores registados no Balanço, e que incluem os valores em caixa e as disponibilidades à ordem em bancos, são facilmente convertíveis em numerário.

### 3.2. Instrumentos Financeiros

#### 3.2.1. Ativos financeiros disponíveis para venda

A CARAVELA classifica os seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial e de acordo com a intenção que lhes está subjacente, nomeadamente em “Ativos Financeiros Disponíveis para Venda”, que são ativos que a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado e não classificados como investimentos a deter até à maturidade.

São ativos inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, incluindo os custos de transação, sendo que as variações subsequentes do justo valor são reconhecidas na Reserva de Reavaliação em capital próprio. O justo valor corresponde ao valor pelo qual estes ativos podem ser transacionados em condições normais de mercados ativos.

No momento da alienação ou do reconhecimento de imparidade, as variações constatadas face ao justo valor são registadas em custos ou proveitos do exercício, por contrapartida de capitais próprios.

A Companhia adota o critério de reconhecimento de imparidades sempre que se registre uma desvalorização continuada de mais de 180 dias ou uma desvalorização de valor significativo, quando superior a 30% da respetiva cotação, no caso dos instrumentos de capital.

Nos instrumentos de dívida é reconhecida imparidade quando existe uma significativa dificuldade financeira do emitente, tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que as mais-valias potenciais que ocorram após o reconhecimento de perdas por imparidades são registadas em Reserva de Reavaliação e quando posteriormente sejam apuradas menos-valias potenciais considera-se que existe imparidade, que serão consideradas em resultados do exercício.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em resultados do exercício e são especializados de acordo com o tempo decorrido até à data do fim do exercício, sendo calculados pelo método da taxa efetiva e registados em Rendimentos, onde igualmente são reconhecidos os dividendos de instrumentos de capital no momento em que é conhecido o direito da Companhia ao recebimento.



### 3.2.2. Empréstimos e Contas a receber

Compreende ativos financeiros não cotados num mercado ativo, que incluem os depósitos a prazo em instituições de crédito, afetos a contratos de seguro, reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, e os empréstimos concedidos.

Em 16 de outubro de 2017 a Companhia concedeu um empréstimo no montante de 250.000,00€ à sociedade Mobility 24, S.A., empresa recentemente criada para a prestação de serviços de assistência e da qual a Caravela é acionista.

O saldo das rubricas Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos em 31 de dezembro de 2017, por prazo de vencimento, é o seguinte:

*U: Euro*

Outros Depósitos e Empréstimos Concedidos	Início	Vencimento	Prazo (dias)	Valor *
<b>Depósitos a Prazo:</b>				
Banco Popular	08.06.2017	08.06.2018	365	800 320
Banco Carregosa	18.07.2017	18.07.2018	365	240 643
				<b>1 040 963</b>
<b>Outros Depósitos Afetos às Carteiras de Investimentos:</b>				
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria				108 422
Banco Português Gestão				148 651
Caceis Investor Services				117 916
				<b>374 988</b>
<b>Empréstimos Concedidos:</b>				
Mobility 24				251 562
				<b>251 562</b>
				<b>1 667 513</b>

\* - Inclui juros decorridos

### 3.2.3. Passivos Financeiros

São constituídos por depósitos recebidos de resseguradores, com a seguinte decomposição, por ano:

*U: Euro*

	2017	2016
Depósitos recebidos de Resseguradores		
Prémios	0	0
Sinistros	1 060 034	705 137
	<b>1 060 034</b>	<b>705 137</b>
<b>Total de balanço</b>	<b>1 060 034</b>	<b>705 137</b>

### 3.3. Terrenos e Edifícios

#### 3.3.1. De rendimento

A Companhia adquiriu dois imóveis no dia 15 de julho de 2016, constituídos por:

- Uma fração autónoma designada pelas letras “CC” – rés-do-chão – loja 1, do prédio urbano situado na Rua José Galhardo, n.ºs 1, 3A, 3B e Rua Agostinho Neto, n.º 7, freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa, em regime de propriedade horizontal, pelo preço de 120.000 euros;
- As frações autónomas designadas pelas letras “V”, “X”, “Z”, “AA”, “AB”, “AC” e “AD”, que fazem parte do prédio urbano situado na Praça Conde de Agrolongo, n.ºs 161 a 183, freguesia de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), concelho de Braga, pelo preço global de 1.140.000 euros.

Estes imóveis estão classificados como propriedades de rendimento, valorizados nos termos da IAS 40.

### 3.4. Outros Ativos Tangíveis e Intangíveis

No momento do reconhecimento inicial destes ativos a CARAVELA capitaliza o valor de aquisição e os encargos suportados e que sejam necessários para que os bens entrem em funcionamento, de acordo com a IAS 16.

A vida útil dos bens tangíveis varia em função do tempo estimado de obtenção de benefícios económicos futuros, sendo os bens gradualmente amortizados durante esses períodos.

Os custos incorridos com a aquisição dos bens intangíveis (*software*), bem como as despesas com a sua implementação, são igualmente capitalizados, e são amortizados linearmente, durante o período de vida útil estimado de três anos, e pelo período de seis anos para as aquisições ocorridas a partir do exercício de 2015.

Os custos com a manutenção do *software*, quando incorridos, são reconhecidos diretamente em Resultados como custo do exercício.

Todos estes bens são revertidos no momento da alienação, ou no momento em que deixem de produzir benefícios económicos, sendo o ganho ou perda apurados reconhecidos diretamente em Resultados.

A Companhia procedeu à verificação da possível perda por imparidade deste tipo de bens, de acordo com o que estipula a IAS 36 e a IAS 38, tendo concluído que este grupo de ativos está devidamente valorizado à data do encerramento do exercício, continuando a proporcionar os benefícios económicos deles esperados.

A Caravela procedeu ao abate de alguns ativos fixos tangíveis no exercício, no montante global de 143.426 euros, por se encontrarem em estado obsoleto e de 1.506 euros de bens intangíveis.

### 3.5. Imposto sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de IRC à taxa de 21% acrescida de 1,5% de derrama, imposto corrente calculado com base no lucro tributável do exercício e após dedução de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores e suscetíveis dessa dedução.

Dado que o lucro tributável normalmente difere do resultado contabilístico, são calculados impostos diferidos com impacto no imposto a pagar ou a recuperar nos anos seguintes e que correspondem a diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, entre os valores de balanço e a respetiva base fiscal, e que normalmente são calculados à taxa em vigor à data do balanço.

O imposto diferido na Companhia corresponde a valias potenciais e imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda, bem como a imposto diferido ativo por prejuízos fiscais, na medida em que a Administração estimou no exercício de 2014, e confirmou neste exercício, que se prevê virem a existir lucros tributáveis nos exercícios seguintes, suficientes para absorverem essas diferenças temporárias dedutíveis.

### 3.6. Benefícios dos Empregados

#### Plano de Pensões de Benefício Definido

A CARAVELA mantém o compromisso, desde o ano de 2003, de conceder a três colaboradores que estavam na atividade em 22 de junho de 1995 e de acordo com o CCT 2008, prestações pecuniárias para complementos de reformas atribuídas pela Segurança Social, anteriormente através da Adesão Coletiva nº 70 ao “Fundo de Pensões Aberto BPI Garantia”, e a partir de julho de 2017 do “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida S.A. (Fundo nº 287).

Este Plano de Pensões, que está a cargo da CARAVELA, é aplicável aos colaboradores mencionados, bem como aos reformados que se encontrem a receber uma pensão paga pelo Fundo, que no caso da CARAVELA, diz respeito a um ex-administrador que atingiu a idade legal de reforma.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

#### Plano de Pensões de Contribuição Definida

O veículo de financiamento afeto a este Plano é o “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas” da Zurich Vida, S.A. (Fundo nº 287), que se aplica de uma forma homogénea a todos os colaboradores da Companhia não considerados no Plano descrito anteriormente.

Este Fundo está constituído de acordo com as regras definidas na cláusula 50ª e seguintes do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.4, de 29 de janeiro, tendo a Companhia efetuado as contribuições necessárias para o Fundo à data de 31 de dezembro.

Na nota 19 encontram-se divulgadas informações adicionais.

### Prémio de Permanência

De acordo com a cláusula 42ª do ACT 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego nº 4, de 29 de janeiro, verificados os requisitos mencionados na cláusula nº. 42 do ACT 2016, sempre que o trabalhador, complete um ou mais múltiplos de cinco anos de serviço na Companhia, tem direito a receber um prémio único correspondente a 50% do seu ordenado mensal, em expressão monetária, ou em espécie (concessão de dias de licença com retribuição).

## **3.7. Provisões Técnicas do Seguro Direto e do Resseguro Cedido**

Nas páginas seguintes descrevem-se as Provisões Técnicas Não Vida:

### **3.7.1. Provisão para Prémios não Adquiridos do Seguro Direto**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício com vigência após essa data e destina-se a cobrir os riscos assumidos pela Companhia desde o final do exercício até à data de vencimento dos respetivos contratos de seguro, atingindo o valor total de 12.002.657 euros antes da dedução dos custos de aquisição diferidos (em 2016 o valor desta provisão era de 10.812.737 euros).

A provisão é calculada por aplicação do método *pro-rata temporis*, para cada prémio emitido de cada contrato em vigor e para todos os ramos, deduzida dos custos de aquisição também imputáveis a exercícios seguintes na mesma proporção dos prémios.

### **3.7.2. Provisão para Sinistros do Seguro Direto**

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado dos encargos com sinistros decorrentes dos contratos de seguro, quer tenham sido declarados ou não à data do encerramento, e que se encontram por regularizar, incluindo a responsabilidade estimada por sinistros ocorridos no período e ainda não participados (IBNR), ou já participados mas insuficientemente provisionados (IBNER). Inclui ainda os custos administrativos a incorrer com a regularização futura de sinistros em gestão ou ainda não participados.

Estas provisões são revistas regularmente, à medida que as responsabilidades da Companhia vão sendo liquidadas, de forma a que seja mantido um nível de provisionamento adequado ou seja compatível com as responsabilidades existentes.

O seu valor estimado no exercício foi de 36.806.765 euros, que se comparam com 32.809.322 euros em 2016; neste valor está incluindo o montante de 644.602 euros, 812.898 euros em 2016, de provisão para despesas futuras com a gestão de sinistros já ocorridos.

### 3.7.3. Provisão para Riscos em Curso

A Provisão para Riscos em Curso corresponde ao montante necessário para fazer face a possíveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício, que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, pela soma dos rácios de sinistralidade, de despesas e de cedência, subtraindo o rácio de investimentos, deduzida de uma unidade, sendo a provisão para riscos em curso constituída e/ou reforçada sempre que a referida soma dos rácios seja superior a “1”.

Apurou-se, assim, neste exercício, uma provisão de balanço no valor de 1.421.072 euros, em 2016 foi de 2.568.456 euros, equivalente a 3% dos prémios adquiridos (7% em 2016).

### 3.7.4. Provisão para Desvios de Sinistralidade

Esta provisão é constituída para fazer face ao risco de Fenómenos Sísmicos nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja a possibilidade de maiores oscilações – ramos de Incêndio, Multi-Riscos Habitação e Atividades Comerciais e Associativas.

É calculada pela aplicação de um fator de risco, definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

O valor registado para esta provisão no final de 2017 foi de 180.248 euros, que se comparam com 157.039 euros em 2016.

### 3.7.5. Provisão Matemática

As provisões matemáticas determinam o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia e são calculadas com base em métodos atuariais, nos termos da legislação em vigor.

Para as pensões não remíveis a Caravela aplica a tábua de mortalidade TV 88/90, com uma taxa técnica de juro de 2,85% ( em 2016 a taxa aplicada foi de 3,00%) e encargos de gestão de 4%.

Para as pensões remíveis a tábua aplicada é a TD 88/90 com uma taxa de juro de 5,25% e 0% de encargos de gestão.



### 3.7.6. Provisões Técnicas do Resseguro Cedido

Compreende a Provisão para Sinistros e a Provisão para Prémios não Adquiridos, determinadas pela aplicação dos critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em conta os tipos de tratados de resseguro e as condições neles expressas, como percentagens de cedência e outras cláusulas, e corresponde à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia.

## 3.8. Ajustamentos e Especializações

### 3.8.1 Ajustamentos de Recibos por Cobrar

Os ajustamentos efetuados tiveram por objetivo reduzir do montante total dos prémios em cobrança o seu valor estimado de realização.

Os recibos emitidos e não cobrados no final do ano são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto” e o valor do ajustamento é apresentado a deduzir no ativo do balanço.

O regime do pagamento dos prémios de seguros previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro aprovado pelo D.L. n.º 72/2008 de 16 de abril, alterado pela Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro, determina que o não pagamento do prémio inicial na data do vencimento, ou da fração inicial, implica a resolução automática do contrato com efeito à data da sua celebração e que essa falta de pagamento nas anuidades subsequentes impedem a prorrogação desses contratos, daí resultando que contabilisticamente esses prémios sejam anulados no momento em que não foram cobrados.

O valor apurado dos ajustamentos de balanço de 2017 foi de 110.518 euros - 106.334 euros em 2016-equivalente a 0,2% dos prémios brutos emitidos líquidos de estornos e anulações (0,3% em 2016).

### 3.8.2. Ajustamentos de Créditos de Cobrança Duvidosa

O saldo global das rubricas “mediadores de seguros” e “outros devedores” diminuiu 39.795 euros no exercício (redução de 79.340 euros e reforço de 39.545 euros) sendo o valor global dos ajustamentos à data das Demonstrações Financeiras de 250.430 euros, comparativamente aos 290.225 euros em 2016.

### 3.8.3. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguros são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos.

À data do encerramento do exercício estes custos atingiram o valor total de 2.398.802 euros (em 2016 eram de 2.161.007 euros).

### **3.8.4. Remunerações de mediação**

São representadas pelo montante contratualmente atribuído aos mediadores, pela angariação e cobrança de prémios de seguro, sendo registadas como custo no momento do processamento dos respetivos recibos de prémio.

Esta rubrica inclui a especialização das comissões de incentivo comercial a pagar aos mediadores no primeiro trimestre do ano seguinte, após o apuramento final dos resultados por mediador, que é efetuado no início do ano seguinte, e desde que se encontrem atingidos os objetivos comerciais de produção, sinistralidade e cobranças que constam dos protocolos celebrados com os mediadores.

Foi reconhecido no exercício o montante de comissões de incentivo de produção, relativas a 2017, a pagar aos mediadores durante o primeiro trimestre de 2018, de 547.634 euros, valor este que se pode comparar com 439.284 euros em 2016.

### **3.8.5. Responsabilidade por férias e subsídios de férias**

Incluída na rubrica de “Acréscimos e Diferimentos” do passivo corresponde a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do ano e acrescidos de incrementos previstos, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final do exercício, a regularizar posteriormente, por serviços prestados pelos colaboradores até 31 de dezembro de 2017.

### **3.8.6. Locação Operacional**

Os pagamentos efetuados ao abrigo dos contratos de locação operacional de material de transporte, são registados pela Companhia em custos, no período a que respeitam.

## **3.9. Decomposição de Outras rubricas das Demonstrações Financeiras**

### **3.9.1. Outros devedores por operações de seguro**

Esta rubrica apresenta em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a decomposição expressa na página seguinte:

*U: Euro*

	2017	2016
<b>Contas a receber por operações do seguro directo:</b>		
Recibos por cobrar:		
- Acidentes de Trabalho	663 426	810 221
- Incêndio e Outros Danos	219 635	237 859
- Automóvel	977 144	846 094
- Outros Ramos	249 877	237 575
	<b>2 110 082</b>	<b>2 131 750</b>
Reembolsos de Sinistros:		
- Acidentes de Trabalho	978 698	819 252
- Incêndio e Outros Danos	99 137	100 637
- Automóvel	1 023 734	828 230
- Outros Ramos	50 304	24 862
	<b>2 151 873</b>	<b>1 772 980</b>
Mediadores:		
- Contas correntes	176 387	273 127
- Comissões a receber	32 938	28 367
	<b>209 325</b>	<b>301 494</b>
Cosseguradores:		
- Contas correntes	28 748	33 407
- Outros saldos	4	18
	<b>28 752</b>	<b>33 425</b>
Outros:		
- Outros saldos	7 185	7 155
	<b>7 185</b>	<b>7 155</b>
	<b>4 507 216</b>	<b>4 246 804</b>
Ajustamentos de recibos por cobrar	-110 518	-106 334
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-141 069	-180 224
	<b>4 255 630</b>	<b>3 960 246</b>
<b>Contas a receber por operações do resseguro cedido:</b>		
Contas correntes	286 815	232 844
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-39 444	-40 084
	<b>247 370</b>	<b>192 760</b>
<b>Contas a receber por outras operações:</b>		
Pessoal	6 432	6 347
Fundo de Acidentes de Trabalho	2 084	1 839
Outros devedores diversos	185 685	202 974
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-69 917	-69 917
	<b>124 282</b>	<b>141 242</b>
<b>Balço</b>	<b>4 627 282</b>	<b>4 294 248</b>

Os recibos por cobrar apresentaram a seguinte antiguidade em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

*U: Euro*

	2017	2016
Até 30 dias	1 889 907	1 905 117
De 31 a 90 dias	103 169	121 252
De 91 a 180 dias	58 531	31 932
De 181 a 360 dias	51 539	41 005
Com mais de 360 dias	6 937	32 444
<b>Total</b>	<b>2 110 082</b>	<b>2 131 750</b>

Os recibos em cobrança há mais de 30 dias respeitam a negócios colocados em co-seguro e a contratos de seguros celebrados com organismos públicos e com municípios, que pela sua natureza têm prazos especiais de pagamento.

### 3.9.2. Outros credores por operações de seguro

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica regista os seguintes valores:

*U: Euro*

	2017	2016
<b>Contas a pagar por operações do seguro directo:</b>		
Mediadores:		
- Contas correntes	311 734	246 215
- Comissões a pagar	39 778	82 988
	<b>351 512</b>	<b>329 203</b>
Cosseguradores:		
- Contas correntes	123 899	127 685
- Outros saldos	23	2 281
	<b>123 922</b>	<b>129 965</b>
Tomadores de seguro:		
- Estornos a pagar	230 007	171 844
- Prémios recebidos antecipadamente	1 428 510	1 298 173
	<b>1 658 516</b>	<b>1 470 017</b>
Outros (reembolsos de sinistros):	0	0
	<b>2 133 951</b>	<b>1 929 185</b>
<b>Contas a pagar por operações do resseguro cedido:</b>		
Contas correntes	1 859 145	2 067 728
<b>Contas a pagar por outras operações:</b>		
Pessoal	441	145
Fornecedores	459 602	117 263
Outros credores diversos	446 413	55 558
Outros	0	0
	<b>906 456</b>	<b>172 966</b>
<b>Balço</b>	<b>4 899 552</b>	<b>4 169 879</b>

### 3.9.3. Acréscimos e diferimentos

Os acréscimos e diferimentos ativos e passivos apresentaram a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<i>U: Euro</i>	
	2017	2016
Gastos Diferidos:		
Seguros	29 184	45 684
Rendas e alugueres	23 100	24 750
Serviços de informática	62 400	66 007
Outros gastos	26 059	6 197
<b>Total de balanço</b>	<b>140 743</b>	<b>142 638</b>

	<i>U: Euro</i>	
	2017	2016
Acréscimos de gastos:		
Juros a liquidar	0	0
Remunerações a liquidar ao pessoal (férias e subsídio)	655 266	634 008
Encargos sobre remunerações a liquidar	162 095	155 687
Comissões a pagar	598 857	521 617
Outros acréscimos	173 962	151 725
<b>Total de balanço</b>	<b>1 590 181</b>	<b>1 463 037</b>

A rubrica de “Comissões a pagar” respeita a comissões de mediação, no valor de 576.957 euros e a 21.900 euros de comissões bancárias de investimentos, a pagar em 2018.

A rubrica de “Outros acréscimos”, no valor de 173.962 euros, compreende as especializações do ano, de fornecimentos e serviços externos.

### 3.9.4. Outros rendimentos/gastos/ajustamentos

A decomposição de outros rendimentos, outros gastos e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontra-se discriminada no quadro da página seguinte:



*U: Euro*

	2017	2016
<b>Rendimentos e ganhos não correntes</b>		
Outros (exercícios anteriores)	148 191	116 276
	<b>148 191</b>	<b>116 276</b>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>		
Juros obtidos (mora)	0	0
Outros	15 870	38 479
	<b>15 870</b>	<b>38 479</b>
<b>Outros rendimentos não técnicos</b>		
Regularização de saldos	0	0
Outros (exercícios anteriores)	27 216	1 259
	<b>27 216</b>	<b>1 259</b>
<b>Ganhos benefícios pós-emprego</b>		
Ganhos planos pensões	0	0
	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Gastos e perdas não correntes</b>		
Donativos	-4 650	-2 490
Mecenato	-100 355	-22 608
Multas e penalidades	-1 870	-121
Quotizações diversas	-150	-150
Regularização de saldos ex.anteriores	-140 060	-96
Dívidas incobráveis	0	0
Outros	-12 729	-343
	<b>-259 814</b>	<b>-25 808</b>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>		
Juros suportados	-1	-8
Outros	-1 856	-2 752
	<b>-1 857</b>	<b>-2 760</b>
<b>Ajustamentos</b>		
De recibos por cobrar	-4 184	-17 708
De outros devedores	-4 215	8 612
	<b>-8 399</b>	<b>-9 096</b>
	<b>-78 793</b>	<b>118 351</b>

### 3.9.5. Gastos financeiros

Nos exercícios de 2017 e 2016 estes gastos tiveram a seguinte decomposição:

*U: Euro*

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2017			2016		
	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total	Conta Técnica	Conta não Técnica	Total
<b>Gastos de investimentos:</b>						
Custos imputados	199 826		199 826	179 656		179 656
Outros gastos de investimentos	0		0	0		0
<b>Total</b>	<b>199 826</b>	<b>0</b>	<b>199 826</b>	<b>179 656</b>	<b>0</b>	<b>179 656</b>

## 4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

### 4.1. Quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

#### 4.1.1. Provisão para Sinistros

a) O valor das Provisões para Sinistros, a 31 de dezembro de 2017, foi obtido recorrendo a métodos determinísticos e estocásticos ligados ao tratamento estatístico dos triângulos de *run off* correspondentes às indemnizações pagas líquidas de reembolsos cobrados, sem custos imputados à gestão de sinistros e brutas de resseguro.

b) Os valores das provisões foram obtidos de acordo com os seguintes procedimentos:

- Sem deflacionar os montantes das indemnizações já pagas, isto é, sem colocar os seus valores a custos de 2017;
- Não considerando o valor descontado dos pagamentos futuros, nem o seu crescimento por força da força da inflação.

c) Nos ramos de pequena dimensão o provisionamento é feito casuisticamente com base na informação constante na participação do sinistro e nos relatórios de peritagem.

d) No ramo de Acidentes de Trabalho, acresce a provisão matemática que regista a responsabilidade da Companhia por sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 que envolvam pagamentos de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, bem como a estimativa das responsabilidades com presumíveis incapacidades decorrentes de sinistros que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

Em cumprimento dos critérios de prudência utilizados pela Companhia manteve-se a tábua de mortalidade TV 88/90 no cálculo da Provisão Matemática, com a taxa técnica de juro 2,85%, continuando a assumir-se 4% de encargos.

A remição de Pensões de Acidentes de Trabalho é calculada pela tabela de mortalidade TD 88/90, com taxa técnica de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000, de 13 de janeiro.

A provisão para IBNR, apenas para as pensões, é calculada com base no número de pensões dos próprios sinistrados, excluindo as pensões que ocorram por morte, já que esses sinistros são conhecidos no imediato.

e) Acresce ainda a Provisão para Assistência Vitalícia, calculada recorrendo à tábua de mortalidade TV 88/90 com 4% de encargos e a taxa técnica de juro a 2,85%, sendo acrescentada uma taxa de crescimento de 2% aos custos vitalícios médios para fazer face à inflação futura.

f) A provisão de balanço para sinistros está incrementada da provisão para despesas de gestão com sinistros, onde se aplicam modelos determinísticos aos triângulos de *run off* de montantes pagos com despesas de gestão de sinistros. A repartição dos custos por ano de ocorrência e ano de pagamento é feita através do número de sinistros em gestão no ano.

g) O valor da provisão total para sinistros não declarados (IBNR) foi estimado tomando por base o número de sinistros participados em cada ano e, com base nos mesmos, aplica-se um modelo determinístico para estimar o número total de sinistros esperados, por ano de ocorrência e obtendo assim os sinistros que virão a ser participados referentes a anos de ocorrência já decorridos.

Com base nestes números de situações de IBNR expectáveis e no custo de sinistros total estimado por ano de ocorrência, encontra-se o valor da provisão desejável de IBNR.

h) O valor casuístico da provisão para sinistros declarados no exercício foi incrementado, de forma a fazer face a eventuais insuficiências não previstas casuisticamente (IBNER).

O desenvolvimento da provisão para sinistros de seguro direto relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores a 2017 e dos seus reajustamentos no exercício findo em 31 de dezembro 2017 foi o seguinte:

*U: Euro*

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2017 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	0	0	0	0
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	12 351 237	4 074 777	10 960 076	2 683 616
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	1 558 609	741 765	589 683	-227 161
-RESPONSABILIDADE CIVIL	15 990 282	4 669 124	8 745 613	-2 575 545
-OUTRAS COBERTURAS	1 074 095	702 360	144 298	-227 437
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	15 166	20 467	451	5 752
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	1 450 613	121 679	1 046 257	-282 678
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	369 319	161	2 059	-367 098
DIVERSOS	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>32 809 321</b>	<b>10 330 333</b>	<b>21 488 437</b>	<b>-990 551</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32 809 321</b>	<b>10 330 333</b>	<b>21 488 437</b>	<b>-990 551</b>

NOTAS:

\* Sinistros ocorridos no ano 2016 e anteriores

A provisão para sinistros (não incluindo os custos de gestão) apresenta a seguinte decomposição nos anos de 2017 e 2016:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2017			2016		
	Declarados	Não Declarados	Total Balanço	Declarados	Não Declarados	Total Balanço
<b>Acidentes de Trabalho:</b>						
- Provisão Matemática	5 079 282	6 403 911	11 483 193	4 031 325	4 681 558	8 712 883
- Provisão para Assistência Vitalícia	478 843	86 050	564 893	373 860	63 060	436 919
- Provisão para Outras Prestações	4 205 653	391 585	4 597 237	2 433 621	197 335	2 630 956
	<b>9 763 778</b>	<b>6 881 545</b>	<b>16 645 323</b>	<b>6 838 806</b>	<b>4 941 953</b>	<b>11 780 759</b>
<b>Outros Seguros:</b>						
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	274 434	13 272	287 706	245 069	29 571	274 639
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	1 637 702	455 975	2 093 678	1 080 849	395 452	1 476 301
Automóvel	14 701 306	808 830	15 510 136	15 762 451	918 776	16 681 227
Marítimo, Aéreo e Transportes	4 828	2 071	6 899	7 200	961	8 161
Mercadorias Transportadas	30 709	10 549	41 258	4 888	941	5 829
Responsabilidade Civil Geral	819 641	606 074	1 425 715	754 429	645 761	1 400 190
Crédito e Caução			0			0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	149 390	2 059	151 449	367 125	2 194	369 319
	<b>17 618 010</b>	<b>1 898 830</b>	<b>19 516 840</b>	<b>18 222 010</b>	<b>1 993 656</b>	<b>20 215 665</b>
<b>Total</b>	<b>27 381 788</b>	<b>8 780 375</b>	<b>36 162 163</b>	<b>25 060 816</b>	<b>6 935 608</b>	<b>31 996 424</b>

As responsabilidades não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos emitidos.

A provisão para sinistros de resseguro cedido e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Saldo de Balanço		Var. Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Acidentes e Doença	5 109 607	2 689 098	2 420 508	1 430 376
Incêndio e Outros Danos	1 689 215	846 951	842 264	18 320
Automóvel:				
Resp.Civil	2 013 644	1 458 708	554 936	-235 900
Outras Coberturas	0	0	0	0
Marítimo e Transportes	4 063	5 713	-1 649	-9 216
Mercadorias Transportadas	23 345	4 080	19 265	3 813
Resp.Civil Geral	142 750	176 714	-33 964	-187 286
Diversos	152 735	370 606	-217 870	172 307
<b>Total</b>	<b>9 135 360</b>	<b>5 551 870 0</b>	<b>3 583 489</b>	<b>1 192 414</b>

Os custos com sinistros de seguro direto, com reporte a 31 de dezembro 2017, apresentam a seguinte decomposição:

2017

U: Euro

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	7 736 072	821 175	4 724 177	13 281 424
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	2 404 571	138 532	584 111	3 127 214
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	10 772 294	954 260	-1 977 626	9 748 927
- OUTRAS COBERTURAS	4 916 235	291 293	493 188	5 700 716
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	74 222	3 282	38 705	116 208
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	279 249	21 404	-25 809	274 843
CRÉDITO E CAUÇÃO	0	0	0	0
PROTECÇÃO JURÍDICA	0	0	0	0
ASSISTÊNCIA	1 494 012	27	-217 870	1 276 169
DIVERSOS	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>27 676 655</b>	<b>2 229 971</b>	<b>3 618 875</b>	<b>33 525 501</b>
<b>RESSEGURO ACEITE</b>	0	0	0	0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>27 676 655</b>	<b>2 229 971</b>	<b>3 618 875</b>	<b>33 525 501</b>

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados, da forma que é apresentada no quadro seguinte, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2017			2016		
	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total	Sinistros Pagos	Variação da Provisão	Custo Total
<b>Seguro Directo:</b>						
Acidentes de Trabalho	8 350 709	4 723 125	13 073 834	4 879 062	2 630 100	7 509 161
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	206 538	1 052	207 590	455 195	-126 315	328 880
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	2 543 103	584 111	3 127 214	2 356 974	87 564	2 444 538
Automóvel	16 934 082	-1 484 439	15 449 643	14 387 175	-3 149 097	11 238 078
Marítimo, Aéreo e Transportes	28 858	-1 080	27 777	33 698	-13 844	19 853
Mercadorias Transportadas	48 646	39 786	88 431	20 730	6 204	26 934
Responsabilidade Civil Geral	300 652	-25 809	274 843	358 045	-445 904	-87 859
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	1 494 039	-217 870	1 276 169	951 754	172 307	1 124 061
	<b>29 906 626</b>	<b>3 618 875</b>	<b>33 525 501</b>	<b>23 442 633</b>	<b>-838 986</b>	<b>22 603 647</b>
<b>Resseguro Cedido:</b>						
Acidentes de Trabalho	-2 492 545	-2 415 224,66	-4 907 769	-1 570 527	-1 320 032,53	-2 890 559
Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas	0	-5 283,79	-5 284	-86	-110 343,17	-110 429
Doença	0	0	0	0	0	0
Incêndio e Outros Danos	-1 817 927	-1 569 532	-3 387 460	-1 686 079	10 934	-1 675 145
Automóvel	-103 439	-554 936	-658 375	-42 285	235 900	193 615
Marítimo, Aéreo e Transportes	-19 773	3 310	-16 463	-23 588	18 428	-5 160
Mercadorias Transportadas	-32 182	-37 339	-69 521	-13 337	-6 946	-20 283
Responsabilidade Civil Geral	0	33 964	33 964	0	187 286	187 286
Crédito e Caução	0	0	0	0	0	0
Diversos:						
- Protecção Jurídica	0	0	0	0	0	0
- Assistência	-1 494 012	217 870	-1 276 142	-951 556	-172 307	-1 123 863
	<b>-5 959 878</b>	<b>-4 327 172</b>	<b>-10 287 049</b>	<b>-4 287 459</b>	<b>-1 157 081</b>	<b>-5 444 539</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>23 946 748</b>	<b>-708 297</b>	<b>23 238 452</b>	<b>19 155 174</b>	<b>-1 996 067</b>	<b>17 159 107</b>

Os custos com sinistros apresentam-se líquidos de reembolsos recebidos/emittidos e incluem os custos de gestão de sinistros imputados.



#### 4.1.2. Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e de resseguro cedido, apresenta a seguinte decomposição:

**Seguro directo:**
*U: Euro*

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2017	Valor de Balanço 2016
Acidentes e Doença	707 882	141 575	566 307	548 719
Incêndio e Outros Danos	2 113 136	422 627	1 690 509	1 510 732
Automóvel:				
Resp.Civil	4 996 747	999 349	3 997 398	3 833 026
Outras Coberturas	2 954 462	590 892	2 363 570	1 843 261
Marítimo e Transportes	31 146	6 229	24 917	17 204
Mercadorias Transportadas	38 190	7 638	30 552	25 948
Resp.Civil Geral	303 472	60 672	242 800	223 182
Diversos	857 623	169 820	687 803	649 658
<b>Total Seguro Directo</b>	<b>12 002 657</b>	<b>2 398 802</b>	<b>9 603 855</b>	<b>8 651 730</b>

**Resseguro cedido:**
*U: Euro*

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Valor de Balanço 2017	Valor de Balanço 2016
Acidentes e Doença	28 736	1 164	27 572	16 053
Incêndio e Outros Danos	1 600 044	511 978	1 088 066	992 924
Automóvel:				
Resp.Civil	0	0	0	0
Outras Coberturas	0	0	0	0
Marítimo e Transportes	21 432	7 499	13 933	9 580
Mercadorias Transportadas	23 296	8 153	15 143	15 267
Resp.Civil Geral	0	0	0	0
Diversos	615 975	0	615 975	581 374
<b>Total Resseguro Cedido</b>	<b>2 289 484</b>	<b>528 795</b>	<b>1 760 689</b>	<b>1 615 199</b>

#### 4.1.3. Provisões Técnicas Totais

Nos quadros seguintes podem ser verificadas as evoluções das provisões técnicas do seguro direto e do resseguro cedido da Companhia, nos anos em análise:

U: Euro

Provisões Técnicas do Seguro Directo	Montante Calculado	C. Aquisição Diferidos	Balço 2017	Balço 2016	Varição
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>					
Acidentes e Doença	707 882	141 575	566 307	548 719	
Incêndio e Outros Danos	2 113 136	422 627	1 690 509	1 510 732	
Automóvel:					
Resp.Civil	4 996 747	999 349	3 997 398	3 833 026	
Outras Coberturas	2 954 462	590 892	2 363 570	1 843 261	
Marítimo e transportes	31 146	6 229	24 917	17 204	
Mercadorias Transportadas	38 190	7 638	30 552	25 948	
Resp.Civil Geral	303 472	60 672	242 800	223 182	
Diversos	857 623	169 820	687 803	649 658	
Sub-total	12 002 657	2 398 802	9 603 855	8 651 730	952 125
<b>Provisão para Desvios Sinistralidade</b>			180 248	157 039	23 209
<b>Provisão para Sinistros</b>					
Acidentes e Doença:					
Provisão Matemática			11 483 193	8 712 883	
Assistência Vitalícia			564 893	436 919	
Outras Prestações			5 185 191	3 201 435	
Incêndio e Outros Danos			2 141 220	1 558 609	
Automóvel:					
Resp.Civil			14 183 045	15 990 282	
Outras Coberturas			1 593 482	1 074 095	
Marítimo e Transportes			7 316	8 396	
Mercadorias Transportadas			46 555	6 770	
Resp.Civil Geral			1 450 421	1 450 613	
Diversos			151 449	369 319	
Sub-total			36 806 765	32 809 322	3 997 443
<b>Provisão para Riscos em Curso</b>					
Acidentes e Doença			49 187	15 583	
Incêndio e Outros Danos			78 513	213 544	
Automóvel:					
Resp.Civil			624 020	1 375 454	
Outras Coberturas			669 334	821 485	
Marítimo e Transportes			0	0	
Mercadorias Transportadas			19	0	
Resp.Civil Geral			0	30 389	
Diversos			0	112 000	
Sub-total			1 421 072	2 568 456	-1 147 384
<b>Total</b>	<b>12 002 657</b>	<b>2 398 802</b>	<b>48 011 940</b>	<b>44 186 547</b>	<b>3 825 393</b>

*U: Euro*

Provisões Técnicas do Resseguro Cedido	2017	2016
Provisão para prémios não adquiridos	<b>1 760 689</b>	<b>1 615 199</b>
Provisão para sinistros:		
Sinistros declarados	5 768 864	2 889 973
Sinistros não declarados (ibnr)	3 366 495	2 661 897
	<b>9 135 360</b>	<b>5 551 870</b>
<b>Total das provisões técnicas do resseguro cedido</b>	<b>10 896 049</b>	<b>7 167 069</b>

## 4.2. Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do grupo de ramos Não Vida, o risco específico de seguros contempla, entre outros, os riscos de prémios, de provisões e o risco de catástrofes.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários que, emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas.

O nível de provisões para sinistros é acompanhado mensalmente, sendo feitas revisões periódicas a todos os processos de sinistros, estando implementados modelos de avaliação estocásticos, de forma a colmatar alguma insuficiência de provisões.

A evolução da provisão para sinistros de seguro direto, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo de Acidentes de Trabalho e provisão com custos de gestão com sinistros, pode ser analisada de seguida, através dos triângulos de custos com sinistros e respetivos pagamentos dos últimos 10 anos:

U: Milhares de Euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>Estimativa inicial de custos com sinistros, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas, provisão para custos de gestão, IBNR e IBNER</b>	26 010	23 934	21 691	31 823	26 307	14 091	13 569	14 759	16 900	18 275	24 388
<b>Pagamentos Acumulados</b>											
Um ano depois	23 175	23 039	22 699	27 446	20 896	10 497	10 240	10 593	14 741	16 958	
Dois anos depois	25 271	24 437	24 779	28 887	21 713	11 218	11 227	11 592	15 990		
Três anos depois	26 462	25 528	25 593	30 102	22 469	11 691	11 769	11 889			
Quatro anos depois	27 415	26 336	26 430	31 103	23 043	11 759	12 074				
Cinco anos depois	28 131	27 695	26 844	32 857	23 287	12 158					
Seis anos depois	28 708	27 981	27 556	33 235	23 501						
Sete anos depois	28 880	29 006	27 777	33 384							
Oito anos depois	28 935	29 265	27 993								
Nove anos depois	29 231	29 316									
Dez anos depois	29 313										
<b>Estimativa final de custos com sinistros</b>											
Um ano depois	27 483	27 287	27 545	35 957	24 227	13 179	13 815	14 167	17 801	19 816	
Dois anos depois	28 122	27 956	28 572	36 475	24 027	13 457	13 397	13 391	18 034		
Três anos depois	28 782	29 055	28 864	37 040	23 789	13 375	13 430	13 166			
Quatro anos depois	29 757	29 041	28 791	36 498	23 918	13 019	13 291				
Cinco anos depois	29 841	29 897	28 589	35 059	23 907	12 730					
Seis anos depois	29 572	30 029	28 486	34 502	23 749						
Sete anos depois	29 619	29 993	28 293	34 222							
Oito anos depois	29 467	29 811	28 319								
Nove anos depois	29 491	29 720									
Dez anos depois	29 484										
	-3 474	-5 786	-6 628	-2 400	2 558	1 361	278	1 593	-1 134	-1 542	

A Caravela pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. Depois de várias análises atuariais e negociações com os resseguradores, a estrutura de resseguro em 2017 não apresenta alterações face ao ano anterior, tanto ao nível da percentagem de cessão como dos limites, sendo constituída por tratados proporcionais (Quota-parte e Excedente) e por tratados não proporcionais (Excesso de Perdas e Cobertura Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes de Trabalho	Excesso de perdas (XL) e Proporcional
Acidentes Pessoais	Excesso de perdas (XL)
Doença	Fronting
IOD	Quota-parte
IOD (Catástrofes Naturais)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Marítimo e Transportes	Quota-parte
Mercadorias Transportadas	Quota-parte
RC - Geral	Excesso de perdas (XL)
Assistência	Fronting

### 4.3. Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

#### Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de perda ou de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações dos preços de mercado dos instrumentos financeiros.

Neste risco incluem-se o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A política de investimentos define os princípios orientadores para a gestão prudente dos investimentos bem como as atividades de controlo e reporte dos mesmos.

Para assegurar uma adequada gestão do risco foram definidos limites de exposição da carteira com base em 6 critérios específicos:

- Classe de ativo;
- Tipo de emitente (forma jurídica);
- Nível de rating;
- Setor de atividade;
- Zona geográfica;
- Concentração por grupo emitente.

#### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força da não autorização de investimento em moeda estrangeira expressa na política de investimento. Indiretamente, por via da transparência dos fundos de investimentos detidos, verifica-se uma pequena exposição a moeda estrangeira, sendo o requisito de capital o seguinte:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2017	2016
Choque de +/- 25% às exposições de moeda estrangeira	6	76



### Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações encontrando-se expostos a este risco os títulos representativos de capital, nomeadamente, fundos de investimentos total ou parcialmente compostos por estes títulos. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2017	2016
Choque em ações Tipo I	0	338
Choque em ações Tipo II	31	81

### Risco de imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços de mercado imobiliário. A Companhia está exposta a este risco por via da aquisição de dois imóveis de rendimento no decorrer de 2016, descrevendo-se o requisito de capital no quadro seguinte:

Cenários	(milhares de euros)	
	Requisito de capital	
	2017	2016
Choque de 25% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	340	340

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

Estão expostos ao risco de taxa de juro, os ativos (obrigações e depósitos a prazo) e os passivos (provisões técnicas, principalmente a provisão matemática do ramo de Acidentes de Trabalho).

O cenário de subida de taxas de juro apresenta, no final de 2017, um impacto negativo significativo para a Companhia, tal como se verificava no final de 2016, como demonstrado nos quadros seguintes:

Ativos	(milhares de euros)	
	Efeito nos ativos	
	2017	2016
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	465	318
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-2.714	-2.709

<b>Passivos</b>		(milhares de euros)	
Cenários	Efeito nos passivos		
	2017	2016	
Choque de descida na curva de taxa de juro sem risco	662	357	
Choque de subida na curva de taxa de juro sem risco	-1.801	-1.447	
	Δ NAV Down	198	39
	Δ NAV Up	912	1.261
	Mktint	912	1.261

### Risco de *spread*

O risco de *spread* consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou incumprimento de um parceiro de negócio, refletindo a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são principalmente obrigações corporativas e depósitos a prazo.

Os ativos com exposição direta ao risco de *spread* têm o seguinte perfil:

Rating	2017			2016		
	% de exposição	Duração	Requisito de capital	% de exposição	Duração	Requisito de capital
AAA	1%	4,6	17	4%	2,3	14
AA	16%	5,9	290	33%	4,6	321
A	47%	4,8	885	43%	4,4	503
BBB	32%	4,7	1.092	18%	4,3	384
BB	3%	0,4	36	0%	0,0	0
B	0%	0,0	0	2%	1,0	38
CCC or lower	0%	0,0	0	0%	1,0	0
Unrated	1%	0,5	7	0%	0,0	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>4,8</b>	<b>2.328</b>	<b>100%</b>	<b>4,3</b>	<b>1.260</b>

### Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas. A distribuição da carteira por sector de atividade pode ser analisada como segue:

U: Milhares de Euros

Setor de Atividade	2017			2016		
	%	Exposição	Imparidade	%	Exposição	Imparidade
Comunicações	5%	2 427	0	2%	884	0
Consumo - Cíclico	10%	5 164	0	6%	2 551	0
Consumo - Não Cíclico	5%	2 605	0	7%	2 991	0
Financeiro	18%	9 566	0	17%	7 487	0
Fundos	10%	5 246	0	6%	2 688	0
Governos	33%	17 485	0	44%	19 788	0
Serviços	16%	8 570	0	13%	5 887	0
Outro	3%	1 346	0	6%	2 534	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>52 408</b>	<b>0</b>	<b>100%</b>	<b>44 810</b>	<b>0</b>

O conjunto dos 10 títulos com maior valor, por grupo emissor, é essencialmente composto por emissores públicos. Analisando o quadro da página seguinte verifica-se que a exposição a dívida corporativa se encontra bastante dispersa não ultrapassando os 3% para emissores com rating A ou superior e não ultrapassando os 1,5% para emissores com rating BBB ou inferior. Após o processo de transparência dos fundos, verifica-se uma exposição acima do limite indicado anteriormente para emissores com rating BBB ou inferior, no entanto, face ao ligeiro excesso, inferior a 0,1%, o requisito de capital, para 2017, é de apenas 36 milhares de euros no que se refere ao risco de concentração.

(milhares de euros)

Grupo Emissor	2017			
	Tipo Activo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BBB	7.573	14,2%
Divida Pública Francesa	OBG	AA	2.692	5,0%
Divida Pública Irlandesa	OBG	A	2.436	4,6%
Divida Pública Belga	OBG	AA	2.400	4,5%
Divida Pública Espanhola	OBG	BBB	1.198	2,2%
Gdf Suez.	OBG	A	1.117	2,1%
Banco Popular Capital Sa	CPZ	BB	800	1,5%
National Australia Bank Limited	OBG	AA	792	1,5%
Credit Agricole Sa	OBG	A	738	1,4%
Bp Capital Markets Plc	OBG	A	643	1,2%
<b>Total</b>			<b>20.390</b>	<b>38%</b>
<b>Total Carteira investimentos</b>			<b>53.449</b>	<b>100%</b>

(milhares de euros)

Grupo Emitente	2016			
	Tipo Ativo	Rating	Exposição	Peso
Divida Pública Portuguesa	OBG	BB	9.437	20,2%
Divida Pública Irlanda	OBG	A	2.945	6,3%
Divida Pública Francesa	OBG	AA	2.667	5,7%
Divida Pública Espanhola	OBG	BBB	1.882	4,0%
Gdf Suez.	OBG	A	1.166	2,5%
Rabobank Nederland	OBG	AA	938	2,0%
Divida Pública Belga	OBG	AA	888	1,9%
Divida Pública Holandesa	OBG	AAA	641	1,4%
Legrand Sa	OBG	A	591	1,3%
Orange Sa	OBG	BBB	576	1,2%
<b>Total</b>			<b>21.732</b>	<b>46%</b>
<b>Total Carteira investimentos</b>			<b>46.814</b>	<b>100%</b>

### Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face a obrigações assumidas perante tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para efeitos de mitigação deste risco, salienta-se que a Companhia dispõe de um plano mensal de tesouraria, revisto semanalmente e analisado diariamente.

O plano de tesouraria visa ainda a aplicação financeira dos excedentes de capital, nomeadamente em depósitos de curto e médio prazo, com a salvaguarda de mobilização antecipada.

Sempre que existam fortes fluxos de saída, a Direção Financeira, em articulação com a gestão de investimentos, prevê as necessidades de liquidez.

### Risco de crédito

O Risco de crédito consiste no risco de perda por incumprimento ou deterioração dos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido consideradas no risco de *spread*.

A CARAVELA dispõe de procedimentos de controlo para a mitigação deste risco relativo a clientes e mediadores, nomeadamente, a monitorização sistemática da evolução dos montantes e da antiguidade dos recibos por cobrar.

No que se refere aos resseguradores, estes são criteriosamente selecionados, não só em função da sua solidez económica e financeira, como também da sua capacidade técnica. É efetuada periodicamente uma análise à evolução dos *ratings* dos diversos resseguradores.

### Risco operacional

O Risco operacional corresponde ao risco de perdas significativas resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos.

No ponto seguinte que visa o sistema de controlo interno enquadram-se os riscos operacionais com maior grau de granularidade.

A gestão do risco operacional visa identificar e conhecer os riscos que a Companhia enfrenta e monitorizar os mesmos, de acordo com as tolerâncias definidas.

A abordagem metodológica utilizada segue as 3 etapas seguintes:

- Identificação e classificação de riscos

A identificação dos riscos é realizada através da realização de entrevistas com os responsáveis das principais áreas da Companhia.

Nestas entrevistas serão identificados os principais riscos *top-down* da área e categorizados de acordo com as orientações emitidas pela ASF.

Para além da categoria e subcategoria de risco, a Companhia define o risco a que se encontra exposta, bem como as causas e consequências.

- Avaliação dos controlos e da sua efetividade

Esta avaliação reveste-se de grande importância para a correta identificação do risco inerente e do risco residual de cada um dos respetivos riscos, sendo este fundamental para a definição das ações de mitigação/controlos adicionais a realizar.

Para calcular o impacto e a probabilidade (inerente e residual), é necessário recorrer a um conjunto de métodos tais como: dados de perdas internos; dados de perdas externos; experiência e intuição dos *risk owners*.

- Identificação dos KRI<sup>1</sup> e planos de ação

O KRI encontra-se relacionado com um risco específico e serve de alerta para a eventual alteração da probabilidade e impacto do evento de risco ocorrer.

Identificados e classificados os principais riscos *top-down* da Companhia, são identificados quais os riscos que serão sujeitos a testes de *stress* no âmbito do processo de autoavaliação prospetiva dos riscos.

<sup>1</sup> Key Risk Indicator



Estes devem refletir os riscos de alto impacto e média/baixa probabilidade para que seja possível utilizar variáveis de orçamento para testar o seu impacto.

### Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno compreende um conjunto de meios, de comportamentos, de procedimentos e ações adaptado às suas características próprias e destina-se a fornecer uma segurança razoável quanto à realização dos objetivos da Companhia.

Os principais efeitos esperados de um sistema de controlo interno e de gestão de riscos operacionais eficazes são:

- Identificar os eventos potenciais suscetíveis de afetar a realização dos objetivos da Companhia, assegurar o tratamento em caso de ocorrência do risco e prever as ações a serem tomadas;
- Definir um sistema de controlo proporcional aos riscos que a organização está disposta a aceitar para aumentar o seu valor;
- Permitir à gestão a tomada de decisão de forma elucidada.

A CARAVELA segue a definição e as matrizes de *COSO Report*<sup>2</sup> entendendo o termo “controlo interno” como um meio de:

- Controlar os seus processos;
- Otimizar as suas atividades;
- Reforçar a sua competitividade.

O controlo interno é uma obrigação de todos: qualquer pessoa que exerça uma atividade na organização deve gerir os seus riscos e os seus controlos no domínio da sua atividade.

Partindo deste princípio são formalizados os riscos identificados para cada atividade da Companhia (Macro processos) através de um mapeamento de riscos.

- Cada compilação inclui as atividades da Companhia em processos e subprocessos;
- Para cada subprocesso são identificados os eventos de risco;
- Para cada evento de risco é associado um objetivo de controlo;
- Para cada objetivo de controlo, um ou mais exemplos de atividades de controlo são descritos a fim de esclarecer a compreensão do objetivo de controlo, se necessário.

Para cada objetivo de controlo, os operacionais devem:

- Descrever o controlo implementado, para fornecer uma garantia razoável relativamente à ocorrência (frequência) e à gravidade (custo) do evento de risco identificado;

- E de o autoavaliar através de um questionário.

A autoavaliação do sistema de controlo interno desenrola-se em várias fases:

- Campanha de autoavaliação;
- Descrição das atividades de controlo;
- Autoavaliação das atividades de controlo;
- Planos de ação, se necessário;
- Testes independentes;
- Teste de eficácia dos controlos (conceção e operacional);
- Recomendação, se necessária.

#### 4.4. Perdas por imparidade reconhecidas e revertidas relativamente a ativos de resseguro

Durante o período não foi necessário proceder ao reconhecimento de novas perdas por imparidade, pelo que o saldo do ano à data das demonstrações financeiras, somente respeita ao seguinte ressegurador:

- Folksam International Insurance ..... 39.444 euros (anos de 2004 a 2009)

Este saldo diminuiu 640 euros no exercício, correspondente a um pagamento efetuado pelo ressegurador.

#### 4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e das provisões

São periodicamente desenvolvidas análises aos rácios de sinistralidade e rentabilidade da carteira, segmentada por diversas variáveis, bem como outros estudos atuariais com vista a avaliar a adequação das tarifas praticadas.

É calculado, designadamente, o rácio agregado (divisão de todos os custos constantes da Conta Técnica pela totalidade das receitas detalhadas na mesma), relativamente a cada ramo. A suficiência ou insuficiência tarifária é aferida consoante este rácio seja inferior ou superior a 100%, completando-se o critério pela análise da constituição da Provisão para Riscos em Curso.

São igualmente desenvolvidas análises de sensibilidade à tarifa, bem como estudos comparativos com as práticas do mercado.

A análise de adequação das provisões técnicas é periodicamente efetuada, através de métodos determinísticos e estocásticos, para além de auditorias periódicas, designadamente pela análise casuística de processos de sinistro.

<sup>2</sup> Committee Of Sponsoring Organisation of the Treaty Commission

#### 4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem redução do resseguro cedido

O rácio de sinistralidade global da Companhia em 2017, calculado sobre os prémios brutos emitido e antes de imputação de custos, era de 65% (foi de 56% em 2016) e 70% após imputações (em 2016 foi de 61%).

A provisão para sinistros de balanço no final do exercício é de 36.806.765 euros que se comparam com 32.809.322 euros em 2016.

Rátios de sinistralidade (por ramos)	2017	2016
Acidentes Trabalho	96,7%	77,6%
Acidentes Pessoais	33,6%	39,5%
Doença	0,0%	0,0%
<b>Acidentes / Doença</b>	<b>91,4%</b>	<b>73,8%</b>
Incêndio / Outros Danos	50,2%	48,5%
Automóvel	66,1%	62,0%
Restantes Ramos	39,4%	34,2%
<b>Rácio de Sinistralidade (1)</b>	<b>69,9%</b>	<b>61,2%</b>

( 1 ) - Incluindo Custos Imputados à função Sinistros

O rácio combinado apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Análise aos resultados	2017	2016
Custos e gastos de exploração / Prémios adquiridos	28,2%	30,8%
Custos com sinistros / Prémios adquiridos	71,7%	64,5%
<b>Rácio Combinado</b>	<b>99,9%</b>	<b>95,3%</b>

Este rácio teria a expressão de 102,2% em 2017, e 108,1% em 2016 no caso de se considerar o efeito do resseguro. Por outro lado, se for adicionado o impacto da variação das outras provisões técnicas o rácio passaria para 98,9% e para 103,1%, respetivamente em 2017 e 2016.

Já o rácio operacional que conjuga o rácio combinado e o impacto dos rendimentos dos investimentos é de 96,8% em 2017, valor que compara com 98,5% em 2016.

#### 4.7. Montantes recuperáveis relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros (sub-rogação) ou da obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados)

O valor referente a reembolsos de sinistros apresentava a seguinte decomposição no último dia dos anos de 2017 e 2016:

*U: Euro*

Tipo de reembolso	Valor a recuperar ano 2017	Valor a recuperar ano 2016
Inventários/Salvados	0	0
Out.Tomadores/Reemb.de Sinistros	2 151 873	1 772 980
Out.Dev.Credores/Reemb.Sinistros	0	0

A Companhia considera que os valores de reembolsos são recuperáveis, pelo que concluiu não existir imparidade neste exercício, não tendo sido registada nenhuma perda.

## 5. Instrumentos financeiros (não inclui contratos de investimento)

### Inventário de participações e instrumentos financeiros em 31.12.2017

U: Euro

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS								
		total	0			0,00		0,00
2 - OUTROS								
2.1 - Títulos Nacionais								
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.1.1.1 - Acções								
	MOBILITY 24	2 500	2 500,00	100,00%	1,00	2 500,00	1,00	2 500,00
		sub-total	2 500	2 500,00		2 500,00		2 500,00
2.1.1.2 - Títulos de participação								
		sub-total	0			0,00		0,00
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
PTAPPAIM0000	EAST WEST VC - FUNDO CAP.RISCO	10	10 000,00	100,00%	1,00	10 000,00	1,00	10 000,00
		sub-total	10	10 000,00		10 000,00		10 000,00
2.1.2 - Títulos de dívida								
2.1.2.1 - De dívida pública								
PTOTESOE0013	PORTUGAL GOVT 2.2%/ 17-10-2022	1 000	1 000 000,00	105,11%	1,05	1 051 100,00	1,09	1 088 320,55
PTOTEKOE0011	PORTUGAL GOVT 2.875%/15-10-2025	2 900	2 900 000,00	103,54%	1,04	3 002 660,00	1,11	3 214 548,70
PTOTETO0012	PORTUGAL GOVT 2.875%/21-07-2026	500	500 000,00	105,24%	1,05	526 180,00	1,10	551 369,52
PTOTEYOE0007	PORTUGAL GOVT 3.85%/15-04-2021	400	400 000,00	112,38%	1,12	449 528,00	1,15	460 769,86
PTOTEAOE0021	PORTUGAL GOVT 4.95%/25-10-2023	1 820	1 820 000,00	119,42%	1,19	2 173 494,33	1,24	2 257 867,07
		sub-total	6 620	6 620 000,00		7 202 962,33		7 572 875,70
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
		sub-total	0			0,00		0,00
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBSSJOM0014	BRISA 2%/ 22-03-2023	100	100 000,00	99,77%	1,00	99 774,00	1 078,66	107 866,16
XS1558083652	EDP FINANCE 1.875%/ 29-09-2023	100	100 000,00	99,66%	1,00	99 657,00	1 069,18	106 917,74
XS1222590488	EDP FINANCE 2%/22-04-2025	200	200 000,00	103,98%	1,04	207 950,00	1 070,96	214 192,60
		sub-total	400	400 000,00		407 381,00		428 976,50
		total	7 033	7 032 500,00		7 622 843,33		8 014 352,20
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Acções								
		sub-total	0			0,00		0,00
2.2.1.2 - Títulos de participação								
		sub-total	0			0,00		0,00
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
IE0030487957	PRODIS THEMA FUND	4 382	4 382		135,31	592 931,16	0,00	0,00
FR0000011066	OFI BOND ALLOCATION PART I	125	125		3 975,72	495 962,72	3 961,87	494 234,96
FR0011381227	OFI RS MONETAIRE IC	47	47		100 907,95	4 742 673,47	100 898,58	4 742 233,26
		sub-total	4 554	4 554		5 831 567,35		5 236 468,22
2.2.1.4 - Outros								
		sub-total	0			0,00		0,00
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
BE0000337460	BELGIUM GOVT 1%/ 22-06-2026	400	400 000,00	107,90%	1,08	431 580,00	1 050,16	420 064,11
BE0000318270	BELGIUM GOVT 3.75%/28-09-2020	400	400 000,00	117,61%	1,18	470 420,00	1 125,36	450 143,01
BE0000342510	ETAT BELGIQUE 0.5%/ 22-10-2024	1 000	1 000 000,00	101,29%	1,01	1 012 880,00	1 020,16	1 020 158,90
BE0000341504	ETAT BELGIQUE 0.8%/ 22-06-2027	500	500 000,00	99,88%	1,00	499 385,00	1 019,61	509 804,11
ES00000123X3	ETAT ESPAGNE 4.4%/ 31/10/2023	130	130 000,00	126,81%	1,27	164 853,00	1 224,05	159 126,95
FR0013200813	ETAT FRANCE 0.25%/ 25-11-2026	1 200	1 200 000,00	96,85%	0,97	1 162 208,00	974,65	1 169 575,89
IE00BVB8C9418	ETAT IRLANDE 1%/ 15-05-2026	1 000	1 000 000,00	102,52%	1,03	1 025 150,00	1 033,10	1 033 101,37
IE00B4TV0D44	ETAT IRLANDE 5.4%/ 13-03-2025	130	130 000,00	142,40%	1,42	185 120,00	1 395,15	181 369,23
FR0013131877	FRANCE GOVT 0.5%/ 25-05-2026	500	500 000,00	102,87%	1,03	514 351,00	1 007,51	503 756,85
FR0012517027	FRTR 0.5%/25-05-2025	1 000	1 000 000,00	101,17%	1,01	1 011 714,55	1 018,65	1 018 653,69
IE00B6X95T99	IRISH TSY 3.4%/ 18-03-2024	1 000	1 000 000,00	120,50%	1,20	1 204 970,00	1 221,43	1 221 427,40
DE000A1K0UG6	KFW 2.5%/ 17-01-2022	300	300 000,00	113,52%	1,14	340 545,00	1 132,74	339 820,68
ES00000123U9	SPGB 5.4%/ 29-01-2023	800	800 000,00	127,62%	1,28	1 020 938,14	1 298,41	1 038 727,67
FR0013128584	UNEDIC 0,625%/03-03-2026	300	300 000,00	98,97%	0,99	296 916,00	1 019,79	305 936,51
		sub-total	8 660	8 660 000,00		9 341 031,00		9 371 666,00



U: Euro

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
XS1623360028	DEXIA CREDIT LOCAL FRANCE 0.25%/ 02-06-2022	100	100 000,00	99,69%	1,00	99 688,00	1 008,05	100 805,21
FR0013183167	ILE DE FRANCE 0.5%/ 14-06-2025	200	200 000,00	97,54%	0,98	195 086,00	1 003,94	200 787,94
FR0011512193	ILE DE FRANCE 2.25%/ 10-06-2023	200	200 000,00	110,91%	1,11	221 810,00	1 123,70	224 740,00
ES0000101693	MADRID 1.189%/ 08-05-2022	110	110 000,00	104,05%	1,04	114 455,00	1 043,52	114 787,24
sub-total		<b>610</b>	<b>610 000</b>			<b>631 039</b>		<b>641 120</b>
2.2.2.3 - De outros emissores								
ES0200002022	ADIF AV 0.8%/ 05-07-2023	200	200 000,00	99,74%	1,00	199 488,00	1 006,62	201 324,66
ES0200002014	ADIF AV 1.875%/ 22-09-2022	100	100 000,00	103,35%	1,03	103 350,00	1 063,84	106 383,70
XS1529854793	AEGON 1%/ 08-12-2023	200	200 000,00	100,45%	1,00	200 900,00	1 018,13	203 626,03
XS0936339208	AGENCE FRANÇAISE AGFRNC 2.25%/ 27-05-2025	200	200 000,00	110,69%	1,11	221 370,00	1 140,84	228 167,67
DE000A1AKHB8	ALLIANZ FINANCE ALVGR 4.75%/ 22-07-2019	500	500 000,00	115,39%	1,15	576 925,00	1 098,38	549 191,10
XS1288342659	AMERICAN HONDA FIN 1.375%/ 10-11-2022	400	400 000,00	104,30%	1,04	417 200,00	1 047,92	419 168,49
BE6257983286	APETRA 3.125%/ 25-09-2023	300	300 000,00	116,20%	1,16	348 610,00	1 157,70	347 311,44
XS1292384960	APPLE 1.375%/ 17-01-2024	500	500 000,00	104,10%	1,04	520 524,00	1 064,11	532 054,80
FR0013251170	ASF 1.125%/ 20-04-2026	100	100 000,00	99,71%	1,00	99 711,00	1 023,16	102 315,96
XS1629865897	AT T 1.05%/ 04-09-2023	300	300 000,00	99,71%	1,00	299 127,00	1 012,09	303 628,36
FR0011372622	AUCHAN 2.375%/ 12-12-2022	300	300 000,00	109,65%	1,10	328 950,00	1 093,44	328 030,89
XS1557268221	BANCO SANTANDER 1.375%/ 09-02-2022	100	100 000,00	100,88%	1,01	100 880,00	1 043,54	104 354,31
XS107731702	BANK OF AMERICA 1.375%/ 10-09-2021	300	300 000,00	103,82%	1,04	311 445,00	1 047,42	314 225,75
XS1079726334	BANK OF AMERICA 2.375%/ 19-06-2024	100	100 000,00	109,03%	1,09	109 030,00	1 109,89	110 988,84
XS1678372472	BBVA 0.75%/ 11-09-2022	400	400 000,00	99,42%	0,99	397 680,00	1 003,78	401 512,33
XS1069549761	BFCM 3%/ 21-05-2024	400	400 000,00	109,76%	1,10	439 024,00	1 126,31	450 524,39
XS0821096418	BK NED GEMEENTEN BNG 2.25%/ 30-08-2022	200	200 000,00	111,48%	1,11	222 950,00	1 112,68	222 536,44
XS1589881785	BMW FIN 0.875%/ 03-04-2025	150	150 000,00	99,48%	0,99	149 217,00	1 019,82	152 973,08
XS0860596575	BMW FINANCE NV 1.5%/ 05-06-2018	250	250 000,00	99,83%	1,00	249 562,50	1 016,39	254 097,26
XS1114473579	BP CAPITAL MARKETS PLC 2.213%/ 25-09-2026	200	200 000,00	110,35%	1,10	220 700,00	1 099,78	219 956,22
XS1114477133	BP CAPITAL MARKETS 1.526%/ 26-09-2022	400	400 000,00	105,47%	1,05	421 880,00	1 058,51	423 405,44
FR0013204476	BPCE 0.375%/ 05-10-2023	100	100 000,00	96,10%	0,96	96 102,00	991,79	99 179,38
FR0011781764	BPCEGP 2.125%/ 17-03-2021	100	100 000,00	105,79%	1,06	105 785,00	1 081,23	108 122,53
FR0013244415	BPIFRANCE 0.75%/ 25-11-2024	400	400 000,00	102,90%	1,03	411 600,00	1 024,94	409 975,89
FR0013256369	BPIFRANCE 1%/ 25-05-2027	100	100 000,00	99,51%	1,00	99 508,00	1 024,05	102 404,66
XS1377681272	BRITISH TELECOM 1.125%/ 10-03-2023	300	300 000,00	101,69%	1,02	305 059,00	1 030,92	309 276,99
FR0012821932	CAP GEMINI SA 1.75%/ 01-07-2020	100	100 000,00	99,85%	1,00	99 853,00	1 045,97	104 597,40
XS1401331753	CARREFOUR 0.75%/ 26-04-2024	100	100 000,00	99,21%	0,99	99 214,00	1 001,82	100 181,64
FR0013256427	CFF 0.2%/ 16-06-2022	200	200 000,00	99,86%	1,00	199 714,00	1 006,48	201 296,16
FR0013213832	CNP ASSURANCES 1.875%/ 20-10-2022	100	100 000,00	101,43%	1,01	101 430,00	1 058,90	105 889,86
XS1112678989	COCA-COLA 1.875%/ 22-09-2026	350	350 000,00	107,92%	1,08	377 720,00	1 079,84	377 942,95
ES0224261042	CORES 1.5%/ 27-11-2022	100	100 000,00	101,40%	1,01	101 400,00	1 046,20	104 619,73
XS0901338706	CREDIT AGRICOLE 1.75%/ 12-03-2018	100	100 000,00	99,95%	1,00	99 953,00	1 018,10	101 809,59
FR0011625482	CREDIT AGRICOLE 3.15%/ 23-12-2023	400	400 000,00	114,65%	1,15	458 600,00	1 137,10	454 840,00
FR0011659366	CREDIT AGRICOLE SA 3.030 / 21-02-2024	250	250 000,00	114,12%	1,14	285 300,00	1 132,42	283 105,14
DE000A1MLXN3	DAIMLER AG 2.625%/ 02-04-2019	500	500 000,00	106,98%	1,07	534 875,00	1 053,53	526 766,78
XS1309518998	DEUTSCHE BAHN FIN 1.25%/ 23-10-2025	100	100 000,00	99,00%	0,99	98 996,00	1 053,36	105 336,30
XS1400342587	DIA 1% 28-04-2021	100	100 000,00	99,42%	0,99	99 424,00	1 027,17	102 716,71
XS1505884723	EASYJET 1.125%/ 18-10-2023	100	100 000,00	99,38%	0,99	99 384,00	1 013,58	101 358,08
XS1684269332	ENI 1%/ 14-03-2025	100	100 000,00	99,67%	1,00	99 671,00	1 005,83	100 583,15
XS0521000975	ENI 4% /29-06-2020	300	300 000,00	113,62%	1,14	340 845,00	1 118,07	335 422,19
XS1382385471	FLUOR 1.75%/ 21-03-2023	500	500 000,00	104,50%	1,05	522 510,00	1 048,06	524 032,19
XS1378895954	FOMENTO ECONOMICO 1.75%/ 20/03/2023	135	135 000,00	105,25%	1,05	142 087,50	1 060,91	143 223,16
FR0012346856	FONCIERE LYONNAISE 1.875 %/ 26-11-2021	100	100 000,00	107,80%	1,08	107 800,00	1 054,40	105 439,79
XS0500397905	FRANCE TELECOM 3.875%/ 09-04-2020	500	500 000,00	113,22%	1,13	566 075,00	1 116,04	558 019,86
FR0011147305	G.D.F. SUEZ 3.125%/ 21-01-2020	500	500 000,00	110,65%	1,11	553 225,00	1 094,25	547 126,02
FR0010678185	G.D.F. SUEZ 6.875%/ 24-01-2019	500	500 000,00	120,08%	1,20	600 375,00	1 139,33	569 664,73
XS1396767854	GAS NATURAL FIN 1.25%/ 19-04-2026	300	300 000,00	100,90%	1,01	302 700,00	1 011,67	303 500,14
XS1529684695	GAS NETWORKS 1.375%/ 05-12-2026	300	300 000,00	103,35%	1,03	310 050,00	1 027,98	308 393,84
FR0012790327	GECINA 2% /17-06-2024	100	100 000,00	101,15%	1,01	101 150,00	1 083,69	108 369,45
XS1612542669	GENERAL ELECTRIC 0.375%/ 17-05-2022	200	200 000,00	99,54%	1,00	199 082,00	1 001,44	200 288,49
XS1612542826	GENERAL ELECTRIC 0.875%/ 17-05-2025	400	400 000,00	100,10%	1,00	400 400,00	1 002,77	401 106,30
XS1147605791	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL 1.375%/ 02-12-2024	200	200 000,00	104,35%	1,04	208 700,00	1 047,09	209 418,49
XS1488494987	HEMSO 1%/ 09-09-2026	200	200 000,00	96,96%	0,97	193 920,00	971,70	194 339,18
XS1366026679	HONEYWELL INTL 1.3%/ 22-02-2023	400	400 000,00	104,40%	1,04	417 600,00	1 050,21	420 084,94
XS0494868630	IBERDROLA 4.125%/ 23-03-2020	100	100 000,00	114,39%	1,14	114 385,00	1 123,28	112 328,29
XS1617845083	IBM 0.95%/ 23-05-2025	500	500 000,00	100,06%	1,00	500 300,00	1 014,98	507 489,04
FR0013218393	ICADE 1.125%/ 17-11-2025	200	200 000,00	100,10%	1,00	200 200,00	999,56	199 911,23
FR0011637024	IMERYS 2.5%/ 26-11-2020	100	100 000,00	109,25%	1,09	109 250,00	1 064,40	106 439,73

U: Euro

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor na Demonstração da posição financeira	
Código	Designação						Unitário *	Total *
FR0012236677	INFR FOCH SAS 1.25%/16-10-2020	100	100 000,00	99,83%	1,00	99 830,00	1 029,70	102 970,27
XS0895722071	ING BANK NV 1.875%/27-02-2018	300	300 000,00	99,61%	1,00	298 824,00	1 019,07	305 721,16
XS1319817323	INTL FLAVOR FRAGRANCES 1.75%/ 14-03-2024	100	100 000,00	99,82%	1,00	99 822,00	1 064,70	106 470,00
XS1578294081	ITALGAS 1.125%/ 14-03-2024	100	100 000,00	99,71%	1,00	99 706,00	1 028,20	102 820,00
XS1683495136	JOHN DEERE CASH MANAG. 0.5%/ 15-09-2023	400	400 000,00	99,86%	1,00	399 434,00	998,87	399 546,30
XS1110449458	JP MORGAN 1.375%/ 16-09-2021	200	200 000,00	103,95%	1,04	207 900,00	1 046,09	209 218,63
XS1402921412	JP MORGAN 1.5%/ 29-10-2026	100	100 000,00	99,30%	0,99	99 301,00	1 037,49	103 748,90
XS0856977144	JPMORGAN CHASE 1.875%/11-21-2019	250	250 000,00	99,29%	0,99	248 220,00	1 039,95	259 988,70
FR0012758985	LA POSTE 1.125%/04-06-2025	200	200 000,00	101,75%	1,02	203 500,00	1 035,87	207 174,52
FR0013286846	LEGRAND 0.5%/ 09-10-2023	200	200 000,00	99,47%	0,99	198 942,00	997,64	199 527,40
FR0013266830	LEGRAND 0.75%/ 06-07-2024	200	200 000,00	99,59%	1,00	199 186,00	1 009,56	201 911,51
XS0257022714	LEHMAN 0% /12-06-2013	100	100 000,00	92,45%	0,92	92 450,61	0,10	10,00
XS1403264374	MCDONALDS 1%/ 15-11-2023	300	300 000,00	100,94%	1,01	302 822,00	1 016,96	305 088,08
FR0012332203	MERCIALYS 1.787%/31-03-2023	100	100 000,00	103,30%	1,03	103 300,00	1 050,36	105 036,37
XS1398336351	MERLIN PROP.2.225%/ 25-04-2023	400	400 000,00	105,16%	1,05	420 630,00	1 069,34	427 735,89
XS1675764945	MITSUBISHI UFJ FIN GR 0.872%/ 07-09-2024	400	400 000,00	100,00%	1,00	400 000,00	998,15	399 258,96
XS1685481332	NATIONAL AUSTRALIA BK 0.625%/ 18-09-2024	800	800 000,00	99,50%	1,00	796 024,00	990,38	792 304,66
XS1640493372	NORDEA BANK 0.3%/ 30-06-2022	200	200 000,00	99,89%	1,00	199 772,00	1 002,51	200 502,47
XS1691349796	NORTEGAS 0.918%/ 28-09-2022	300	300 000,00	100,00%	1,00	300 000,00	1 008,36	302 509,25
XS1405769487	PPG INDUSTRIES 0.875%/ 03-11-2025	500	500 000,00	99,36%	0,99	496 805,00	993,49	496 745,21
XS1577747782	PRICELINE 0.8% / 10-03-2022	200	200 000,00	100,61%	1,01	201 226,00	1 019,09	203 817,53
XS1325825211	PRICELINE 2.15%/ 25-11-2022	100	100 000,00	100,06%	1,00	100 060,00	1 075,02	107 502,05
XS1382784509	RABOBANK 1.250%/ 23-03-2026	100	100 000,00	103,67%	1,04	103 672,00	1 040,89	104 089,18
XS0826634874	RABOBANK 4.125%/ 14-09-2022	300	300 000,00	117,14%	1,17	351 414,00	1 173,01	351 901,64
FR0013183431	RATP 0.375% 15-06-2024	500	500 000,00	100,55%	1,01	502 740,00	1 000,84	500 422,26
FR0013241361	RCI BANQUE 1.375% 08-03-2024	40	40 000,00	99,78%	1,00	39 910,00	1 038,13	41 525,04
FR0011568963	RENAULT 3.625%/19-09-2018	100	100 000,00	106,18%	1,06	106 180,00	1 037,83	103 782,95
XS1613140489	REPSOL INTL FIN 0.5%/ 23-05-2022	300	300 000,00	100,02%	1,00	300 072,00	1 007,74	302 322,33
FR0012199065	RESEAU DE TRANSPORT 1.625%/ 08-10-2024	200	200 000,00	106,20%	1,06	212 400,00	1 063,54	212 707,94
FR0013214137	SAGESS 0.625%/ 20-10-2028	100	100 000,00	98,65%	0,99	98 650,00	971,43	97 143,29
XS0546725358	SAINT GOBAIN 4% /08-10-2018	135	135 000,00	109,85%	1,10	148 300,20	1 041,31	140 576,24
FR0013053329	SANEF 1.875%/16-03-2026	100	100 000,00	102,12%	1,02	102 120,00	1 075,80	107 579,73
XS1690133811	SANTANDER CONS FIN 0.5%/04-10-2021	100	100 000,00	99,90%	1,00	99 897,00	1 005,71	100 570,55
XS0369461644	SIEMENS FINAN 5.625% / 11-06-2018	280	280 000,00	122,91%	1,23	344 148,00	1 057,38	296 067,59
XS1232098001	SIMON INTL FIN 1.375%/ 18-11-2022	400	400 000,00	103,67%	1,04	414 680,00	1 042,62	417 047,95
XS1318709497	SNAM 1.375%/ 19-11-2023	200	200 000,00	103,41%	1,03	206 820,00	1 044,58	208 916,44
XS0867612466	SOCIETE GENERALE 4%/ 07-06-2023	300	300 000,00	114,95%	1,15	344 850,00	1 178,08	353 425,48
XS0969574325	STATOIL ASA 2% /10-09-2020	370	370 000,00	105,89%	1,06	391 793,00	1 060,04	392 213,68
XS1705553250	STEDIN HOLDING 0.875%/24-10-2025	600	600 000,00	99,85%	1,00	599 124,00	1 003,53	602 118,08
XS0903136736	TELSTRA CORP 2.5%/ 15-09-2023	500	500 000,00	111,39%	1,11	556 930,00	1 110,63	555 314,38
XS1178105851	TERNA 0.875%/ 02-02-2022	200	200 000,00	102,03%	1,02	204 058,00	1 031,96	206 391,78
FR0011075043	TOTAL INFR.GAZ 4.339%/07-07-2021	100	100 000,00	115,90%	1,16	115 900,00	1 157,54	115 754,12
XS1107890763	TOYOTA MOTOR CR 1%/ 10-09-2021	300	300 000,00	103,07%	1,03	309 210,00	1 032,97	309 890,55
XS0170239692	VATTENFALL 5% /18-06-2018	130	130 000,00	111,00%	1,11	144 300,00	1 051,15	136 649,41
XS1405767275	VERIZON 0.5% 02-06-2022	300	300 000,00	99,07%	0,99	297 222,00	1 004,60	301 381,23
XS1492446460	VF CORP 0.625%/ 20-09-2023	400	400 000,00	99,28%	0,99	397 100,00	1 003,45	401 378,63
FR0013282571	VIVENDI 0.875%/ 18-09-2024	400	400 000,00	99,37%	0,99	397 468,00	997,69	399 077,26
XS1642590480	VOLKSWAGEN LEASING 1.375%/ 20-01-2025	200	200 000,00	98,95%	0,99	197 896,00	1 018,91	203 781,10
XS1054534422	WAL-MART STORES 2.55%/ 08-04-2026	300	300 000,00	116,00%	1,16	348 000,00	1 158,25	347 476,03
XS1130067140	WELLS FARGO 1.125%/ 29-10-2021	400	400 000,00	103,67%	1,04	414 676,00	1 034,24	413 696,71
		<b>27 640</b>	<b>27 640 000</b>			<b>28 920 051</b>		<b>28 853 187</b>
sub-total		<b>36 915</b>	<b>36 914 554</b>			<b>44 723 688</b>		<b>44 142 442</b>
2.3 - Derivados de negociação								
sub-total		<b>0</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
2.4 - Derivados de cobertura								
sub-total		<b>0</b>				<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
total		<b>43 937</b>				<b>52 346 531</b>		<b>52 156 794</b>
3 - TOTAL GERAL		<b>43 937</b>				<b>52 346 531,18</b>		<b>52 156 793,77</b>

\* Inclui o valor dos juros decorridos

### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Todos os instrumentos financeiros detidos pela CARAVELA são admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados e encontram-se mensurados ao seu justo valor, com exceção dos títulos Prodis Thema Fund e Lehman, que se encontram mensurados por 0,00€ e 10,00€, respetivamente.

Para estes ativos foram reconhecidas imparidades por incumprimento dos emitentes, nos anos de 2010 e 2011, tendo no presente exercício sido revertido o montante de 107.006 euros, respeitante ao reembolso da primeira tranche, de um total de três, a receber nos meses de janeiro e fevereiro de 2018.

No momento da aquisição, os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos ao seu justo valor (preço de aquisição) adicionado dos custos de transação.

Nas mensurações subsequentes esses ativos continuam a ser registados ao seu justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas no capital próprio, em “reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda”.

No exercício de 2017 a Companhia reconheceu em capital próprio uma variação positiva acumulada de 663.156 euros (em 2016 o valor foi de 170.228 euros) no justo valor das carteiras de investimentos, a qual se encontra registada na reserva de reavaliação.

### **Segmentação por classes**

A política de investimentos da Companhia, detalhada no ponto 4. do presente Anexo, tem em conta o cumprimento das regras e dos limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e a diversificação prudencial dos investimentos, visando a sua adequação às responsabilidades da CARAVELA, numa ótica de otimização do binómio risco/rentabilidade.

A estratégia e os critérios para gestão dos investimentos são anualmente estabelecidos pela Administração, procedendo-se à monitorização mensal do seu cumprimento bem como da *performance* assim alcançada, com vista à adequação, a cada momento, da carteira de investimentos aos objetivos definidos.

As ações desenvolvidas durante o ano de 2017 adequaram a carteira de ativos financeiros à estrutura de reforçada prudência, em cumprimento do objetivo previamente delineado.

A composição dos instrumentos financeiros por classes é a seguinte:

*U: Euro*

Instrumento financeiro	Justo Valor 2017	%	Justo Valor 2016	%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Acções e outros títulos de rendimento variável	5 248 968	10%	2 688 124	6%
Títulos de rendimento fixo	46 907 826	88%	42 122 055	93%
Instrumentos derivados	0	0%	0	0%
Depósitos em instituições de crédito	1 040 963	2%	642 430	1%
Outros empréstimos	251 562	0%	0	0%
<b>Total</b>	<b>53 449 318</b>	<b>100%</b>	<b>45 452 609</b>	<b>100%</b>

De acordo com as regras estabelecidas, os ativos financeiros da CARAVELA continuaram a ser maioritariamente investidos na Zona Euro, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

*U: Euro*

Carteira títulos	Justo Valor 2017	%	Justo Valor 2016	%
<b>Títulos nacionais</b>	<b>8 265 914</b>	<b>16%</b>	<b>9 437 205</b>	<b>21%</b>
Dívida pública	7 572 876	14%	9 437 205	21%
Outros emissores	428 977	1%	0	0%
Acções	2 500	0%	0	0%
Unidades participação fundos invest.mobiliário	10 000	0%	0	0%
Outros empréstimos	251 562	0%	0	0%
<b>Títulos estrangeiros</b>	<b>44 142 442</b>	<b>84%</b>	<b>35 372 974</b>	<b>79%</b>
Dívida pública	10 012 787	19%	10 010 250	22%
Outros emissores	28 893 187	55%	22 674 600	51%
Acções	0	0%	0	0%
Unidades participação fundos invest.mobiliário	5 236 468	10%	2 688 124	6%
<b>Total</b>	<b>52 408 355</b>	<b>100%</b>	<b>44 810 179</b>	<b>100%</b>

O risco de liquidez em que a Companhia pode incorrer pelo facto de poder não dispor de todos os seus ativos financeiros no momento em que tenha de satisfazer os seus compromissos decorrentes dos contratos de seguro, é indicado nos quadros seguintes, referentes aos 2 últimos anos e relativos a investimentos no mercado obrigacionista:

*U: Euro*

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2017					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	0	450 143	2 104 504	15 031 016	17 585 662
Obrigações a taxa fixa	1 094 355	244 359	4 164 729	6 790 497	17 028 223	29 322 163
Obrigações a taxa variável	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1 094 355</b>	<b>244 359</b>	<b>4 614 872</b>	<b>8 895 001</b>	<b>32 059 239</b>	<b>46 907 826</b>

*U: Euro*

Activo financeiro	Maturidade em 31.12.2016					Total
	< 6 meses	< 1 ano	< 3 anos	< 5 anos	> 5 anos	
Dívida pública	0	528 303	0	1 970 262	16 948 890	19 447 455
Obrigações a taxa fixa	2 491 672	0	3 885 152	3 707 597	12 514 815	22 599 236
Obrigações a taxa variável	0	0	75 364	0	0	75 364
<b>Total</b>	<b>2 491 672</b>	<b>528 303</b>	<b>3 960 516</b>	<b>5 677 859</b>	<b>29 463 705</b>	<b>42 122 055</b>

O quadro seguinte evidencia a qualidade creditícia dos emitentes das obrigações, de acordo com os *ratings* definidos por entidades externas à data desta análise:

*U: Euro*

Obrigações por notação de rating	2017	%	2016	%
AAA	763 653	2%	1 092 502	3%
AA +	532 055	1%	106 801	0%
AA	5 214 377	11%	5 684 420	13%
AA -	5 182 208	11%	6 975 498	17%
A +	5 184 215	11%	2 835 170	7%
A	6 749 035	14%	5 509 676	13%
A -	4 754 746	10%	3 548 248	8%
BBB +	6 689 698	14%	4 686 836	11%
BBB	3 019 260	6%	902 935	2%
BB	0	0%	0	0%
BB +	0	0%	9 437 205	22%
BBB -	8 818 569	19%	420 666	1%
BB -	0	0%	0	0%
B +	0	0%	922 087	2%
CC	0	0%	0	0%
CCC	0	0%	0	0%
Não Cotados	10	0%	10	0%
<b>Total</b>	<b>46 907 826</b>	<b>100%</b>	<b>42 122 055</b>	<b>100%</b>



A Companhia não efetuou operações em contratos de derivados nem utilizou operações de reporte nem de empréstimo de valores durante o ano.

O critério seguido pela Companhia para reconhecer títulos em imparidade, enunciado na nota 3.2.1., manteve-se o mesmo durante o presente exercício, sendo o seguinte:

- Para **instrumentos de capital** a Companhia considera uma desvalorização continuada quando esta se verificar por mais de 180 dias, ou desvalorização de valor significativo quando esta for superior a 30% na respetiva cotação à data de balanço;

- Para **instrumentos de dívida** a Companhia reconhece imparidade quando existe significativa dificuldade financeira do emitente tornando-se provável um processo de falência ou uma quebra de contrato por incumprimento nos pagamentos de juro ou de capital.

No exercício de 2017, e conforme já referido anteriormente neste Anexo, a Companhia reverteu parte da imparidade em investimentos financeiros (Prodis Thema Fund), pelo que a segregação pelas respetivas categorias em 2017 e 2016 apresentou-se como segue:

					<b>2017</b>
					<i>U: Euro</i>
Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)	
Dívida pública					0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0		-92 441
Obrigações a taxa variável					0
Acções					0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937		-107 006		-592 931
<b>Total</b>	<b>792 387</b>	<b>10</b>	<b>-107 006</b>		<b>-685 372</b>

					<b>2016</b>
					<i>U: Euro</i>
Activo financeiro	Valor Aquisição	Justo Valor	Reversão em Res.Reavaliação	Imparidade Acum. (Liq. de Reversão)	
Dívida pública					0
Obrigações a taxa fixa	92 451	10	0		-92 441
Obrigações a taxa variável					0
Acções					0
Unidades Partic. Fundos Inv.	699 937				-699 937
<b>Total</b>	<b>792 387</b>	<b>10</b>	<b>0</b>		<b>-792 377</b>

Os ativos financeiros disponíveis para venda tinham a seguinte composição no final de cada um dos anos em comparação:

**2017**
*U: Euro*

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De dívida pública								
De emissores nacionais	7 153 266	56 036	7 209 301		7 209 301		363 574	7 572 875,70
De emissores estrangeiros								
Espanha	1 273 291	41 573	1 314 864		1 314 864		-2 222	1 312 641,86
França	3 396 574	9 421	3 405 994		3 405 994		17 456	3 423 450,88
Alemanha	327 118	7 151	334 268		334 268		5 552	339 820,68
Bélgica	2 478 806	9 175	2 487 982		2 487 982		12 994	2 500 975,34
Irlanda	2 390 014	38 764	2 428 778		2 428 778		7 120	2 435 898,00
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	28 906 532	247 222	29 153 754	-92 441	29 061 313		260 850	29 322 163
	<b>45 925 601</b>	<b>409 341</b>	<b>46 334 942</b>	<b>-92 441</b>	<b>46 242 501</b>	<b>0</b>	<b>665 324</b>	<b>46 907 826</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
De emissores nacionais	2 500	0	2 500		2 500			2 500
De emissores estrangeiros			0		0			0
	<b>2 500</b>	<b>0</b>	<b>2 500</b>	<b>0</b>	<b>2 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 500</b>
<b>Outros instrumentos</b>								
Unidades de participação								
De residentes	10 000	0	10 000		10 000			10 000
De não residentes	5 831 567	0	5 831 567	-592 931	5 238 636	0	-2 168	5 236 468
	<b>5 841 567</b>	<b>0</b>	<b>5 841 567</b>	<b>-592 931</b>	<b>5 248 636</b>	<b>0</b>	<b>-2 168</b>	<b>5 246 468</b>
<b>Total</b>	<b>51 769 668</b>	<b>409 341</b>	<b>52 179 009</b>	<b>-685 372</b>	<b>51 493 638</b>	<b>0</b>	<b>663 156</b>	<b>52 156 794</b>

**2016**
*U: Euro*

Activo financeiro	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade Acumulada	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço *
<b>Instrumentos de dívida</b>								
De dívida pública								
De emissores nacionais	9 715 406	179 685	9 895 091		9 895 091		-457 886	9 437 204,79
De emissores estrangeiros								
Espanha	1 829 598	38 905	1 868 502		1 868 502		13 590	1 882 092,57
França	3 007 704	16 532	3 024 236		3 024 236		-55 284	2 968 951,58
Alemanha	333 776	7 152	340 928		340 928		8 074	349 001,64
Bélgica	885 598	5 967	891 565		891 565		-3 798	887 767,12
Itália	0	0	0		0		0	0,00
Holanda	590 697	17 982	608 679		608 679		32 538	641 216,56
Filândia	310 131	4 932	315 063		315 063		21 402	336 464,01
Irlanda	2 805 451	51 435	2 856 886		2 856 886		87 871	2 944 756,65
De outros emissores públicos								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	0	0	0		0		0	0
De outros emissores								
De emissores nacionais	0	0	0		0		0	0
De emissores estrangeiros	21 813 185	338 886	22 152 071	-92 441	22 059 630		614 970	22 674 600
	<b>41 291 547</b>	<b>661 474</b>	<b>41 953 021</b>	<b>-92 441</b>	<b>41 860 580</b>	<b>0</b>	<b>261 475</b>	<b>42 122 055</b>
<b>Instrumentos de capital</b>								
De emissores nacionais			0		0			0
De emissores estrangeiros			0		0			0
	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Outros instrumentos</b>								
Unidades de participação								
De residentes			0		0			0
De não residentes	3 479 308	0	3 479 308	-699 937	2 779 371	0	-91 247	2 688 124
	<b>3 479 308</b>	<b>0</b>	<b>3 479 308</b>	<b>-699 937</b>	<b>2 779 371</b>	<b>0</b>	<b>-91 247</b>	<b>2 688 124</b>
<b>Total</b>	<b>44 770 854</b>	<b>661 474</b>	<b>45 432 328</b>	<b>-792 377</b>	<b>44 639 951</b>	<b>0</b>	<b>170 228</b>	<b>44 810 179</b>

## 6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

Os valores em Caixa e em Depósitos à Ordem registados no balanço são em moeda corrente de euro e destinam-se a fazer face a pagamentos de tesouraria de curto prazo.

Todos os saldos de Caixa e seus equivalentes, bem como os Depósitos à Ordem em instituições de crédito estão disponíveis para uso da Companhia.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica do balanço apresenta a seguinte composição:

	U: Euro	
	2017	2016
Caixa e seus equivalentes		
Sede	200	200
Dependências	600	1 200
	800	1 400
Depósitos à ordem	1 336 916	829 517
	<b>1 337 716</b>	<b>830 917</b>

A reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço apresenta a seguinte configuração:

	U: Euro	
Anexo à demonstração dos fluxos de caixa	2017	2016
Numerário	800	1 400
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	1 336 916	829 517
Outros depósitos bancários imediatos mobilizáveis *	1 415 951	642 430
	<b>2 753 667</b>	<b>1 473 347</b>

\* Depósitos bancários incluídos na rubrica do balanço "Empréstimos e contas a receber/outros depósitos" que inclui juros decorridos.

## 7. Terrenos e edifícios

Conforme descrito na nota 3.3.1., a Companhia adquiriu dois imóveis no ano de 2016, estando ambos classificados como propriedades de rendimento, valorizados ao justo valor, nos termos da IAS 40.

O valor de aquisição destes imóveis corresponde ao seu justo valor de mercado, conforme relatórios de avaliação independente em poder da Companhia.

## 8. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os custos de reparação e manutenção não são capitalizados, sendo reconhecidos diretamente em resultados, quando incorridos.

As depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes com base nas taxas anuais fiscalmente aceites e que refletem a vida útil estimada dos bens.

Os movimentos registados nos exercícios de 2017 e 2016 foram os seguintes:

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
U: Euro									
<b>Activos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	245 269	242 860	7 584	0	10 117	0	9 992,70	10 117	0
Máquinas e ferramentas	227 113	216 495	5 436	0	22 295	0	4 214,62	20 182	9 726
Equipamento informático	315 210	297 065	134 412	0	96 860	0	53 494,75	96 860	99 061
Instalações interiores	13 179	12 774	0	0	0	0	404,15	0	0
Material de transporte	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Outro Equipamento	62 656	19 954	24 844	0	14 154	0	8 222,38	3 538	48 708
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0,00	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>863 426</b>	<b>789 149</b>	<b>172 276</b>	<b>0</b>	<b>143 426</b>	<b>0</b>	<b>76 329</b>	<b>130 697</b>	<b>157 496</b>
<b>2016</b>									
U: Euro									
<b>Activos Tangíveis</b>									
Equipamento administrativo	263 870	258 661	2 496	0	21 097	0	5 176	20 977	2 409
Máquinas e ferramentas	235 972	224 312	4 066	0	12 925	0	5 108	12 925	10 618
Equipamento informático	321 446	308 377	23 805	0	30 042	0	18 730	30 042	18 144
Instalações interiores	20 666	19 266	0	0	7 488	0	773	7 265	404
Material de transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento hospitalar	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outro Equipamento	38 267	12 718	25 411	0	1 021	0	8 257	1 021	42 703
Imobilizações em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>880 221</b>	<b>823 335</b>	<b>55 778</b>	<b>0</b>	<b>72 573</b>	<b>0</b>	<b>38 044</b>	<b>72 230</b>	<b>74 278</b>

## 9. Afetação dos investimentos e outros ativos

A Companhia afetou os seus investimentos pelo total das provisões técnicas em 2017 e 2016 da forma que segue:

<b>2017</b>			
<i>U: Euro</i>			
Investimentos e Outros Activos Segundo a sua Afecção	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	1 337 716		1 337 716
Terrenos e edifícios	1 361 175		1 361 175
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de g			
Derivados de cobertura			
Activos financeiros disponíveis para venda	52 156 794		52 156 794
Empréstimos e contas a receber	1 667 513		1 667 513
Investimentos a deter até à maturidade			
Outros activos tangíveis	157 496		157 496
Outros activos intangíveis	369 821		369 821
<b>TOTAL</b>	<b>57 050 514</b>		<b>57 050 514</b>

<b>2016</b>			
<i>U: Euro</i>			
Investimentos e Outros Activos Segundo a sua Afecção	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	830 917		830 917
Terrenos e edifícios	1 361 175		1 361 175
Invest. em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de g			
Derivados de cobertura			
Activos financeiros disponíveis para venda	44 810 179		44 810 179
Empréstimos e contas a receber	642 430		642 430
Investimentos a deter até à maturidade			
Outros activos tangíveis	74 278		74 278
Outros activos intangíveis	101 169		101 169
<b>TOTAL</b>	<b>47 820 147</b>		<b>47 820 147</b>

## 10. Ativos Intangíveis

Esta rubrica integra o investimento em *software*, que é amortizado em 3 anos pelo método das quotas constantes, bem como os direitos de concessão por 10 anos das marcas nacionais “Netagentes”, “Protegemos o Seu Futuro”, “Caravela Seguros” e “Caravela”, no valor global de 3.909 euros, incluído nas rubricas Outros.

Para as aquisições de *software* ocorridas a partir do exercício de 2015, foi estabelecida a utilização do método de amortização pelo período máximo de vida útil de 6 anos.

Estes ativos estão valorizados ao custo de aquisição líquido das amortizações acumuladas e dentro dos limites das taxas em vigor, sendo que os custos incorridos com a manutenção posterior do *software* são reconhecidos em resultados, não sendo por isso capitalizados.

Os movimentos registados em 2017 e 2016 foram os seguintes:

**2017**  
U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Intangíveis</b>									
Despesas de desenvolvimento									
Despesas com aplic. informáticas	1 173 993	1 118 843	146 969		1 506		39 301	1 506	162 820
Activos Intangíveis em curso	42 980	0	204 304		42 980		0	0	204 304
Outros	3 909	871	0		0		340	0	2 698
<b>TOTAL</b>	<b>1 220 882</b>	<b>1 119 714</b>	<b>351 273</b>	<b>0</b>	<b>44 486</b>	<b>0</b>	<b>39 641</b>	<b>1 506</b>	<b>369 821</b>

**2016**  
U: Euro

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>Activos Intangíveis</b>									
Despesas de desenvolvimento									
Despesas com aplic. informáticas	1 149 957	1 125 377	47 109		23 073		16 538	23 073	55 151
Activos Intangíveis em curso	0	0	42 980		0		0	0	42 980
Outros	760	531	3 149		0		340	0	3 038
<b>TOTAL</b>	<b>1 150 717</b>	<b>1 125 908</b>	<b>93 238</b>	<b>0</b>	<b>23 073</b>	<b>0</b>	<b>16 878</b>	<b>23 073</b>	<b>101 169</b>

A rubrica de “ativos intangíveis em curso”, no montante de 204.304 euros, é referente a pagamentos efetuados com o início da implementação do **Projeto Digital 2020**, o qual visa dotar a Companhia dos mais avançados meios de funcionamento digital, nomeadamente com desenvolvimentos nas áreas descritas abaixo:

- Nova plataforma de comunicação com mediadores - B2B;
- Nova imagem corporativa da CARAVELA;
- Nova plataforma B2C para clientes, criando uma *wallet* pessoal com conselheiro digital;
- Lançamento de plataforma para parcerias B2B2C;
- Criação de novos produtos, tais como ciberseguro e produtos *bundle*;
- Novo aplicativo de gestão documental, com a reformulação de todo o processo de impressão de documentos.



O período de implementação deste projeto global, que irá transformar a Caravela numa seguradora totalmente digital, irá decorrer até ao ano de 2020, data a partir da qual se espera que a Companhia comece a usufruir dos respetivos benefícios.

## 11. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

### Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respetivas sub-contas

U: Euro

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<u>Ajustamentos de Recibos por Cobrar</u>				
Outros Tomadores de seguros				
- Acidentes de Trabalho	47 379	0	20 184	27 195
- Acid.Pessoais e P.Transportadas	11 550	8 716	0	20 266
- Incêndio e Outros Danos	6 999	0	2 862	4 137
- Automóvel	26 661	26 780	0	53 441
- Marítimo e Transportes	11	29	0	40
- Mercadorias Transportadas	4 803	0	3 786	1 017
- Responsabilidade Civil Geral	8 037	0	5 591	2 446
- Protecção Jurídica	37	20	0	57
- Assistência	857	1 062	0	1 919
<b>Sub-total</b>	<b>106 334</b>	<b>36 607</b>	<b>32 423</b>	<b>110 518</b>
<u>Ajustam. de Créditos de Cobr Duvidosa</u>				
Mediadores de Seguros	180 224	39 545	78 700	141 068,57
Resseguradores	40 084	0	640	39 444,24
Outros Devedores	69 917	0	0	69 917,47
<b>Sub-total</b>	<b>290 225</b>	<b>39 545</b>	<b>79 340</b>	<b>250 430</b>
<u>Outras Provisões</u>	0			0
<b>Sub-total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>396 559</b>	<b>76 152</b>	<b>111 763</b>	<b>360 948</b>

## 12. Prémios de contratos de seguro

A composição dos prémios reconhecidos no exercício resultantes de contratos de seguro, e de outros valores, é apresentada na página seguinte:

*U: Euro*

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos *	Custos e gastos de exploração brutos *	Saldo de resseguro
<b>SEGURO DIRECTO NÃO VIDA</b>					
Acidentes e Doença	14 524 372	14 502 392	13 281 424	3 343 881	-25 684
Incêndio e Outros Danos	6 230 092	6 005 372	3 127 214	2 034 664	76 740
Automóvel:					
Responsabilidade Civil	14 691 711	14 486 245	9 748 927	4 070 174	-44 937
Outras Coberturas	8 679 446	8 029 059	5 700 716	2 916 362	-135 008
Marítimo e Transportes	263 793	254 152	27 777	63 044	-149 894
Mercadorias Transportadas	219 352	213 596	88 431	82 355	-25 681
Resp.Civil Geral	953 705	929 211	274 843	313 512	-60 334
Protecção Jurídica	104 120	102 538	0	19 285	-79 992
Assistência	2 306 026	2 260 132	1 276 169	368 876	-337 734
<b>TOTAL</b>	<b>47 972 617</b>	<b>46 782 697</b>	<b>33 525 501</b>	<b>13 212 152</b>	<b>-782 526</b>

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

*U: Euro*

	2017	2016	Varição 2017/2016
Prémios brutos emitidos	47 972 617	36 939 372	29,87%
Prémios de resseguro cedido	-13 144 065	-10 952 529	
Varição da provisão para prémios não adquiridos brutos	-1 189 920	-1 905 836	
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro	145 490	92 672	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>33 784 123</b>	<b>24 173 679</b>	<b>39,76%</b>

### 13. Rendimentos/réditos de investimentos

O rendimento das ações é contabilizado na rubrica de “rendimentos de investimentos” no momento do recebimento dos dividendos atribuídos.

Relativamente aos juros das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, são igualmente reconhecidos nas rubricas de “rendimentos de investimentos”, procedendo-se à sua especialização no final do exercício com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período correspondente (juro decorrido).

Os rendimentos reconhecidos no ano e no ano anterior, por categoria de investimentos, foram os seguintes:

*U: Euro*

Categoria de Investimento	Rendimentos em 2017		Rendimentos em 2016	
		%		%
Participações em filiais e associadas	0	0%	0	0%
Activos financeiros disponíveis para venda:				
Ações e outros títulos de rendimento variável	15 752	3%	11 668	2%
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	474 275	82%	662 111	93%
Terrenos e Edifícios (de rendimento)	83 400	14%	34 250	5%
Empréstimos concedidos	1 562	0%	0	0%
Depósitos a prazo em instituições de crédito	3 638	1%	2 573	0%
Depósitos à ordem em instituições de crédito	43	0%	71	0%
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>578 669</b>	<b>100%</b>	<b>710 673</b>	<b>100%</b>

## 14. Ganhos e perdas em investimentos

O resultado dos ganhos e perdas reconhecidos no exercício e no exercício anterior foram os seguintes:

**2017**
*U: Euro*

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Ações e outros títulos de rendimento variável	236 158	-70 615	165 544
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	751 698	-10 974	740 724
<b>Total</b>	<b>987 856</b>	<b>-81 588</b>	<b>906 268</b>

**2016**
*U: Euro*

Categoria de investimento	Ganhos em Investimentos	Perdas em Investimentos	Total Líquido
Ações e outros títulos de rendimento variável	24 709	-45	24 665
Títulos de rendimento fixo (obrigações)	511 963	-824	511 139
<b>Total</b>	<b>536 672</b>	<b>-868</b>	<b>535 804</b>

## 15. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Tal como descrito anteriormente, a Companhia registou no presente exercício uma reversão de imparidade no montante de 107.006 euros, respeitante ao *Prodis Thema Fund*.

## 16. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Não foi reconhecido qualquer ganho/perda de valor em 2016 dado que os investimentos financeiros da Companhia são expressos em moeda “euro”, na sua totalidade.

## 17. Gastos diversos por função e natureza

A Companhia suportou nos anos de 2017 e 2016 os seguintes custos e gastos de exploração para aquisição de contratos de seguro:

*U: Euro*

Custos e Gastos de Exploração	Remunerações de mediação		Imputação		Total		Var.Total 2017/2016	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	Valor	%
Custos de aquisição	6 141 498	4 614 087	4 743 296	4 428 348	10 884 794	9 042 435	1 842 359	20,37%
Gastos administrativos	741 483	622 291	1 823 670	1 513 690	2 565 153	2 135 981	429 172	20,09%
Variação dos custos de aquisição diferidos	-237 795	-380 466			-237 795	-380 466	142 672	-37,50%
<b>Total</b>	<b>6 645 186</b>	<b>4 855 911</b>	<b>6 566 966</b>	<b>5 942 038</b>	<b>13 212 152</b>	<b>10 797 949</b>	<b>2 414 203</b>	<b>22,36%</b>

Os gastos são inicialmente registados por natureza e, posteriormente, imputados às funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, de acordo com o plano de contas e os critérios de imputação em vigor na Companhia, respetivamente em função do número de sinistros, do montante dos prémios brutos respeitantes à nova produção registada no ano, dos prémios brutos emitidos líquidos de anulações e estornos e dos custos com investimentos afetos às provisões técnicas, bem como das pessoas afetas a cada função.

A Companhia decidiu neste exercício proceder a uma análise da matriz de imputação de custos em vigor há vários anos, de forma a adequar a mesma à realidade atual do negócio, com a introdução de ponderadores por ramos técnicos.

Os custos e gastos por natureza imputados nos exercícios de 2017 e 2016 às diversas funções foram os seguintes:

**2017**
*U: Euro*

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	5 149 714	1 251 381	2 785 995	1 071 141	41 198	5 149 714
Fornecimentos e serviços externos	3 077 192	747 758	1 664 761	640 056	24 618	3 077 192
Impostos e taxas	374 192	166 200	148 644	57 150	2 198	374 192
Depreciações e amortizações do exercício	115 970	28 181	62 740	24 122	928	115 970
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	1 569	381	849	326	13	1 569
Comissões	278 127	36 071	80 307	30 876	130 873	278 127
<b>Total</b>	<b>8 996 764</b>	<b>2 229 971</b>	<b>4 743 296</b>	<b>1 823 670</b>	<b>199 826</b>	<b>8 996 764</b>
		25%	53%	20%	2%	100%

**2016**
*U: Euro*

Custos e gastos por natureza a imputar	Imputados a custos com sinistros	Imputados a custos de aquisição	Imputados a gastos administrativos	Imputados a gastos de investimentos	Total imputado	
Gastos com pessoal	4 886 172	1 245 974	2 687 394	918 600	34 203	4 886 172
Fornecimentos e serviços externos	2 861 936	729 794	1 574 065	538 044	20 034	2 861 936
Impostos e taxas	267 727	102 703	121 830	41 644	1 551	267 727
Depreciações e amortizações do exercício	54 922	14 005	30 207	10 325	384	54 922
Outras provisões	0	0	0	0	0	0
Juros suportados	1 477	377	813	278	10	1 477
Comissões	148 821	6 509	14 040	4 799	123 474	148 821
<b>Total</b>	<b>8 221 055</b>	<b>2 099 361</b>	<b>4 428 348</b>	<b>1 513 690</b>	<b>179 656</b>	<b>8 221 055</b>
		26%	54%	18%	2%	100%

Na página seguinte é apresentada a variação, entre 2017 e 2016 da rubrica “Fornecimentos e serviços externos”:

U: Euro

Rubrica	2017	%	2016	%	2017/ 2016
Electricidade	33 437	1,1%	35 030	1,2%	-4,5%
Combustíveis	79 549	2,6%	80 992	2,8%	-1,8%
Água	4 282	0,1%	5 358	0,2%	-20,1%
Impressos	33 724	1,1%	28 826	1,0%	17,0%
Material de escritório	27 109	0,9%	25 173	0,9%	7,7%
Livros e documentação técnica	1 853	0,1%	1 364	0,0%	35,9%
Artigos para oferta	11 478	0,4%	32 967	1,2%	-65,2%
Conservação e reparação	73 613	2,4%	85 369	3,0%	-13,8%
Rendas e alugueres	585 833	19,0%	569 664	19,9%	2,8%
Despesas de representação	91 367	3,0%	75 667	2,6%	20,7%
Comunicação	352 859	11,5%	310 239	10,8%	13,7%
Deslocações e estadas	120 612	3,9%	93 600	3,3%	28,9%
Seguros	23 586	0,8%	14 715	0,5%	60,3%
Gastos com trabalho independente	127 828	4,2%	86 469	3,0%	47,8%
Publicidade e propaganda	165 630	5,4%	202 122	7,1%	-18,1%
Limpeza, higiene e conforto	35 357	1,1%	39 057	1,4%	-9,5%
Contencioso e notariado	2 231	0,1%	2 835	0,1%	-21,3%
Trabalhos especializados	1 149 600	37,4%	985 597	34,4%	16,6%
Quotizações (da actividade)	57 687	1,9%	35 014	1,2%	64,8%
Refeições no local de trabalho	5 717	0,2%	6 330	0,2%	-9,7%
Gastos com cobrança de prémios	78 634	2,6%	62 838	2,2%	25,1%
Outros fornecimentos e serviços	15 208	0,5%	82 711	2,9%	-81,6%
<b>Total</b>	<b>3 077 192</b>	<b>100%</b>	<b>2 861 936</b>	<b>100%</b>	<b>7,5%</b>

De salientar a rubrica “seguros” com um aumento de 60,3% em relação ao ano anterior, especialmente resultante da contratação à seguradora Chubb European Group Limited, de um seguro de responsabilidade civil profissional para os Administradores e Diretores de 1ª linha (especialização do exercício de 6 mil euros) e os prémios dos seguros de multiriscos dos imóveis adquiridos em 2016, no valor especializado de 2 mil euros, para o período de 2016/2017.

A rubrica “outros fornecimentos e serviços” regista uma diminuição de 81,6% face ao ano anterior, fruto do esforço de contenção e otimização operacional da estrutura orgânica da empresa.

## 18. Gastos com pessoal

### Número médio de trabalhadores ventilado por categorias profissionais

O número médio de Colaboradores, por categorias profissionais, ao serviço da CARAVELA durante o exercício de 2017 foi de 104 (número igual ao de 2016), sendo igualmente 104 o número absoluto em 31 de dezembro de 2017, menos um do que em 2016 que era de 105.



MÉDIA ANO		MÉDIA ANO	
CCT de 2008		ACT de 2016	
Escriturário IX	24	Diretor	1
Escriturário X		Gestor Técnico	10
Técnico comercial	1	Gestor Comercial	5
Subchefesecção	0	Gestor Operacional	1
Subgerente	1	Técnico	5
Assistente Comercial	1	Coordenador Operacional	17
Chefe de secção	1	Especialista Operacional	35
Encarregado de Arquivo Sectorial	0	Auxiliar Geral	1
Director de Serviços	1	Assistente Operacional	0
<b>TOTAL</b>		<b>75</b>	
<b>MÉDIA ANO</b>		<b>104</b>	
TOTAL ANO		TOTAL ANO	
CCT de 2008		ACT de 2016	
Escriturário IX	17	Diretor	1
Escriturário X		Gestor Técnico	10
Técnico comercial	2	Gestor Comercial	5
Subchefesecção	1	Gestor Operacional	0
Subgerente	1	Técnico	6
Assistente Comercial	1	Coordenador Operacional	18
Chefe de secção	0	Especialista Operacional	39
Encarregado de Arquivo Sectorial	0	Auxiliar Geral	2
Director de Serviços	1	Assistente Operacional	0
<b>23</b>		<b>81</b>	
<b>TOTAL ANO EM 31/12/2017</b>		<b>104</b>	

### **Despesas com o pessoal referentes ao exercício**

Os custos com pessoal totalizaram 5.149.714 euros no exercício, que se comparam com 4.886.172 euros em 2016, correspondendo a um aumento de 5,4% em relação ao ano anterior (refira-se que em 2016 registou-se uma diminuição de 0,8% relativamente ao ano anterior) e incluem a contabilização no exercício do montante de 25.555 euros, correspondente ao encargo com o pagamento do prémio de permanência, nos termos enunciados na nota 3.6.

De referir a contribuição adicional efetuada para o Plano Individual de Reforma (P.I.R.) no montante de 44.492 euros, que em 2016 havia sido de 30.567 euros, conforme mencionado na nota seguinte.

Estas despesas tinham a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

U: Euro

Contas	Rubricas	2017	2016	2017/2016
	Gastos com Pessoal			
6800	Remunerações dos órgãos sociais	516 361	368 554	40,10%
6801	Remunerações do pessoal	3 367 299	3 346 318	0,63%
6802	Encargos sobre remunerações	919 713	879 984	4,51%
6803	Benefícios pós-emprego	44 492	30 567	45,56%
6804	Outros benefícios a longo prazo dos empregados	25 555	16 860	51,57%
6805	Benefícios de cessação de emprego	0	0	0,00%
6806	Seguros obrigatórios	115 592	118 901	-2,78%
6807	Gastos de acção social	76 930	56 428	36,33%
6808	Outros gastos com o pessoal	83 772	68 560	22,19%
	dos quais:			
68088	Rescisões por acordo	50 442	0	
	<b>TOTAL</b>	<b>5 149 714</b>	<b>4 886 172</b>	<b>5,39%</b>

Em complemento da Política de Remunerações dos Órgãos Sociais e de Fiscalização, não se registam quaisquer outros compromissos em matéria de pensões de reforma para os antigos membros dos órgãos supracitados, para além de um ex-administrador que, está abrangido pelo “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano de Pensões de Benefício Definido” referido na nota seguinte.

## 19. Obrigações com benefícios dos empregados

### Plano de Pensões de Benefício Definido

É um plano associado à quota-parte de financiamento das responsabilidades abrangidas pelo disposto no CCT de 2008, e que é independente do regime público da Segurança Social, abrangendo os trabalhadores sindicalizados admitidos na atividade até 22 de junho de 1995 e que não aderiram a outra das soluções propostas.

A pensão a atribuir é definida de acordo com o estipulado no CCT 2008, sendo este benefício garantido aos trabalhadores que se reformarem na atividade seguradora.

Os pressupostos e a metodologia do Relatório de Avaliação Atuarial do “Plano de Pensões Aberto Zurich Vida Empresas/Plano Pensões de Benefício Definido” em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

PRESSUPOSTOS	
Taxa de desconto	2,3%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,0%
Taxa de crescimento dos salários para efeitos do cálculo da pensão	3,0%
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Decrementos na vida activa	Por morte
Idade normal da reforma	66 anos e 3 meses

**METODOLOGIA**

Activos - Responsabilidades	unit credit project
Passadas e Custo Normal	
Pensões em pagamento	rendas vitalícias imediatas

Através do método *unit credit* projetado são calculadas responsabilidades em função dos benefícios projetados para a reforma, repartidos pelo tempo de serviço passado:

**POPULAÇÃO ACTIVA**

Número de participantes	3
Idade Média	50
Salário Médio Anual	36.828
Antiguidade Média	25,7

**POPULAÇÃO REFORMADA**

Número de beneficiários	1
Idade Média	72
Pensão Média Anual	3.763

O nível de financiamento do Plano de Pensões de Benefício Definido é o seguinte:

	U: Euro
<b>RESULTADOS</b>	
Valor das Responsabilidades	108.937
Valor do Fundo em 31.12.2017	133.673
Nível de Financiamento	122,7%

**Plano de Pensões de Contribuição Definida**

É um plano associado à quota-parte de financiamento do Plano Individual de Reforma (PIR) com início em 1 de janeiro de 2012.

As contribuições para este plano são de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela constante do ACT 2016, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador.

O valor das contribuições está garantido à data da liquidação do benefício.

**PRESSUPOSTOS**

Tábua de mortalidade	GRF95
Taxa Técnica	1,5%

**POPULAÇÃO ACTIVA**

Número de participantes	75
Idade Média	43,9
Salário Médio Anual	21.140
Antiguidade Média	14,3

U: Euro

**RESULTADOS**

Valor das Responsabilidades	128.074
Valor do Fundo em 31.12.2017	130.535
Nível de Financiamento	101,9%

## 20. Imposto sobre o rendimento

### Imposto corrente

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é determinado com base em declarações de autoliquidação da Companhia, elaboradas em conformidade com as normas fiscais vigentes, ficando sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pela Administração Tributária durante o período de quatro anos aplicável aos exercícios de 2010 e 2011, de cinco anos aos exercícios de 2012 e 2013, de doze anos aos exercícios de 2014 a 2016 e a cinco anos ao presente exercício.

As contas da Companhia dos exercícios de 2012 e 2013 foram sujeitas a inspeção pela Autoridade Tributária, no presente exercício, tendo sido concluídas as inspeções sem que se tenha registado pagamento adicional significativo de imposto.

A Autoridade Tributária já iniciou, à data da elaboração do presente Anexo, a inspeção às contas do exercício de 2014.

### Imposto diferido

Os impostos diferidos foram calculados tendo por base as diferenças temporárias que existem entre alguns valores ativos e passivos e a respetiva base fiscal.

A Companhia estimou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2013 e 2014, tendo efetuado o apuramento de imposto diferido ativo no exercício de 2014, dada a elevada probabilidade que foi estimada pela Administração, e que se mantém nesta data, da sua recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido.

No presente exercício foi ajustado o imposto diferido ativo no montante de -107.006 euros, relativo ao registo de uma reversão de imparidade em investimento financeiro, respeitante ao ano de 2011, como já foi descrito anteriormente neste Anexo.

Na página seguinte são apresentados os ativos e passivos por impostos correntes e diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<i>U: Euro</i>	
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o Rendimento (entregas e retenções)	164 977	359 885
	<b>164 977</b>	<b>359 885</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
Imposto sobre o Rendimento a Pagar (tributação autónoma)	-63 626	-127 220
Retenção de Impostos na Fonte	-93 111	-96 483
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-7 452	-12 019
Imposto de Selo	-369 706	-344 299
Taxa para a Autoridade Nacional para Protecção Civil	-42 216	-38 195
Taxa para o Instituto Nacional de Emergência Médica	-99 172	-92 463
Taxa para o Fundo de Acidentes Trabalho	-444 494	-371 344
Taxa para o Instituto de Seguros Portugal	-58 388	-48 056
Taxa para o Fundo de Garantia Automóvel	-103 753	-95 834
Cartas Verdes	-11 896	-11 126
Contribuições para a Segurança Social	-102 039	-93 300
Tributos das Autarquias	-2 667	-2 425
	<b>-1 398 520</b>	<b>-1 332 765</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	154 209	178 285
Por prejuízos fiscais	1 077 605	1 077 605
	<b>1 231 814</b>	<b>1 255 890</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Por diferenças temporárias		
Activos Disponíveis para Venda	-149 210	-38 301
	<b>-149 210</b>	<b>-38 301</b>
<b>Total</b>	<b>-150 939</b>	<b>244 708</b>

Nos termos do artigo 21º do DL nº. 441/1991 e do DL nº. 534/1980, a Companhia apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

## 21. Capital

O capital social da CARAVELA é atualmente de 19.566.101,96 euros, e está representado por 41.109.472 ações, sem valor nominal, encontrando-se disperso por diversos acionistas, pessoas singulares e coletivas.

Tal com mencionado na nota 1, a Sociedade AAA, SGPS, S.A., anterior acionista da Companhia, e que detinha a totalidade do capital, transmitiu todas as ações de que era detentora a diversos acionistas, em 26 de junho de 2017, tendo, em simultâneo, decorrido uma operação de aumento de capital, no montante de 6.000.101,96 euros.

A composição do capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, pode ser analisado como segue:

ACIONISTA	NIF	BENEFICIÁRIO ÚLTIMO	N.º AÇÕES 31-12-2017	% DO CAPITAL 31-12-2017	N.º AÇÕES 31-12-2016	% DO CAPITAL 31-12-2016
AAA - SGPS, S.A.					26 600 000	100,0%
ANCORAS DE JUPITER, UNIPessoal LDA.	514425911	Luís Filipe Sampaio Cervantes - Nif 195576683	3 288 760	8,0%		
IBG – HOLDING, LTD.	980534518	Isabel Maria Araujo Rodrigues de Sá - Nif 203027248	3 288 760	8,0%		
INTERNATIONAL TRADE WINDS HOLDING, LTD.	712130926	Mário Nuno dos Santos Ferreira - Nif 168463946	3 288 760	8,0%		
MONSEUL, UNIPessoal LDA.	507349679	Francisco Miguel Cubelo Faria Vasconcelos Machado - Nif 170569250	3 288 760	8,0%		
NELSON QUINTAS PATRIMÓNIO, LDA.	510742629	Jorge Nelson Ferreira de Aguiar Quintas - Nif 107489872	3 288 760	8,0%		
SUSTENTÁVELEXITO, UNIPessoal LDA.	513235272	Fernando José Lopes de Araújo - Nif 109087500	3 288 760	8,0%		
TLCI 2 – SOLUÇÕES INTEGRADAS DE TELECOMUNICAÇÕES, S.A.	507755316	José Manuel Capa Pereira - Nif 155243144 António Jorge Pereira Martins - Nif 142849154 João Pedro de Freitas Pereira Martins - Nif 258614730 Guilherme Pereira Martins - Nif 267348509	3 288 760	8,0%		
VIOLAS SGPS, S.A.	504221388	Manuel Soares de Oliveira Violas - Nif 140723390 Rita Celeste Soares Violas e Sá - Nif 174683901	3 288 760	8,0%		
GOL HEALTH, LDA.	510820123	Antonio Miguel Gouveia de Brito Pinheiro Pereira - Nif 211047600 Carlos Manuel Ribeiro de Sousa - Nif 128265396 Carlos Alberto Fernandes Barbosa - Nif 202683150 João Manuel Varandas Fernandes - Nif 121747573	2 055 475	5,0%		
DAXA PARTICIPAÇÕES, SGPS, UNIPessoal LDA.	510764053	António Ferreira da Silva - Nif 180844105	1 644 380	4,0%		
IMPACTO MAGNÉTICO, UNIPessoal LDA.	513275134	Inácio da Silva Sousa - Nif 132185962	1 644 352	4,0%		
Manuel Salgueiro Rodrigues	144199157	O próprio	1 644 380	4,0%		
BLUE WAVE, S.A.	513218998	António Manuel Nestor Ribeiro - Nif 197306179	1 233 285	3,0%		
DIVAD, LDA.	505728710	Maria Filomena de Brito Vargas Lopes David - Nif 108412377 Mário Henrique de Almeida Santos David - Nif 159738008	1 233 285	3,0%		
FEMACOSA, UNIPessoal LDA.	510953000	Fernando Manuel Fernandes da Costa Santos - Nif 123434238	1 233 285	3,0%		
Gilberto Almeida Romeiro	115339698	O próprio	822 190	2,0%		
HESCOPOR - CONTROLO DA CORROÇÃO, LDA.	502954710	António Manuel Leitão Jerónimo - Nif 133114678 Ana Maria Mota Valente Baião Jerónimo - Nif 106031058	822 190	2,0%		
Jorge Filipe Araújo Pontes	132292491	O próprio	822 190	2,0%		
Carlos Alberto da Cunha Oliveira	180409549	O próprio	411 095	1,0%		
Francisco José Pereira Gonçalves	174637160	O próprio	411 095	1,0%		
José António Carvalho Pereira	108766268	O próprio	411 095	1,0%		
Luís Afonso Cortez Rodrigues Queiró	171147502	O próprio	411 095	1,0%		
<b>TOTAL</b>			<b>41 109 472</b>	<b>100,0%</b>	<b>26 600 000</b>	<b>100,0%</b>

A composição do capital próprio da CARAVELA no final dos exercícios de 2017 e 2016 era o seguinte:

*U: Euro*

Capital Próprio	2017	2016
Capital Social	19 566 102	13 566 000
Reservas de Reavaliação	663 156	170 228
Reserva por impostos diferidos	-149 210	-38 301
Outras Reservas		
Reserva Legal	1 147 829	1 117 580
Reservas Livres	1 370 635	1 370 635
Resultados Transitados	-7 151 955	-7 424 195
Resultado do Exercício	1 453 710	302 489
	<b>16 900 267</b>	<b>9 064 436</b>



A rubrica de “Resultados transitados” pode ser analisada nos quadros seguintes:

		<b>2017</b>	
		<i>U: Euro</i>	
	Resultados Transitados	Débito	Crédito
<b>Balço em 31-12-2016</b>		<b>7 424 195</b>	
	Parte do Resultado Líquido do Exercício de 2016 (restante afecto a Reserva Legal)		272 240
		<b>7 424 195</b>	<b>272 240</b>
<b>Balço em 31-12-2017</b>			<b>7 151 955</b>

		<b>2016</b>	
		<i>U: Euro</i>	
	Resultados Transitados	Débito	Crédito
<b>Balço em 31-12-2015</b>		<b>7 610 398</b>	
	Parte do Resultado Líquido do Exercício de 2015 (restante afecto a Reserva Legal)		186 203
		<b>7 610 398</b>	<b>186 203</b>
<b>Balço em 31-12-2016</b>			<b>7 424 195</b>

No ano de 2017, o segundo exercício em que vigorou o novo regime de Solvência (Solvência II) adotado pelo novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, a CARAVELA beneficiou do aumento de capital realizado em junho deste ano, fixando os níveis de solvência em valores bastante confortáveis para enfrentar o novo Programa Digital 2020.

A Companhia calculou os rácios de Solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR) para o dia 31 de dezembro de 2017 e para o dia 1 de janeiro de 2018, utilizando as medidas transitórias e de longo prazo autorizadas pela ASF.

*U: Milhares de Euros*

	31.12.2016	31.12.2017
<b>Resultado Líquido</b>	<b>302</b>	<b>1 454</b>
<b>Fundos Próprios Elegíveis</b>	<b>10 927</b>	<b>17 697</b>
Capital Social	13 566	19 566
Reserva Reavaliação	170	663
Outras Reservas	-4 974	-4 782
Restantes elementos da Reserva Reconciliação e outros fundos SII	1 863	796
<b>Requisito de Capital de Solvência</b>	<b>9 823</b>	<b>10 107</b>
Ajustamento por Impostos	-1 211	-2 462
Risco Operacional	1 140	1 546
<b>Requisito de Capital de Base</b>	<b>9 894</b>	<b>11 023</b>
Efeito de diversificação	-3 818	-4 843
Soma das componentes de risco	13 712	15 866
Risco de Mercado	2 407	2 816
Risco de incumprimento da contraparte	1 142	1 206
Risco de subscrição saúde	2 319	3 530
Risco de subscrição não vida	7 844	8 314
<b>Rácio de Solvência</b>	<b>111,2%</b>	<b>175,1%</b>
<b>Rácio de Capital Mínimo</b>	<b>230,9%</b>	<b>370,0%</b>

## 22. Reservas

Os movimentos das diversas reservas registadas no capital próprio, em 2017, foram os que se apresentam na seguinte Demonstração de Variações no Capital Próprio:

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	Capital	Reserva de reavaliação por ajustam. justo valor activos financeiros disponíveis venda	Reserva de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
<b>Balço a 31-12-2016</b>	13 566 000	170 228		-38 301	1 117 580	1 370 635	-7 424 195	302 489	9 064 436
Correcções de erros (IAS 8)									0
Alterações políticas contabilísticas									0
<b>Balço de abertura alterado</b>	13 566 000	170 228		-38 301	1 117 580	1 370 635	-7 424 195	302 489	9 064 436
Aumentos/reduções de capital	6 000 102								6 000 102
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		492 928							492 928
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									0
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-110 909					-110 909
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					30 249			-30 249	0
Cobertura de Prejuizos									0
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio									0
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							272 240	-272 240	0
<b>Total das variações do capital próprio</b>	6 000 102	492 928	0	-110 909	30 249	0	272 240	-302 489	6 382 121
Resultado líquido do período								1 453 710	1 453 710
Distribuição antecipada de lucros									0
<b>Balço em 31-12-2017</b>	19 566 102	663 156		-149 210	1 147 829	1 370 635	-7 151 955	1 453 710	16 900 267

## Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação/justo valor destina-se a registar os ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida no exercício e/ou em exercícios anteriores, não tendo relevância em ganhos e perdas até ao momento da alienação dos bens, em que o respetivo saldo é reconhecido em resultados, ou diretamente em capital próprio.

A composição da reserva de reavaliação no final dos exercícios de 2017 e 2016 era a que se segue:

				<b>2017</b>
				<i>U: Euro</i>
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	51 769 668	-685 372	51 747 453	663 156
				<b>663 156</b>

				<b>2016</b>
				<i>U: Euro</i>
	Valor de aquisição/ Custo amortizado	Imparidade (líq.reversão)	Justo valor (líq.deprec.)	Reserva de reavaliação
Activos disponíveis para venda	44 770 854	-792 377	44 148 705	170 228
				<b>170 228</b>

## Reserva legal

De acordo com o artigo 62º da Lei n.º 145/2015, de 9 de setembro, uma percentagem não inferior a dez por cento dos lucros líquidos anuais é transferida para esta conta até à concorrência do capital social.

Deve ser utilizada unicamente para aumento do capital social ou na cobertura de prejuízos, não podendo ser distribuída.

O saldo desta rubrica registou um aumento de 30.249 euros no exercício, correspondente à percentagem de 10% do lucro líquido do exercício anterior, que transitou para Reserva Legal.

## Reservas livres

São reservas que resultam da parte excedente de resultados positivos não necessária para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados.

O seu saldo remonta ao exercício de 2008 por transferência da parte do lucro de 2007 não afeta à reserva legal.

### Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos diretamente em resultados quando relacionam as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos ativos e passivos e as respetivas bases fiscais, exceto se estão relacionados com rubricas de capitais próprios, caso em que são reconhecidos diretamente em capitais próprios.

Analisa-se de seguida a variação desta reserva no fecho dos exercícios de 2017 e 2016:

				<b>2017</b>
				<i>U: Euro</i>
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-38 301	-110 909	0	-149 210
	<b>-38 301</b>	<b>-110 909</b>	<b>0</b>	<b>-149 210</b>
				<b>2016</b>
				<i>U: Euro</i>
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activos disponíveis para venda	-83 149	44 848	0	-38 301
	<b>-83 149</b>	<b>44 848</b>	<b>0</b>	<b>-38 301</b>

### 23. Transações entre partes relacionadas

No exercício de 2017 foram faturados pela SROC Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., os honorários seguintes:

		<i>U: Euro</i>
Descrição dos Honorários MAZARS		Valor
Solvência II		18 450,00
Revisão Oficial Contas		
	Acerto Contrato 2016	2 346,00
	Contrato 2017	58 425,00
	<b>TOTAL</b>	<b>79 221,00</b>

Durante o exercício de 2017, e até à data da venda das ações pela AAA, SGPS, S.A., em 26 de junho de 2017, as transações entre partes relacionadas (respeitantes à atividade) foram as seguintes:

*U: Euro*

	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
Sabseg	50 703	710 690	485 687	0
Desporto Seguro	0	0	526	0
Securifenix	0	883	39	0
Securicórdia	0	0	0	0
E-SEO Mediação Seguros	0	12 169	21 857	0
<b>TOTAL</b>	<b>50 703</b>	<b>723 742</b>	<b>508 108</b>	<b>0</b>

A CARAVELA deixou de consolidar contas em 26 de junho de 2017, pelo motivo referido anteriormente.

## 24. Demonstração de fluxos de caixa

Esta demonstração foi elaborada pelo método direto e é apresentada no Relatório e Contas, conjuntamente com as restantes Demonstrações Financeiras.

## 25. Compromissos

A CARAVELA detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

O detalhe em 31 de dezembro de 2017, por anos de vencimento dos contratos e informação dos pagamentos mínimos, conforme disposto no §35 da IAS 17, é o referido no quadro abaixo:

*U: Euro*

Termo do Contrato	Nº de Viaturas	Valor máximo a pagar
2018	14	36 816
2019	14	119 268
2020	2	20 302
2021	2	19 644
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>196 029</b>

## 26. Passivos contingentes

A Companhia não considerou necessário a constituição de “outras provisões” para fazer face a pagamentos futuros, na medida em que não considera provável que tal venha a acontecer.

Não existem passivos contingentes a divulgar, à data das Demonstrações Financeiras.

## 27. Acontecimentos após a data do Balanço não descritos em pontos anteriores

Não se verificaram acontecimentos relevantes a registar após a data do Balanço.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2018

Contabilista Certificado

Eduardo Cunha

Conselho de Administração

Luís Cervantes

António Nestor Ribeiro

Mário Ferreira

Gonçalo Ramos e Costa

Paulo Trigo







# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Senhores Acionistas da  
CARAVELA - Companhia de Seguros, S.A.

### 1. RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da CARAVELA — Companhia de Seguros, S.A., apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora realizada, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2017 e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Durante o exercício, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Companhia, a evolução da sua atividade, tendo registado com muito agrado a reconfiguração do corpo acionista realizado em junho de 2017 que deu robustez à companhia para o desenvolvimento qualificado da sua atividade bem como o início da implementação do projeto Caravela 2020. Registou, ainda, o bom desempenho da Companhia no presente exercício.

O Conselho Fiscal promoveu com regularidade reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas. Estas reuniões contaram, tendo em conta as matérias em análise, com a presença dos responsáveis da área financeira e Conselho de Administração. Mantivemos igualmente contacto com o Revisor Oficial de Contas que nos manteve informados da natureza e conclusões das auditorias realizadas. No cumprimento destas funções o Conselho Fiscal sempre obteve da Administração, dos diversos serviços da Companhia e do Revisor Oficial de Contas, todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira, bem como dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, bem como a revisão aos documentos de prestação de contas da Companhia, tendo recebido do Revisor Oficial de Contas todas as informações e esclarecimentos solicitados. Adicionalmente, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e demais documentos relativos ao exercício findo naquela data e os correspondentes anexos elaborados em conformidade com as normas contabilísticas e legais aplicáveis.

Procedeu ainda à apreciação do relatório de gestão emitido pelo Conselho de Administração, e a certificação legal das contas e relatório de auditoria sobre as contas, emitidos pelo revisor oficial de contas, os quais merecem o acordo do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal manifesta o seu apreço pela colaboração recebida do Conselho de Administração, dos serviços e do Revisor Oficial de Contas.

## 2. PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral aprove:

- a) o Relatório de Gestão e os restantes documentos de prestação de contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

## 3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido no n.º 6 do art.º 420º - do Código das Sociedades Comerciais, e na alínea c) do n.º 1 do art.º 245º do Código dos Valores Imobiliários, os membros do Conselho Fiscal declararam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da empresa.

Declararam ainda que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Companhia, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 15 de Março de 2018

O Conselho Fiscal

Presidente:

  
\_\_\_\_\_  
(Manuel Augusto Lopes de Lemos)

Vogal

  
\_\_\_\_\_  
(Humberto Manuel Martins Carneiro)

Vogal

  
\_\_\_\_\_  
(Armando Luís Vieira de Magalhães)







# CARAVELA

COMPANHIA DE SEGUROS

---

Certificação Legal de Contas



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.** (doravante também designada por Companhia), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 74 126 964 euros e um total de capital próprio de 16 900 267 euros, incluindo um resultado líquido de 1 453 710 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Caravela – Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



## Ativos por Impostos Diferidos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A rubrica Ativos por Impostos Diferidos exige julgamento profissional sobre a análise da capacidade de recuperação dos mesmos, uma vez que a realização deste ativo está sempre dependente de lucros tributáveis futuros e há incertezas inerentes envolvidas na previsão destes resultados, que são sempre a base da avaliação de recuperação.</p> <p>O assunto acima referido está divulgado na Nota 20 anexa às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>Nesta área, os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação crítica dos principais pressupostos, nomeadamente no que respeita às taxas de crescimento, margens e projeções futuras.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções futuras incluíram a comparação da taxa de crescimento esperado para o <i>business plan</i> aprovado pela Companhia, avaliando o rigor desse processo de previsão, no passado, e considerando se as margens projetadas são realizáveis com referência ao recente desempenho do negócio e ao nosso próprio conhecimento do setor.</p> <p>Avaliamos a razoabilidade do apuramento dos impostos diferidos, tendo em consideração os lucros tributáveis futuros. Avaliámos, ainda, a adequação das divulgações em relação aos pressupostos de apoio à valorização de Ativos por impostos diferidos e o seu reconhecimento.</p>

## Provisões Técnicas

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A avaliação do Órgão de gestão sobre as Provisões para a regularização dos sinistros futuros envolve julgamentos complexos e subjetivos sobre eventos futuros, internos e externos à Companhia, e pequenas alterações nos pressupostos considerados podem resultar em impactos materiais na valorização destas responsabilidades.</p> <p>A Provisão para sinistros, a qual integra a Provisão de prestações, IBNR, IBNER e o Custo de Gestão de Sinistros, representa o custo estimado do total das obrigações pendentes da seguradora resultante dos sinistros ocorridos em data anterior à data de encerramento do exercício. Esta é uma área complexa e sujeita a julgamento profissional em resultado da incerteza inerente ao cálculo da estimativa das provisões para sinistros. No cálculo destas provisões são utilizados métodos estatísticos tanto estocásticos como determinísticos, sendo ambos os métodos complexos com inúmeras hipóteses sujeitas a validação/revisão.</p> <p>Especificamente no que respeita a linha de negócios de acidentes do trabalho, o normativo Português regula as tábuas de mortalidade e as taxas de desconto. Contudo, as mesmas poderão não ser as mais indicadas à carteira da Companhia, pelo que carecem de revisão detalhada. Uma das incertezas mais significativas está relacionada com o cálculo de gastos a incorrer com sinistros graves que envolvam acidentes pessoais corporais [decorrentes da linha de negócio do Auto] e a determinação do valor atual das rendas que venham a ser definidas, assim como a eventual insuficiência das provisões para cobrir os riscos associados aos sinistros futuros.</p> <p>O assunto acima referido está divulgado nas Notas 3.7, 4.1, 4.2, 4.5 e 4.6 anexas às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>A nossa equipa de auditoria integra especialistas em atuariado.</p> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o teste dos controlos-chave relacionados com o registo de apólices e o circuito do reporte de sinistros, bem como a execução de procedimentos substantivos para validar a coerência face à ocorrência e potencial valor dos sinistros, procedendo ainda à validação do nível de provisões registado para fazer face aos sinistros incorridos.</p> <p>Procedemos ainda à avaliação da competência, conhecimentos e objetividade do Atuário responsável, e revimos as metodologias utilizadas, incluindo os triângulos de sinistros pagos e ocorridos e o custo médio por sinistro, validando pontos críticos de julgamento como, por exemplo, frequência de ocorrência, fatores de desenvolvimento, a incorporação de melhorias nas tendências na projeção das provisões, e <i>benchmarking</i> dos critérios-chave nas estimativas face ao conhecimento do setor.</p>



## Valorização de Instrumentos Financeiros

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>Dada a volatilidade do mercado e a incerteza macroeconómica, a valorização de investimentos continua a ser uma área de risco inerente. O risco não é uniforme para todos os tipos de investimentos mas é maior para os investimentos que não apresentam preços de mercado disponíveis.</p> <p>O assunto acima referido está divulgado nas Notas 4.3, 5, 9, 13, 14, e 15 anexas às Demonstrações Financeiras.</p>	<p>Na valorização dos investimentos, avaliámos tanto a metodologia e pressupostos utilizados pelo Órgão de gestão na valorização com referência a 31 de dezembro de 2017, como os procedimentos de controlo que a Companhia apresenta para monitorizar estes processos.</p> <p>Os testes incluíram a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Avaliar a metodologia e os pressupostos utilizados no processo de valorização;</li><li>• Comparar os preços utilizados com os valores de mercado, quando disponíveis, analisando quaisquer eventuais diferenças significativas.</li></ul>

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 31 de março de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia em 13 de março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 13 de março de 2018

---

**MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA**

representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)

